

À CONVERSA COM LINGUISTAS

EDITORES

António Leal
Purificação Silvano

Carlos Silva
Joana Ferreira
Mariana Ribeiro
Rute Rebouças
Violeta Magalhães

Centro de Linguística da Universidade do Porto
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2020

FICHA TÉCNICA

Título:

À Conversa com Linguistas

Organização:

António Leal, Purificação Silvano, Carlos Silva, Joana Ferreira,
Mariana Ribeiro, Rute Rebouças, Violeta Magalhães

Edição:

Faculdade de Letras da Universidade do Porto e
Centro de Linguística da Universidade do Porto

Design da Capa:

Maria Nery

Ano de Edição:

2020

Execução Gráfica:

Invulgar Graphic

ISBN:

978-989-8969-28-6

Depósito Legal:

471623/20

Este trabalho é financiado pelo concurso Projeto de Inovação Pedagógica de 2019, inserido no programa “Promover a Excelência Pedagógica”, da responsabilidade da Pró-Reitoria para a Promoção da Língua Portuguesa e Inovação Pedagógica da Universidade do Porto.

Esta edição é financiada pelo Centro de Linguística da Universidade do Porto, ao abrigo do Programa de Financiamento FCT - UIDB/00022/2020 (Fundação para a Ciência e a Tecnologia).

ÍNDICE

Prefácio.....	5
---------------	---

Entrevistas

<i>Francisco Lacerda.....</i>	<i>11</i>
<i>Joaquim Brandão de Carvalho.....</i>	<i>33</i>
<i>Cedric Boeckx.....</i>	<i>47</i>
<i>João Costa.....</i>	<i>79</i>
<i>Ivo Castro.....</i>	<i>89</i>
<i>Maria Helena Mira Mateus.....</i>	<i>103</i>
<i>Ignacio Bosque.....</i>	<i>115</i>
<i>Rodolfo Ilari.....</i>	<i>121</i>
<i>Inês Duarte.....</i>	<i>131</i>
<i>Cristina Flores.....</i>	<i>147</i>

PREFÁCIO

“When we study human language, we are approaching what some might call the ‘human essence’, the distinctive qualities of mind that are, so far as we know, unique to man, and that are inseparable from any critical phase of human existence, personal or social. Hence the fascination of this study, and, no less, its frustration.”

Noam Chomsky, *Language and Mind*

O presente volume inclui um conjunto de entrevistas realizadas no âmbito da revista *eling*^{UP}, uma revista eletrónica de Linguística dos estudantes da Universidade do Porto (<https://ojs.letras.up.pt/index.php/elingUP>), tendo resultado da vontade de reunir num só livro importantes considerações de especialistas das mais diversas áreas da Linguística sobre variados assuntos relacionados com a linguagem, o seu estudo e o seu ensino.

A revista *eling*^{UP}, criada em 2007 no Centro de Linguística da Universidade do Porto pelo Professor Doutor João Veloso, tem como principais objetivos, por um lado, a divulgação da investigação desenvolvida em Linguística por e para estudantes e a promoção de um contacto mais direto dos estudantes com linguistas, e, por outro lado, o envolvimento dos estudantes na produção de uma revista de carácter científico, inteirando-os acerca de todo o processo de publicação, desde a receção de artigos até à revisão, formatação e disponibilização do número completo. A revista é atualmente dirigida pelos Professores Doutores António Leal e Purificação Silvano e conta com uma equipa editorial constituída por vários estudantes dos cursos de licenciatura em Ciências da Linguagem, em Estudos Portugueses e em Línguas, Literaturas e Culturas e por estudantes dos mestrados em Linguística, em Ensino de Português no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário e também em Estudos Literários, Culturais e Interartes também da FLUP, sendo a comissão científica da revista composta por membros do Centro de Linguística da Universidade do Porto.

A relevância deste projeto tem sido reconhecida por estudantes, docentes e pela própria reitoria da Universidade do Porto. Efetivamente, o projeto “Revista *eling*^{UP}: uma aprendizagem baseada em projeto” foi, em 2019, um dos 10

projetos vencedores da 3.^a edição do concurso *Projeto de Inovação Pedagógica*, inserido no programa “Promover a Excelência Pedagógica”, que visa promover a melhoria dos modelos educativos aplicados nos cursos e unidades curriculares da UPorto. Foi precisamente devido a esta distinção, acompanhada de um prémio monetário, que se obteve financiamento para a publicação deste livro de entrevistas.

As entrevistas reunidas neste volume foram feitas, como foi referido anteriormente, no contexto da revista *eling*^{UP}. De facto, todos os números da revista, para além de artigos científicos e de recensões, englobam uma entrevista a um linguista. Cada entrevista passa por um processo com várias etapas, protagonizado pelos estudantes, sob a supervisão dos professores diretores da revista. Deste modo, em conjunto, a equipa editorial começa por decidir qual a personalidade a entrevistar, seguindo-se a planificação da entrevista com a redação de um guião. Combinada uma data para a entrevista, alguns estudantes, sempre que possível, deslocam-se à instituição do Professor convidado para a entrevista e gravam a conversa, que depois é transcrita e editada para publicação. Como se pode depreender, cada entrevista implica um trabalho moroso, mas também deveras aliciante para os estudantes.

À *Conversa com Linguistas* conta com o testemunho de dez especialistas portugueses e estrangeiros de áreas como a Fonética, a Fonologia, a Morfologia, a Semântica, a Sintaxe, a Pragmática, a Aquisição da Linguagem, o Bilinguismo e a Linguística Histórica. As entrevistas são apresentadas pela ordem cronológica segunda a qual foram feitas e publicadas na revista *eling*^{UP}, tendo sido a primeira em 2006 e a última em 2020. Seguindo esta ordem, os nomes e afiliações dos entrevistados são os seguintes: Professor Doutor Francisco Lacerda, da Universidade de Estocolmo; Professor Doutor Joaquim Brandão de Carvalho, da Universidade de Paris VIII; Professor Doutor Cedric Boeckx, da Universidade de Barcelona; Professor Doutor João Costa, da Universidade Nova de Lisboa; Professor Doutor Ivo Castro, da Universidade de Lisboa; Professora Doutora Maria Helena Mira Mateus, da Universidade de Lisboa; Professor Doutor Ignacio Bosque, da Universidad Complutense de Madrid; Professor Doutor Rodolfo Ilari, da Universidade Estadual de Campinas; Professora Doutora Inês Duarte, da Universidade de Lisboa; e Professora Doutora Cristina Flores, da Universidade do Minho. Cada entrevista é precedida de uma breve introdução com informações sobre o entrevistado e sobre o contexto da entrevista realizada.

A perspetiva destes especialistas sobre o estado atual da Linguística em Portugal e noutros lugares do mundo, como Espanha e Brasil, constitui-se como

um valioso contributo que certamente cativará e estimulará o leitor interessado nas diferentes áreas da Linguística e na própria disciplina em geral. Ao mesmo tempo, são entrevistas que inevitavelmente refletem o papel fundamental destes profissionais no desenvolvimento de cada uma dessas áreas específicas.

O tom familiar e descontraído que os entrevistados conferiram a cada conversa permitiu um momento de partilha imensamente enriquecedor, de grande aprendizagem, tendo sido essa experiência inesquecível para os estudantes que colaboraram na realização de cada uma das entrevistas. Para estes estudantes, que percorrem esse intrigante trilho que é o estudo da gramática das línguas, das suas características e atualizações no e ao longo do tempo, a realização destas entrevistas constituiu um momento marcante e, como tal, agradecemos a simpatia e generosidade dos especialistas numa partilha de conhecimento que foi, sem dúvida, inspiradora e motivadora para todos nós.

Este livro não teria sido possível sem a colaboração de várias pessoas e entidades. Nesse sentido, agradecemos à Reitoria da Universidade do Porto, em particular à Pró-Reitoria para a Promoção da Língua Portuguesa e Inovação Pedagógica, por valorizar e estimular o desenvolvimento de projetos como a *eling^{UP}* e por ter financiado o livro; ao Centro de Linguística da Universidade do Porto, por ter promovido a criação desta revista em formato virtual e por ter mantido a vitalidade deste projeto com o apoio e a colaboração de todos os envolvidos; aos membros da Comissão Científica do CLUP, por todo o apoio dado à revista *eling^{UP}*; e à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que é a “casa” da *eling^{UP}*. Renovamos ainda o nosso especial agradecimento a cada um dos entrevistados e aos estudantes e docentes que, ao longo dos anos, realizaram as entrevistas.

Desejamos que o leitor, seja ou não linguista, aprecie esta viagem repleta de fascinantes conversas sobre diferentes facetas do estudo da linguagem humana.

Os Editores

Entrevistas

FRANCISCO LACERDA

Universidade de Estocolmo



Francisco Lacerda é foneticista na Universidade de Estocolmo. Engenheiro de formação (licenciado pelo Instituto Superior Técnico), vive e trabalha na Suécia desde 1979.

Foi durante vários anos membro da Comissão de Acompanhamento Científico do Centro de Linguística da Universidade do Porto. Nessa qualidade, visitou o Centro em várias ocasiões, tendo sempre deixado sugestões e ideias criativas, válidas e importantes para o melhoramento do trabalho realizado e a realizar.

A necessidade de o Centro se abrir mais ao exterior e de se tornar visível fora do meio estritamente académico, a urgência de passarmos a integrar ativamente estudantes de pré- e pós-graduação nas atividades do CLUP e a sugestão de uma revista como esta foram algumas das ideias em que Francisco Lacerda insistiu nessas visitas.

Francisco Lacerda é reconhecido internacionalmente como um foneticista produtivo e inovador. A convite da FCT, integrou e coordenou várias comissões de avaliação internacional de unidades e projetos de investigação. A sua atitude perante a ciência pode ser vista como um exemplo para os que se iniciam na investigação.

Por todas estas razões, escolhemos o seu nome para ser o primeiro entrevistado da *eling^{UP}*, com a devida anuência da Comissão Científica do CLUP.

A entrevista decorreu no gabinete de Francisco Lacerda, em Estocolmo, na tarde do dia 30 de novembro de 2009, e foi conduzida por dois dos membros da equipa redatorial da revista: João Veloso e Pedro Tiago Martins. A conversa – rica, produtiva, instrutiva, como são sempre as conversas com Francisco Lacerda – estendeu-se por mais de duas horas.

A transcrição que se segue não dá conta dos entusiasmos e das ironias que atravessaram alguns momentos da entrevista e tenta dar forma a um discurso oral fluido, em constante formulação e reformulação e sempre marcado por uma grande informalidade. Vários tópicos foram abordados. Na passagem a escrito, foram reformuladas, com o assentimento do entrevistado, algumas afirmações e foram introduzidas algumas supressões, de que as mais extensas vão devidamente assinaladas no texto.

Na opinião dos entrevistadores, o testemunho que passamos a apresentar – e orgulhamo-nos por termos conseguido obtê-lo e publicá-lo neste número inaugural da revista – reveste-se de um grande simbolismo e de um grande interesse.

João Veloso: *Podemos começar por falar desta ligação entre a Fonética e a Linguística. O Laboratório de Fonética da Universidade de Estocolmo está integrado no Departamento de Linguística. Queríamos ouvir-te sobre esta ligação, não só institucional, mas a um nível mais geral.*

Francisco Lacerda: A perspetiva genérica aqui é que tem de haver uma ligação à parte biológica – e à parte acústica –, porque isso é que é, no fundo, o material essencial para a comunicação da fala, e parte-se dessa atitude muito concreta e muito inspirada nas ciências naturais que é estudar as coisas ao nível biológico, ao nível físico, e usar os princípios das outras ciências para suportar as noções e as teorias linguísticas.

João Veloso: *Mas há uma diferença entre a Fonética feita aqui, no Departamento de Linguística, e a Fonética feita, por exemplo, no KTH (Real Instituto Superior de Tecnologia)?*

Francisco Lacerda: Há uma diferença. No KTH, a Fonética que lá se faz é orientada para a síntese de fala, para sistemas de diálogo, para a interação. Eles agora estão a trabalhar numa série de projetos que têm a ver com interrupções e com a reconstituição. Ou seja: [procura-se saber o que se passa] quando uma pessoa está a falar e se perde, ou quando se é interrompido e se volta a pegar no tema. Estão a usar noções fonéticas: o que é uma rutura, o que é um marcador de que se vai continuar ou pegar nos tópicos anteriores e assim. É um trabalho mais orientado para esse tipo de coisas. Fazem investigação fundamental – faziam

muito na parte de acústica, com o Gunnar Fant¹, que faleceu agora no verão – mas a maior parte das coisas que estão a fazer são realmente orientadas para aplicações práticas, para sistemas de diálogo e de síntese e de reconhecimento de fala. Têm foneticistas, engenheiros, terapeutas de fala...

João Veloso: *Têm linguistas?*

Francisco Lacerda: Têm linguistas.

João Veloso: *Hoje é possível fazer-se Fonética sem Linguística? Isto é: fazer investigação em grupos de Fonética que não integrem linguistas?*

Francisco Lacerda: Depende de que linguistas é que estamos a falar.

João Veloso: *Fonólogos, por exemplo.*

Francisco Lacerda: Nós aqui temos as coisas mais ou menos ao contrário. O que se faz é Fonética que interessa aos fonólogos; não fazemos Fonética para explicar as coisas que os fonólogos apresentam à partida. Portanto, o que temos é uma experiência de uma abordagem que se faz em Estocolmo desde os anos 70, que é abordar o processo de comunicação de fala como um processo biológico, um processo de interação em que há concorrência de canais diferentes, em que há competição entre os falantes e os ouvintes. Portanto, é um processo perspetivado a partir do ponto de vista da comunicação e pretendemos por isso justificar as entradas para a Fonologia. Quero dizer: em vez de termos uma definição abstrata como a que é feita em gramática generativa, uma contemplação de quais são as propriedades das línguas, e o que é que é distintivo e não é distintivo – temos esses conhecimentos –, pretendemos, a partir do ponto de vista biológico, do ponto de vista da perceção, do ponto de vista da organização motora, do ponto de vista da capacidade de identificação de sinais em ambientes adversos (com ruído, com competição), ver quais são as características físicas desses sinais que fazem com que eles sejam bons candidatos para a tal descrição fonológica. Nós viramos as coisas um bocado de pernas para o ar em relação àquilo que se costuma fazer em Linguística Genérica.

Pedro Tiago Martins: *Não tentam ir atrás do que os fonólogos propõem.*

¹ O Doutor Gunnar Fant foi professor emérito de Engenharia Elétrica no Real Instituto Superior de Tecnologia, em Estocolmo, tendo falecido a 6 de junho de 2009.

Francisco Lacerda: Não. Não vamos atrás do que os fonólogos propõem. Estamos muito atentos àquilo que os fonólogos propõem, porque os fonólogos têm uma perspectiva sobre a estrutura e a organização da língua e definem processos diacrónicos e sincrónicos que são importantes, mas nós queremos contribuir com uma fundamentação muito física e biológica; queremos materializar essas propostas, de maneira que aquilo que nós vemos como a nossa missão, e a nossa linha de investigação, é exatamente tentar criar explicações que são baseadas não na contemplação da estrutura da língua, mas na aplicação de princípios genéricos que, em paralelo com aquilo que é a comunicação entre outras espécies, levem a que possamos detetar o que é especial e o que é característico da comunicação entre humanos. Isto não pode ser uma coisa criada a partir só da contemplação [teórica]: tem de ser motivada e justificada por processos físicos.

João Veloso: *Mas ainda não têm nenhum biólogo a trabalhar aqui no Departamento, pois não?*

Francisco Lacerda: Temos interações constantes com eles. Com biólogos, com etólogos...

João Veloso: *Mas que trabalham noutros departamentos. A minha pergunta era se já há algum biólogo do Departamento de Linguística.*

Francisco Lacerda: Não, mas é só porque não temos dinheiro para isso.

João Veloso: *Senão, faria sentido.*

Francisco Lacerda: Agora estamos a ter um seminário em que estamos a ler o livro dum linguista, Hutford, que escreveu sobre o simbolismo na língua, e estamos a discutir isso exatamente com pessoas de Filosofia, com colegas de Arqueologia, com os de Etologia, com os biólogos...

João Veloso: *Portanto: a conclusão que se pode tirar é que a Linguística aqui, ou a Fonética, ou essas divisões disciplinares todas são muito convencionais e que fazem um trabalho aberto.*

Francisco Lacerda: Agora, por exemplo, todos os pedidos de bolsas para doutoramento que nos chegam são partilhados com a Linguística Geral e com

a Linguística Computacional. Portanto, são três “secções” do departamento que estão envolvidas nisto.

João Veloso: *E o linguista típico daqui não é o linguista que domina muito bem os quadros teóricos e os formalismos...*

Francisco Lacerda: Também!

João Veloso: *Mas que não faz só isso.*

Francisco Lacerda: Não, os linguistas daqui, por exemplo... põem elérodos nas cabeças das pessoas. Agora estão a estudar aspetos de reorganização sintática e semântica e estão a observar como é que se dá a ativação cerebral no processamento de certas estruturas gramaticais. E isto é feito por linguistas! Temos os linguistas e temos dois psicólogos, que estão a fazer o pós-doutoramento aqui, e outro de Ciências da Cognição. O que exigimos às pessoas é que toda a gente tem de partilhar e colaborar nas ideias dos outros.

Pedro Tiago Martins: *Então não há nenhuma relutância em haver engenheiros a trabalhar com linguistas e foneticistas.*

Francisco Lacerda: Não, não, nada!

João Veloso: *Já não se coloca aquela questão que se colocava há uns anos, quando se estranhava que houvesse engenheiros a trabalhar em Fonética...*

Francisco Lacerda: Exato.

Pedro Tiago Martins: *É possível prever-se algumas questões fundamentais no futuro para a investigação em Linguística? Uma que merecesse “o Nobel da Linguística”?*

Francisco Lacerda: Eu acho que a questão da aquisição da linguagem é, de facto, uma questão central. Sim. Acho que é central, porque percebermos como é que indivíduos como nós aprendem a estruturar informação que está dispersa na fala ambiente é uma chave para uma série de outros aspetos de aprendizagem. E a linguagem, aprender a língua, tem esse carácter fundamental que é muito

complexo. Pelo menos até ver, é a atividade mais complexa que nós temos e conseguimos controlar e desenvolver. Perceber como é que este processo se cristaliza, sem a tal informação, as tais componentes pedagógicas de estar a ensinar à criancinha como é que isto funciona em termos de *affordances*, em termos das possibilidades, das capacidades inerentes do sistema biológico que é o bebé, e da informação e da estrutura que há na comunidade – componente cultural/componente genética – é uma coisa fundamental e é-o não só para a Fonética ou para a Linguística; é fundamental, porque é uma atividade extremamente poderosa e extremamente rica. Como eu disse uma vez numa conferência em que estavam pessoas da indústria: se a indústria fizesse uma ideia de qual é que é o potencial disto, estavam todos aqui a fazer bicha, em fila de espera, para poderem financiar este tipo de projetos. O que aconteceu foi que, passados uns meses, a Ericsson ofereceu-me dois doutorandos. Eles disseram: “ah, isto... realmente nós não tínhamos pensado nessa coisa”. De maneira que tive dois doutorandos, o que foi uma coisa ótima: eu ia caindo da cadeira abaixo, porque nunca pensei que alguém prestasse atenção a uma coisa que eu tivesse dito. Mesmo do ponto de vista da Linguística Geral, a questão de como é que se estrutura, como é que se vai de uma linguagem básica para conceitos abstratos, levanta questões fundamentais que têm a ver com Linguística – são intrinsecamente linguísticas –, mas que têm implicações no que diz respeito ao processamento de informação a todos os níveis. Acho que a Linguística como ciência, em vez de estar a fazer catálogos do que acontece, devia estar a fazer investigação virada para a descrição de fenómenos que sejam testáveis, devia fazer modelos sobre a realidade, que são muito difíceis de fazer, sim – no entanto, se apostarmos nisso, temos um papel fundamental. Se não o fizermos, são os engenheiros que o vão fazer, e as pessoas da informação, porque eles têm as ferramentas e formulam os problemas da forma como querem. E se os linguistas fazem muita questão de não se estarem a embrulhar nesse tipo de coisas, perdem o comboio.

Pedro Tiago Martins: *Essa abertura que agora se vê, essa abertura para outras áreas que não a Linguística, é muito importante para se chegar a esse objetivo.*

Francisco Lacerda: Sim, é que hoje em dia não dá para se fazer investigação isoladamente. Seja em que domínio for, se houver implicações interessantes daquilo que se está a fazer (e não precisam de ser interessantes do ponto de vista de aplicações diretas; eu não estou a pensar nisso, estou a pensar em “interessantes”

com implicações filosóficas, etc.), tem de se ir por uma investigação que coordene conhecimentos a nível interdisciplinar. E isso é uma coisa muito difícil de se fazer, porque só conseguir ter uma linguagem comum [a especialistas de vários domínios] é uma coisa que demora anos. O facto de nós aqui termos este contacto com o KTH está ligado a uma tradição que já vem do tempo do [Björn] Lindblom, que, nos anos 60, apesar de ser um linguista, foi trabalhar para o KTH e aprender. “Mas como é que vocês fazem?” (ele estava interessado em Fonética), “Como é que pensam em termos do trato vocal?”, “Quais são as ressonâncias?”, “Como é que isto se mede e por que é que se mede assim e não se mede assim?”. Quando eu o encontrei, quando eu o vi pela primeira vez aqui em 1979, ele, ao fim do primeiro dia, disse: “Então amanhã vamos falar, vamos fazer um esquema aqui do projeto”. E no dia seguinte chegou-me aqui com uma série de equações e eu perguntei: “Mas ele não era linguista? Não é foneticista?”. Ele é foneticista, só que sabe destas coisas. A partir daquele momento, eu pensei: “Aqui consigo comunicar com as pessoas!”. Ele tinha essa perspetiva de que era preciso formalizar em modelos os aspetos teóricos da produção e perceção de fala, uma perspetiva que eu adotei completamente e que acho que é muito válida: modelos para se poderem validar ou rejeitar. A maior parte deles são para rejeitar – mas, quando se está a rejeitar um modelo, se o modelo está bem formulado, aprende-se alguma coisa. Por outro lado, se é uma coisa que não está definida, rejeitar ou não rejeitar aquilo era vago no princípio e continua a ser vago a seguir. A minha visão, a minha ambição é, neste próximo ano, começar a trabalhar para ter um projeto em que se consiga forçar uma formalização da questão da aprendizagem da língua numa forma preditiva. Tenho como imagem para isto os modelos que se fazem em meteorologia: aquilo está sempre errado. Ou os modelos económicos... Ainda pior: esses são, talvez, mais semelhantes àquilo que se poderia – àquilo que se poderá – fazer em termos de Fonética ou Linguística, porque nos modelos económicos há aquela componente humana e de interação de predizer aquilo que se pensa que o outro está a predizer – mas eu penso que esse é o caminho a tomar, porque, ao criar-se um modelo desses, o modelo não faz as predições corretas, mas se não faz as predições corretas por razões que nós percebemos quais são, podemos corrigi-las ou podemos então fazer como se faz na Física: se não houvesse a resistência do ar, se não houvesse não sei o quê, seria assim. Esse tipo de abstração é extremamente potente: dá para fazer uma predição e dizer: “Não, mas eu quero maior precisão. OK. Então, se quero maior precisão, tenho de ter em consideração este fator e aquele e aqueloutro” – e inclui-se isso no modelo. Mas é um modelo que é construído de

forma preditiva. Eu sou muito inspirado por Karl Popper (embora agora seja uma coisa que é mais discutida, não é?), mas poder ter modelos que deem para fazer predições, para poderem ser falsificados: o que não pode ser falsificado não vale de nada. E é este o problema que eu acho o problema fundamental que existe nas Ciências Humanas, de certo modo, embora se tenha evoluído também muito nesse aspeto. É por se admitir uma espécie de premissas um bocado confusas que nunca dá para saber bem se resultam ou não, e nós estamos a falar de processos que são muito complexos, que têm de ser abordados por técnicas que não são técnicas de aritmética, que não são coisas para alunos do último ano do liceu. São coisas avançadas de probabilística, de modelos estocásticos e coisas assim, mas dentro desses modelos estocásticos, desse tipo de formalização, há regras que são aquelas regras que fazem aquilo ser uma abordagem científica: não controlar o erro de modo a o erro ser zero, mas saber quais são as implicações dos erros que se estão a cometer. E isso é que é o fundamental neste tipo de abordagem, acho eu, e a Linguística, acho, presta-se muito a isso. Aliás, o Chomsky começou com um tipo de modelos nesse sentido; o problema que tem é que aquilo depois foi tomado como a verdade final, um dogma, e aí, sempre que há dogmas, não há nada a discutir...

Pedro Tiago Martins: *O próprio modelo torna-se uma premissa.*

Francisco Lacerda: Mas do ponto de vista de ter introduzido um modelo que era revolucionário e um modelo testável, sim, aí há um paradigma novo – mas agora é preciso levar isso às ligações com a Biologia e não pensarmos só que estamos num pedestal que é diferente do resto de tudo. Tem de haver uma ligação com o resto e é disso que andamos à procura, exatamente.

João Veloso: *Temos estado a falar da investigação feita pelos linguistas e pelos cientistas em geral. Agora gostaríamos de fazer umas perguntas noutra sentença. Como é que se pode tornar o trabalho dos linguistas mais conhecido fora do âmbito académico? Como é que se pode fazer na nossa área aquilo que se faz noutras ciências, a chamada “divulgação científica” (popular science)? Parece-nos que, pelo menos em Portugal, isso nos falta um bocadinho; não sei se na Suécia é assim. Queres dizer alguma coisa sobre isto, sobre a necessidade e sobre o que podemos fazer para tornar o nosso trabalho em Ciências da Linguagem mais conhecido?*

Francisco Lacerda: A necessidade é premente! Sobre isso não há discussão absolutamente nenhuma. Eu posso dizer aquilo que conheço daqui. Há temas popularíssimos, por exemplo em Sociolinguística...

João Veloso: *Desculpa interromper-te: quando se pensa em coisas de divulgação em Portugal, no nosso contexto, quando se pensa em artigos de imprensa, pensa-se logo em coisas muito normativas: vêm uns professores de Português dizer como se deve dizer ou não dizer isto ou aquilo...*

Francisco Lacerda: Pois, pois, eu não vou falar disso. Mas acho que é muito mais interessante observar o que se está a passar e tentar interpretar isso em termos de Psicolinguística ou de Sociolinguística. Isso é popularíssimo aqui. Há uma série de revistas. Ainda hoje recebi um telefonema da televisão a perguntar se podiam cá vir fazer umas perguntas para um programa qualquer em que eles estão a abordar temas desde a aquisição da linguagem (por isso é que eles queriam falar comigo) até, por exemplo, por que é que as pessoas usam o calão ou os palavrões, por que é que aquilo é tabu, como é que isso funciona. Eu penso por exemplo no Peter Trudgill. E aqui há discussões enormes e as pessoas pedem muito...

João Veloso: *Mas na Suécia há documentários de televisão, artigos de revistas, para o público em geral – não estamos a falar de publicações académicas – sobre assuntos de linguagem?*

Francisco Lacerda: Sim, além de que é uma coisa que é quase imposta pela Universidade.

João Veloso: *Os linguistas veem isso como a sua missão também? Não é um trabalho só do jornalista...*

Francisco Lacerda: Não, não. E os jornalistas, daquilo que eu tenho visto, são extremamente bem informados, inteiram-se das coisas, vêm com perguntas ótimas, fazem o trabalho como se fosse um trabalho de semestre na Universidade.

[Refere uma coleção de livros de divulgação científica promovida pelo KTH – *Folkvett*² – e dinamizada por filósofos que trabalham nesta instituição.]

² “*Folkvett*”, que, traduzido literalmente, significa “sabedoria popular”, é aqui um jogo de palavras, que também significa etiqueta ou boas maneiras.

Isto são filósofos que estão no KTH. O KTH é uma escola de engenharia... Mas é uma escola de engenharia em que tem filósofos para questionar aquilo que se está a fazer e escrever sobre coisas mais genéricas. Este aqui é sobre “pseudociência”, sobre os UFOs... É uma publicação muito boa.

João Veloso: *Então tu achas que é um trabalho que falta fazer, ou que deveríamos fazer mais.*

Francisco Lacerda: Eu não faço bem ideia daquilo que há em Portugal neste aspeto. Mas por aquilo que vejo, acho que falta um bocado, porque há uma atitude bastante académica, porque as pessoas escrevem muito bem e escrevem coisas profundas e de muito boa qualidade só que são só para aquele grupo em que já estão a funcionar. E isto de escrever para um público mais largo não é uma tarefa muito fácil. Primeiro, é preciso saber o que é que se está a dizer, muito mais, acho eu, do que quando se está a comunicar com pessoas que partilham as mesmas ideias. E depois há implicações interessantíssimas: apercebermo-nos de que coisas que tomamos como dados adquiridos à partida não o são, porque as pessoas podem não entender isso da mesma maneira. Aqui, as pessoas escrevem muitos artigos para o jornal diário, participam em debates, entre outras coisas. Estão sempre a discutir aquilo que se disse aqui, o que se disse acolá, telefonam para a rádio, comentam essas coisas, sabem que o professor não sei quantos disse assim e o outro disse assado e o que é que querem dizer com isso e mais não sei quê. Há muito essa atitude. Em Portugal, não noto tanto: se tirassem metade do tempo que dedicam ao futebol...

Pedro Tiago Martins: *Uma coisa que eu acho estranha em Portugal é que, sendo a linguagem uma coisa tão intrínseca da espécie humana (pelo menos como nós a entendemos), como é que a ciência que a estuda é tão pouco conhecida do público em geral, até em comparação com outras ciências que se ocupam de objetos mais “estranhos” à nossa natureza.*

Francisco Lacerda: É. E as coisas são apresentadas... Eu acho que falta em Portugal explorarem, do ponto de vista das Ciências da Linguagem, o fascínio que esta coisa tem. Toda a gente acha que isto é uma coisa que é perfeitamente banal, porque toda a gente fala e tal, mas...

Pedro Tiago Martins: *E as pessoas ficam muito espantadas quando descobrem que há uma ciência que estuda isto, não é?*

Francisco Lacerda: Sim. Mas basta fazer lembrar às pessoas os casos em que alguém tem uma afasia, tem *Alzheimer*: por que é que isso acontece? E explicar isto de uma forma mais terra-a-terra. O que eu costumo dizer aos meus alunos como critério de um trabalho de semestre ou de um trabalho que é bom é o seguinte: se vocês conseguirem explicar isto de modo a que um aluno interessado do 11.º ano consiga perceber e fique envolvido neste tipo de coisas, então conseguiram explicar ao nível certo, porque explicar para os outros que já estão “convertidos” não custa nada, eles já sabem o que é que é, ou custa menos, mas “converter” as pessoas, interessá-las neste tipo de problemas, requer uma certa reflexão e requer principalmente conseguir ver uma questão doutra perspetiva. E isso é uma coisa que eu acho que falta ainda um bocadinho em Portugal. Pelo menos, eu não vejo esse tipo de coisas. Há uns esforços assim esporádicos, acho eu, mas precisava de ser uma coisa mais expandida. E deviam tomar a iniciativa, os linguistas deviam juntar-se a engenheiros e a informáticos, por exemplo.

Pedro Tiago Martins: *Além de se atrair o público comum, o que é que há a fazer para atrair novos linguistas, pessoas novas para a Linguística?*

Francisco Lacerda: Uma coisa vem com a outra... Não se pode ter qualidade sem se ter uma base de escolha. Uma vez, ouvi uma entrevista com o anterior secretário da secção de Literatura da Academia Nobel. O repórter perguntou-lhe se ele só lia livros bons. A resposta que ele deu, eu achei-a ótima: “O importante é ler tudo, porque, se eu só ler os livros bons, como é que eu sei que eles são bons? Eu tenho que ler tudo para poder ter uma referência, eu leio muito, e é isso que eu faço”. E aqui é o mesmo problema: se se querem ter pessoas boas, pessoas inspiradas, tem que se ter uma base larga, tem que se conseguir entusiasmar alunos, mesmo ao nível do Ensino Secundário. Isso demora muito tempo. Aqui vêm montes de vezes com as escolas [em visitas destinadas a cativar alunos do Ensino Secundário para os cursos oferecidos pela Universidade]. Vêm ver como é que é. Eu recebo-os e estou para ali a falar. Eles parecem interessados, mas depois, às vezes, saem-se com perguntas assim: “Essa camisola, onde é que a compraste?”!!! Mas outros são muito interessados e vêm com perguntas diferentes, e eu faço umas brincadeiras com hélio, por exemplo, tocar trompete com hélio ou falar depois de ingerir hélio.

João Veloso: *E na nossa área eu acho que isso é particularmente difícil: penso que em Portugal qualquer aluno no fim do 12.º ano sabe o que é a Física, ou*

a Matemática, ou a Química, mas não sabe o que é a Linguística. Estudam Português e pensam que o estudo da língua é a gramática (normativa) e a Literatura, e mais nada, e não se apercebem de que há um mundo inteiro de perguntas e de dúvidas acerca da linguagem.

Francisco Lacerda: Sim, mas os objetivos também são diferentes. Isto de trabalhar com os alunos do Ensino Secundário [nas visitas de apresentação acima referidas] requer um esforço muito grande, mas há aí alguns que vêm para os nossos cursos por causa disso, e não necessariamente aqui em Fonética. Eu sei que, quando me queixei uma vez à Administração da Universidade, porque investia uma série de tempo, nessas visitas e depois não via grande retorno, eles responderam-me: “Não, não, não; há dois alunos em Química que dizem que vieram para cá porque estiveram no Laboratório de Fonética numa dessas visitas!”

João Veloso: *Já agora, isso leva-nos a uma pergunta sobre um tópico que temos discutido muito no Porto. Os alunos que saem desta universidade com uma licenciatura em Fonética ou em Linguística Geral onde é que encontram trabalho?*

Francisco Lacerda: Aqui têm encontrado trabalho na área dos sistemas de reconhecimento automático, em sistemas de diálogo. Ainda recentemente tivemos uma onda para os sistemas de GPS, nas aplicações tecnológicas em geral. E depois outros têm trabalhos em tarefas mais normativas: há umas instituições que têm como função ver como é que a língua está a evoluir. Também arranjam trabalho em jornais, por exemplo a fazer a revisão da linguagem dos jornalistas, ou na fixação da pronúncia na televisão ou na rádio. Há esse tipo de trabalhos assim...

Pedro Tiago Martins: *Agora uma pergunta um bocado diferente. O que é que acha que mudou na investigação em Portugal desde que saiu do país no final dos anos 1970?*

Francisco Lacerda: Acho que mudou imenso. Posso dizer que estive envolvido naquelas duas avaliações [nas comissões internacionais de avaliação de unidades e projetos da FCT] e que, da primeira para a segunda avaliação [de unidades], a diferença foi enorme! Acho que, se se continuar assim, numa próxima avaliação já não haverá problema nenhum em ter um ou dois centros ao nível da excelência.

Acho que se mudou imenso, porque as pessoas começaram a perceber que é preciso relacionarem-se com o mundo exterior, que só o mundo lusófono é insuficiente. Tive uma série de discussões com pessoas que se recusavam falar outra língua [que não o português] [refere-se a membros de unidades que se recusavam a falar inglês nas reuniões com os peritos estrangeiros]. Como é que se pode falar de internacionalização com uma atitude dessas? É uma pena que o português, que é a quinta língua do mundo, não tenha um impacto maior do ponto de vista científico, mas é um facto que não tem e, até ter, tem que fazer qualquer coisa diferente – e nesse aspeto acho que as pessoas começaram agora a perceber em que linha é que devem seguir, porque não há muitas escolhas. O que há a fazer, parece-me, é aproveitar ou criar coisas de novo. E, em Portugal, há trabalhos excelentes, eu acho que é espantoso, é uma pena que não sejam mais conhecidos cá fora. Toda esta gente que lá tenho levado para as avaliações diz assim: “Mas isto é incrível. A única coisa que a gente lê são trabalhos em inglês, doutros autores, que não chegam aos calcanhares disto, mas estes daqui nunca aparecem!”. E nunca aparecem, porque as pessoas não explicam aquilo que estão a fazer [e não sabem garantir a aceitação dos seus trabalhos nos circuitos da ciência internacional]. Isso é um drama enorme: sim, a comunidade lusófona é muito grande, mas não tem a organização que os outros têm... Se se perguntar a alguém quais são exemplos de instituições excelentes que trabalhem em coisas de linguagem aqui na Europa, o que é que vocês diziam?

Pedro Tiago Martins: *O Max Planck!*

Francisco Lacerda: É. É. Mas é realmente isso. Não há assim mais. Mas é uma coisa que agora notei, da primeira para a segunda avaliação: houve uma melhoria enorme. As pessoas estão muito mais atentas às coisas, agora os pedidos de bolsa são escritos em inglês, e isso dá a possibilidade de mandar aquilo para avaliadores de qualquer parte do mundo e de ter júris internacionais, o que é um aspeto muito importante. Mas acho que a qualidade tem mudado imenso.

Pedro Tiago Martins: *E isso é uma coisa que se vê em todas as áreas científicas ou outras já eram assim há mais tempo?*

Francisco Lacerda: Eu acho que é uma coisa que se vê em todas as áreas. Eu sei que na parte de Biologia também é assim, porque eu estive a falar com o Tacumseh Fitch, que tem ligações com um grupo de ciências biológicas em

Portugal, e ele diz que eles são excelentes. Ele diz que é um grupo ótimo. Isso é uma coisa que dantes não havia. Ele disse-me isto aqui há uns três anos. Acho que isso está no bom caminho, sim.

Pedro Tiago Martins: *Isso faz com que haja em Portugal atualmente áreas em que é mais apetecível estudar, que atraíam também investigadores estrangeiros?*

Francisco Lacerda: Ah! Sim, sim! Esta na área da Biologia pelos vistos é uma área que atrai gente que vem de Harvard.

Pedro Tiago Martins: *Mas haverá áreas em que estudantes de doutoramento estrangeiros procurem ir fazer investigação para Portugal?*

Francisco Lacerda: Eu acho que isso já se vê. Nalgumas das coisas que eu avaliei, eu vi, por exemplo, projetos de investigação propostos por gente que não tinha nomes portugueses. E se não se faz isso assim... O facto de se ter escrito uma coisa qualquer que outras pessoas leiam noutros países faz com que os professores que lá estão vão talvez usar aquilo como trabalho de referência, quando usam aquilo como trabalho de referência entram em contacto com os autores, mandam um aluno lá através do Erasmus ou algo semelhante e é dessa forma que se cria esta internacionalização, acho eu. Mas acho que Portugal está no bom caminho, que não sei quanto tempo demorará a desenvolver-se, mas estou convencido que mais uns quatro anos ou assim... E acho que a FCT tem umas ambições muito boas. Tem um grau de internacionalização e um nível de exigência muito bons. Eles querem que, quando se admita que há alta qualidade ao nível de excelência, isso seja reconhecido sem se ter de pedir desculpa por isso. Acho isto uma coisa ótima, porque, de outra maneira, estamos a prestar um mau serviço para todos.

Pedro Tiago Martins: *Então Portugal, tirando os constrangimentos financeiros, em termos de trabalho científico aproxima-se agora muito mais de países como os Estados Unidos ou o Japão?*

Francisco Lacerda: Sim, sim. Definitivamente.

Pedro Tiago Martins: *E aqui, na Suécia? Desde que veio para cá, o que é que mudou no país em termos de investigação?*

Francisco Lacerda: Ah, está muito mais renhida, agora, do que era dantes. Há muito mais gente a concorrer. Pode haver uma percentagem de financiamento que vai aí para uns 8% ou coisa assim. Em Portugal são uns 25 ou 30%. É totalmente diferente. [Refere-se ao *ratio* entre candidaturas e bolsas aprovadas.]

Pedro Tiago Martins: *Mas isso é bom, não é? Tendo muitas possibilidades de escolha, podem escolher os melhores, não?*

Francisco Lacerda: Sim, mas assim também se perde muita gente. É uma concorrência muito, muito renhida. Quando é assim, aquilo que é difícil é encontrar critérios para eliminar. Às vezes, os candidatos que não são escolhidos podem pensar: “Isto foi um mal-entendido, este avaliador não percebeu o que eu queria fazer”. Isso acontece aqui e a probabilidade de isso acontecer é inversamente proporcional à percentagem de bolsas que podem ser financiadas, mas o que eu vejo aqui que é uma coisa que talvez seja diferente em relação a Portugal. Aqui as pessoas pensam: “Ok, se fui mal-entendido [pelos avaliadores], então foi porque eu não me expliquei bem”. E da próxima vez vem um projeto em que aquela coisa que tinha sido mal-entendida ou que tinha sido injustamente interpretada foi tida em conta e nota-se que há uma evolução.

João Veloso: *A dimensão internacional do trabalho científico feito hoje na Suécia já existia quando chegaste cá em 1979?*

Francisco Lacerda: Quando aqui cheguei, a este departamento, havia situações perfeitamente cómicas para mim, como estarmos a falar como é que isto é na Suécia e tal e depois olhávamos à nossa volta e havia um sueco e todos os outros eram americanos ou franceses ou outra coisa qualquer...

João Veloso: *E além dessa concorrência que hoje se nota mais, o que é que também mudou na vida científica, na investigação e na própria universidade na Suécia nestes anos todos?*

Francisco Lacerda: Houve aquela invasão das “aplicações práticas”! Os governos sentem uma maior pressão cada vez maior de justificar o investimento de dinheiros públicos em coisas que deem resultados. Isto é um disparate pegado. As coisas já não se fazem pelo próprio conhecimento.

João Veloso: *Isto tem também a ver com a chegada do liberalismo à Suécia e com um certo fim do modelo social-democrata aqui?*

Francisco Lacerda: Sim, acho que com o liberalismo as pessoas perderam um bocado o “norte”. Eu agora, quando vou aos Estados Unidos, ouço falar da Suécia como se fôssemos um país comunista! Não os meus colegas, mas na rádio, por exemplo, fala-se assim. Os Republicanos usam uma linguagem... faz impressão, faz.

João Veloso: *E tu notas que no trabalho científico também há essa pressão da rentabilidade, mais economicista?*

Francisco Lacerda: Há uma pressão maior. Agora, por exemplo, calcula-se tudo: quantos metros quadrados eu aqui tenho [no gabinete], quanto gasto de luz e água... Tudo isto é contabilizado.

João Veloso: *E confunde-se a noção de valor da ciência com a de preço da ciência.*

Francisco Lacerda: É; nós estamos a fazer um bocado de reação a isso e acho que se vai encontrar um bom meio-termo. Isto é uma tradição sueca de há muito tempo; sempre se soube, tudo é contabilizado, isto já vem de 1500, quando era a Igreja que tinha a função [censitária] de registar todos os que nasciam, os que morriam, quanto é que as pessoas ganhavam, etc.

João Veloso: *Mas são coisas diferentes, não é? Uma coisa é contabilizar os gastos, outra coisa é tomar decisões científicas em função do interesse económico do conhecimento.*

Francisco Lacerda: É isso! Tomar decisões em termos da rentabilidade económica é algo novo [na Suécia] e está a desaparecer agora; primeiro houve um *boom* e isso floriu imenso, e agora está-se a ver um bocadinho de reação a esta coisa. As pessoas começam [novamente] a falar de valores, princípios... Porque houve aqui uma altura, há uns 4 ou 5 anos, em que valia tudo: desde que se ganhasse dinheiro, estava tudo bem!

João Veloso: *Até “vender a mãe”. Antigamente, “vender a mãe”, em português, servia para classificar negativamente uma pessoa capaz de tudo, sem escrúpulos.*

Nesta cultura liberalista dominante, serve para designar alguém de grande sucesso, capaz dos maiores feitos económicos!

Francisco Lacerda: Agora está-se a voltar a pôr a questão outra vez e acho bem. Isso está a modificar-se um bocadinho. Mas continuamos a ter uma contabilização de tudo. É tudo contabilizado: os dinheiros que vêm do Governo pela Universidade, os que vêm de uma contribuição externa (e, para se conseguir gerir esta contribuição externa, é preciso ter laboratório, é preciso ter gente, é preciso ter secretárias, é preciso ter gente que trabalha na administração, para que tudo consiga funcionar). E isso então declara-se tudo; é tudo ao cêntimo, aquelas coisas que se exige de Bruxelas [refere as normas contabilísticas impostas pela União Europeia à gestão de projetos]. Para nós é uma coisa que sempre foi feita assim. Aliás, a única coisa que achei esquisita quando participei num projeto europeu foi ter de estar a arranjar um revisor autorizado por Bruxelas quando os daqui já faziam o trabalho que ele fez!

Pedro Tiago Martins: *Há diferenças também nas condições de trabalho em si, desde que veio para cá?*

Francisco Lacerda: Sim, posso dizer que agora temos menos tempo para “brincadeiras”. Não chegamos para as encomendas! Aqui há uns anos, talvez fosse por eu ser doutorando ou recém-doutorado, fazíamos festas; agora continuamos a fazer isso, mas é muito mais difícil juntar as pessoas todas. Faz-se sempre qualquer coisa, quando as pessoas fazem anos, ou no Natal: toca-se música, fazem-se textos novos para canções velhas e canções novas para textos velhos, e coisas assim, mas há uma pressão maior, e mesmo os estudantes estão muito mais orientados para terem boas notas, porque têm de ter boas classificações para poderem arranjar emprego. Nesse aspeto, agora há um clima mais *tough*, mais intensivo, mais duro.

Pedro Tiago Martins: *E no cômputo geral, a Europa distingue-se muito, a nível de ciência e investigação, de outras zonas, como a América e o Japão?*

Francisco Lacerda: Acho que aqui há uma estrutura diferente que ainda não está bem explorada, a nível dos projetos europeus, que está a dar muitos bons resultados. Aqui, a estrutura é muito mais plana, e muito mais integrada, do que aquilo que eu vejo nos Estados Unidos. Lá, há um que toma conta do projeto e

depois há uma série de gente que executa muito bem, mas cada um faz o seu bocadinho. Aqui, e nesta universidade em particular, há uma estrutura muito horizontal, em que os que trabalham comigo sabem quase tanto ou mais do que eu acerca dos objetivos do projeto, veem o seu trabalho como um elemento que contribui para aquele conjunto todo. Todas as semanas temos reuniões em que fazemos o ponto da situação, o que é que estamos a fazer, para onde estamos a ir; noutros lados, nos Estados Unidos, não vi isto dessa maneira. Há mais uma hierarquia; não se envolvem alunos não-doutorandos. No Japão, onde só estive duas vezes, tive a sensação de que há uma estrutura extremamente hierárquica. Um professor lá é um deus!

João Veloso: *Essas diferenças têm a ver com modos diferentes de organização do trabalho. E em termos de reconhecimento do público, quais são as diferenças entre estes três contextos [europeu, americano e japonês] na forma como o cidadão comum considera o trabalho do cientista?*

Francisco Lacerda: No Japão, não faço ideia nenhuma de como é. Aqui, há um aspeto interessante. É que aqui uma pessoa com um doutoramento tem um estatuto muito reconhecido. Se eu disser que sou professor, tenho acesso ao ministro. É um estatuto muito especial, é tão alarmante que aqui se acredita quase cegamente naquilo que um professor [universitário] diz.

Pedro Tiago Martins: *Envolveu-se recentemente numa polémica a partir de um artigo que escreveu com um colega seu sobre aquele “detetor de mentiras” sem qualquer fundamento científico. Quer falar um pouco sobre essa história e sobre o ponto em que o caso se encontra?*

Francisco Lacerda: Aquilo que nós fizemos foi exatamente uma daquelas coisas do que aqui se considera ser a terceira missão da Universidade (uma é a investigação, outra é a educação). O fabricante dessa coisa tentou vender isso aqui na Suécia e, quando a tentaram introduzir (foi em 2004), eu ouvi algo na rádio e disse “Alto lá!!! O que é esta coisa? Isto é um disparate pegado!”. Uns psicólogos de uma outra universidade [sueca] estavam a ser usados para promoverem aqui o produto, coisa de que foram proibidos mais tarde. Esses psicólogos falavam dum cientista israelita que tinha vindo à Suécia e que tinha dado um seminário nessa universidade (não vou dizer o nome, mas não era a Universidade de Estocolmo). E aí eu escrevi uns artigos e fui à rádio também.

Comecei a olhar para aquela coisa e aquilo era um disparate, não tinha ponta por onde se pegasse. A minha motivação era a seguinte: se eles estão a tentar vender isto à Polícia, à Alfândega, à Caixa de Previdência, estão a entrar no meu bolso, porque são dinheiros públicos que vão financiar isto – e se os dinheiros vão para isto, não vão para a investigação ou para outras coisas. Comecei a olhar para aquilo e achei tudo uma coisa absurda; era uma espécie de um gerador aleatório. Aquilo nem é aleatório, é determinístico, mas funciona quase como um gerador aleatório de estados emocionais, porque é controlado por detalhes do sinal da fala. Se houver reflexões das paredes, ou barulho do autocarro, ou um cão a ladrar, tudo entra nisso, e cria-se uma situação que eu descrevi em coisas que tenho estado a escrever nesta fase pós-conflito (eles disseram que eu nunca mais podia escrever sobre o assunto, mas eu já o fiz montes de vezes...), em que tanto o investigador como o suspeito ficam perfeitamente confundidos: estão a falar com uma maquineta que está a fazer predições aleatórias e aquilo que os fabricantes dizem é que aquela coisa é um processo tão poderoso, é um algoritmo tão poderoso que não deteta uma mentira assim diretamente – aquilo deteta *as intenções do falante*! Como é que aquilo funciona? Aquilo é metafísico até mais não ver!

Pedro Tiago Martins: *Isso tudo a partir do sinal da fala, não é?*

Francisco Lacerda: Aquilo é tudo a partir do sinal da fala. Isso é que é fantástico! Se fosse uma coisa dessas, se funcionasse dessa maneira, era o Prémio Nobel! É estranho. [irónico] Mas eles são muito humildes: naquela empresa, não querem muita publicidade, porque as pessoas que sabem daquilo percebem que aquela coisa funciona como deve ser; os outros é que são os idiotas que não percebem nada do assunto, e depois têm os dois da Suécia que andam a questionar isto nem sequer são peritos de fala! (E eu pergunto assim: se nós não somos, quem é?) Nós não sabemos coisas de voz... E além disso não temos aquela “experiência de campo”, de saber como é que as coisas são... Porque eles fizeram a experiência no aeroporto de Moscovo e sabem perfeitamente que aquilo funciona a cem por cento. Apanharam uns suspeitos, uma certa percentagem deles confessaram crimes. Eu acho que até podiam ter apanhado mais suspeitos, se não tivessem utilizado aquilo. Então, nós escrevemos o artigo e eles não gostaram, porque tinham um negócio montado na Inglaterra. Realmente, não percebo como é que um país europeu com o nível de conhecimento que a Inglaterra tem, com gente das universidades famosíssimas, gente que sabe de processamento de

sinais muito mais do que eu, não se deram sequer ao trabalho de perguntar a uma pessoa da universidade; davam-lhe cinco minutos e tinham dito “isto é uma porcaria e não tem ponta por onde se pegue”. Aquilo atira cá para fora uma série de gráficos e de indicações que lhe dão um ar muito científico.

João Veloso: *Realmente isso faz-nos lembrar coisas anteriores à época da ciência...*

Francisco Lacerda: Sim, sim, aquilo é uma coisa perfeitamente ridícula. Só que aquilo é feito com tecnologia nova. É feito com computador...

João Veloso: *Não tem validação científica em revistas internacionais.*

Francisco Lacerda: Nada! Eles tentaram publicar aquilo em vários sítios. Foi sempre recusado. É perfeitamente ridículo. E depois não há bases nenhuma. [*muito irónico*] As bases são secretas! Eles iam agora lá mostrar à gente como é que se faz um milagre daqueles!?

João Veloso: *É até um bom exemplo até para dar a estudantes do que NÃO é um trabalho científico.*

Francisco Lacerda: Pois! E fazem apelo à comunidade científica! Dizem que aquilo é científico, mas quando se pergunta por provas, dizem que isso é segredo e que não se pode revelar (não vão os outros aprender como se faz!). Eles são uma empresa relativamente pequena, têm meia dúzia de gente lá, têm um psicólogo que, de acordo com um contacto que eu tive em Inglaterra, tem um daqueles diplomas de Psicologia duma daquelas universidades em que se compra o diploma por 500 dólares na América e ele é obtido numa tarde. De facto, as autoridades na Inglaterra fizeram uma investigação da estatística desta história, fizeram um *follow-up* para, de forma independente, verem se [as pessoas que foram submetidas ao detetor de mentiras em processos de pedido de reformas e baixas por doença] estavam a mentir ou não. E o resultado é perfeitamente aquilo que se devia estar à espera: é quase 50%. Tem de se ver não em termos da percentagem de gente que é detetada, não só isso, mas em termos da quantidade de falsos alarmes que é preciso para se poder encontrar alguém. Isto vai quase de mão em mão.

João Veloso: *Mas o caso ainda não está encerrado, ou está? Há um processo judicial?*

Francisco Lacerda: Não, não há. Eles não fizeram isso, porque quem tem a responsabilidade da publicação [do nosso artigo] é, de facto, a editora e foram eles os primeiros a serem intimidados.

João Veloso: *O que mostra bem, também, esta relação assim um bocadinho perversa entre interesses económicos e verdade científica...*

Francisco Lacerda: Sim, é isso, mas da editora telefonaram para aqui [dizendo que iam retirar o artigo em que desmascarávamos aquela máquina]. Eu disse-lhes que, se retirassem o artigo, a universidade os processava. Ou eram processados pelos fabricantes ou por nós. Mas depois falámos com o diretor da Faculdade e ele disse que o único resultado de nós processarmos a editora era ela ir à falência. O que é que ganhávamos com isso? Só no dia da publicação da história no jornal daqui e nos dois dias seguintes, o número de acessos à página da Universidade de Estocolmo ultrapassou largamente o número normal. Há um pico enorme naqueles dois seguintes. Eu nunca tive tantos *e-mails*. Eram centenas...

JOAQUIM BRANDÃO DE CARVALHO

Universidade de Paris VIII



Joaquim Brandão de Carvalho é investigador e professor de Fonologia na Universidade de Paris VIII. Embora tenha nascido em Portugal, desenvolveu maioritariamente a sua carreira académica em França.

É conhecido pelo seu trabalho no âmbito da Fonologia Teórica e Descritiva, concentrando, nos últimos anos, as suas atividades em três domínios: a estrutura das representações fonológicas, os primitivos fonológicos e a interação da Fonologia com os módulos ‘superiores’.

A sua investigação e enorme contributo na área da Fonologia foi o que motivou a presente entrevista, que foi elaborada e conduzida por João Veloso, membro da equipa redatorial da revista *eling*^{UP}. A entrevista foi prestada por escrito, em 2010, a partir de um conjunto de questões enviadas ao Professor Joaquim Brandão de Carvalho.

João Veloso: *Começamos por uma pergunta óbvia, que já lhe devem ter feito muitas vezes. Nasceu em Portugal, mas desenvolveu toda a sua carreira académica fora do país (sobretudo em França, onde obteve os seus graus universitários todos e onde investiga e ensina em Fonologia há mais de 30 anos). Sente-se um “estrangeirado”, no sentido histórico-cultural que é dado a este termo em Portugal? E, se nos permite uma pergunta pessoal, como vê a atual situação do país, tendo especialmente em conta que provém de uma família com um forte empenhamento político na luta por uma nação melhor?*

Joaquim Brandão de Carvalho: Nasci em Lisboa, mas passei a maior parte da infância e adolescência ora em Paris, ora no Brasil (cinco anos em São Paulo), e depois, já adulto, unicamente em França. A verdade é que quase nunca vivi em Portugal. Só, de quando em quando, estadias de curta duração – e isso não é vivência a sério. Acho portanto que nem sequer estrangeirado sou. Esse é – como sempre foi, pelo menos desde o séc. XVIII – alguém radicado no país, ainda que mantendo fortes laços com o estrangeiro, ou exilado à espera de regresso. Exilado – e talvez estrangeirado – terá sido o meu pai. Eu serei hoje, quanto muito, um francês estrangeirado. Um francês incapaz de dizer espontaneamente “nós” ao falar de si e dos compatriotas que escolheu, mas francês apesar de tudo. Os laços que mantenho com o país vêm-me primeiro da língua – que estive quase para perder há uns vinte anos – e da poesia, dum irmão que me resta em Lisboa, e pouco mais além de lembranças e das saudades *qui vont avec...* A atual situação do país vejo-a, a título pessoal, como ilustração do “desencantamento do mundo” a que assistiu a minha geração e, mais ainda, a dos meus pais. Tinha 16 anos aquando do 25 de abril, e até então este país – a “situação”, como se dizia justamente nessa altura – havia sido para mim ao mesmo tempo a causa de nós estarmos a viver onde vivíamos, ora em França, ora no Brasil, e a promessa de uma formidável reviravolta, a nível político, social, económico, cultural... Pois bem: essa até que acabou por acontecer, mas de forma completamente diferente e inesperada em relação aos moldes marxistas de pensar da época. Portugal é hoje um país tão diferente daquilo que conheceram meus avós e meus pais quando novos, em particular sob o ponto de vista social e da evolução das mentalidades! Encontro em filmes franceses dos anos 30 cenas e ambientes que me lembram episódios da minha infância lisboeta dos anos 60. E que revolução ocorreu? Não a que desejavam muitos na altura, decerto; simplesmente uma que transformou Portugal num país “normal” no contexto europeu. Não quero com isso relativizar a importância dos problemas que enfrenta o país, que os há, claro, e, como se está a comprovar neste momento, de certeza maiores que em países desenvolvidos desde há mais tempo. Quero é salientar o contraste entre o empenhamento político de tantos Portugueses até 1974 e a atual situação, em que os tipos de problema e as soluções propostas por uns e outros se tornaram comuns ao conjunto das nações europeias, e, tal como nestas, se viram afastados de quaisquer grandes projetos de transformação política e social. Nem sempre para bem.

João Veloso: *Como vê, estando de fora do país e na justa medida do que conhece, as diferenças do trabalho universitário entre Portugal e a França?*

Tendo tido contacto pessoal e profissional, ao longo da sua vida, com diversos contextos universitários e académicos (Portugal, Brasil, França, pelo menos), consegue aperceber-se de algumas diferenças a nível do tipo e das condições de trabalho desenvolvido nesses diversos contextos?

Joaquim Brandão de Carvalho: Na medida do que conheço, as diferenças que noto envolvem sobretudo duas especificidades (provisórias) do sistema francês. Uma é a ausência de seleção (formal) à entrada na Universidade e propinas extremamente baixas. Daí locais e condições de trabalho no dia-a-dia bastante inferiores às que se podem encontrar mesmo em universidades de países menos desenvolvidos. Outra especificidade francesa é a estranhíssima divisão do mundo académico em três setores: a Universidade propriamente dita, o CNRS e as *Grandes Écoles*. Para simplificar, a Universidade é a docência e o CNRS a investigação. Um *enseignant-chercheur*, muitas vezes, está ligado a ambas as entidades. Eu, por exemplo, sou professor titular (catedrático) da Universidade e pesquisador “associado” a um laboratório “misto”, isto é, cogerido e cofinanciado pela minha universidade e pelo CNRS. E, dentro das universidades, há departamentos, que gerem a licenciatura e o *master*; o doutoramento, esse, incumbe às *Écoles doctorales* da universidade, que reúnem vários departamentos e laboratórios. E o pós-doutoramento é da responsabilidade exclusiva dos laboratórios! Pode-se calcular o nível de complexidade a que se chega para, por exemplo, financiar os custos duma participação em colóquio. Eu, como *enseignant-chercheur*, serei pago pelos serviços centrais da universidade, ou pelo CNRS; um estudante em doutoramento sê-lo-á pela *Ecole doctorale* ou pelo laboratório a que pertence. A decisão depende da simples conjuntura orçamental. Quanto às *Grandes Écoles*, tais como, nas nossas áreas, a *École Normale Supérieure*, vivem bastante afastadas da universidade. O papel delas é historicamente o de formar os professores do Ensino Secundário. Aqui o que domina não é a complexidade, mas o paradoxo: pouca pesquisa há nessas *Grandes Écoles*, mas o prestígio delas é tal que atraem boa parte dos melhores alunos dos liceus, que acabam assim muitas vezes perdidos para a investigação. Formei-me aqui e, portanto, conheço desde sempre o sistema francês. Não consigo, no entanto, evitar que ele me inspire certo sentimento de exotismo quando o comparo com o que vejo em Portugal e noutros países, que, apesar de todos os problemas que há em toda a parte, me parece muito mais simples e muito menos paradoxal.

João Veloso: *A sua carreira tem-se repartido pelos dois domínios tradicionais do trabalho académico nos moldes europeus: a investigação e a docência. Recentemente, tem-se dedicado também à gestão universitária. Como vê a interação entre estas diversas componentes, sobretudo tendo em consideração que num país como a França estruturas como o CNRS tornam possível que um cientista se dedique exclusivamente à investigação, sem qualquer ligação ao ensino universitário? Nunca se sentiu tentado por se concentrar num só aspeto da vida universitária? Em seu entender, quais as vantagens ou desvantagens da “distribuição” pelas duas atividades ou da concentração numa só?*

Joaquim Brandão de Carvalho: Investigação e docência são para mim dois aspetos complementares e indissociáveis. E quando falo de docência, penso também na formação dos estudantes de 1.º ciclo, recém-chegados à universidade. Ensinar implica, por vezes, ter que responder a perguntas “ingénuas” que, pelo menos indiretamente, de modo subterrâneo, frequentemente influem no trabalho de pesquisa. E também é verdadeira a recíproca: elaborar toda uma arquitetura teórica acarreta o ter que a justificar, e aí tem também o ensino um papel notável. Sei que o CNRS é admirado em muitos países, por proporcionar um espaço de liberdade ao pesquisador. Não me parece, porém, boa ideia copiá-lo nos mesmos moldes e sinto-me mais do que cético em relação ao estatuto de investigador perpétuo e a tempo inteiro. Se a pesquisa pode ser, de certo modo, uma atividade vitalícia, é-me impossível conceber que alheie o investigador de toda e qualquer atividade docente; investigação como *full time job*, por outro lado, só tem sentido durante certos períodos da vida dum investigador. Daí a posição que é a minha – e que desgraçadamente mais coincide neste ponto com certas posições da direita política francesa – de transformar o CNRS num organismo que continuaria a fornecer os meios materiais e financeiros para investigação, mas que só albergaria pessoal próprio, isento de encargos docentes, de maneira provisória, com base em projetos. Pelo menos em Linguística e em ciências humanas – os problemas serão certamente diferentes nas disciplinas experimentais – a melhor pesquisa em França é feita nas universidades, apesar de todas as tarefas ligadas ao ensino. Claro está que isso supõe uma carga horária de aulas que não seja um absurdo, e que não haja nesse aspeto grandes disparidades entre as disciplinas e departamentos – coisa que, pelo menos até agora, se verifica em França, mas que pode, infelizmente, vir a mudar com a maior autonomia conferida ultimamente pelo Estado às universidades.

João Veloso: *O Professor é conhecido pela sua produção no âmbito da Fonologia Teórica e Descritiva, mas quem o conhece pessoalmente não pode ignorar os conhecimentos aprofundados que tem em vários domínios e níveis, a começar por outros domínios da Linguística (Sintaxe, Linguística Histórica, História da Linguística) e a acabar em áreas como a Literatura, a História, a Filosofia, a Política, a Matemática e a Lógica. Considera-se um “homem do Renascimento” pela pluralidade de conhecimentos que domina? Em que medida, em seu entender, o seu estudo enquanto linguista tem beneficiado de toda essa abrangência?*

Joaquim Brandão de Carvalho: Receio que já não haja muitos “homens do Renascimento” hoje em dia. E a maneira como evoluem as disciplinas do campo das humanidades não concorre mesmo para ressuscitar o humanismo quinhentista. A vida tem-se tornado difícil para um simples *honnête homme* à maneira do século das Luzes, se ainda os houver. Não temos hoje – nem tive eu – a introdução à variedade de domínios do conhecimento que foi outrora de praxe na formação. Mas não é tanto, aliás, a perda do carácter enciclopédico do saber que me parece o ponto mais importante nessa evolução. Mais grave é a meu ver a diluição do aspeto “gratuito” conferido ao conhecimento. Agora, e cada vez mais, o cientista tem de ser um “profissional”. E isso reflete-se tanto na fragmentação de diversas áreas do conhecimento – um profissional tem que ser “especialista”, não é? – como em vários traços aparentemente anedóticos, mas que denotam conformismo em relação a um modelo empresarial da vida académica (ou ao modelo das ciências experimentais, que, pelos vistos, satisfaz a imagem que muitos de nós querem ter de si próprios): comunicações de 20 minutos, uso intensivo do *PowerPoint*, cronologia regressiva das publicações no *curriculum vitae*, quantificação crescente dos critérios de avaliação da atividade – ou melhor, da “produtividade”! – científica, causa da inflação, um tanto ridícula, de artigos e de colóquios a que temos vindo a assistir. Não sou de maneira alguma saudosista duma era dourada que nunca existiu. Tento é, simplesmente e na medida do possível, manter, no meu domínio, uma diferença que me parece sã e necessária entre ciência e sociologia da ciência. Nem sempre é fácil.

João Veloso: *Quais são, em seu entender, as qualidades essenciais num linguista? E um fonólogo: deve ter qualidades diferentes das de um especialista de outra área da Linguística? Uma afirmação que lhe temos ouvido é a de que, ao contrário da Sintaxe ou da Semântica, a Fonologia tem uma “genealogia” muito própria*

dentro dos estudos linguísticos. Já o ouvimos até traçar a sua própria “genealogia”: Brandão de Carvalho filho de Encrevé, Encrevé filho de Martinet, Martinet filho de Meillet... Quer falar-nos sobre isso também? E quer explicar-nos por que é que noutras áreas da Linguística essa genealogia é menos evidente?

Joaquim Brandão de Carvalho: Nunca entendi bem por que razões acabei por preferir estudar Fonologia em vez de Semântica ou de Sintaxe. A única de que tive rapidamente consciência, mas que não exclui de certeza outras, é a ligação natural, dado o passado da disciplina, entre a Fonologia e a Linguística Histórica, a vertente diacrónica que sempre me atraiu. O que também me seduziu na Fonologia foi, por um lado, a considerável autonomia desta em relação aos outros módulos da linguagem, em suma, em relação ao sentido; e, por outro lado, o rigor e a coerência da organização dos sistemas fonológicos. Duma certa maneira, a conjunção desses dois aspetos parece paradoxal e misteriosa: donde vem essa coerência, a lógica e a formidável economia da faceta sonora das línguas, se essa organização não está (diretamente) ligada ao papel fundamental da linguagem que é veicular sentido? Não vejo bem como definir a especificidade da Fonologia em termos de “qualidades” requeridas no fonólogo. Mas penso que as características de que falei são causa de outro paradoxo: desligada do sentido, a Fonologia acaba por ser o domínio de certa maneira mais “abstrato”, literalmente, da Linguística, aquele cujos dados não envolvem glosa, interpretação, à maneira duma frase em Sintaxe; antes, *abstraem-se* da substância fónica, sendo os critérios e os limites dessa abstração a principal fonte da variedade das teorias elaboradas desde há um século. Suponho que a “genealogia” a que se refere, ou seja, a continuidade manifesta na definição do nosso objeto de estudo, tem a ver com isso. Existe, para falar como Hjelmslev, uma “substância da expressão”, que é a base da Fonologia; a “substância do conteúdo”, essa, é muito menos clara. Daí haver, no meu campo, uma demarcação relativamente nítida entre forma e substância e, portanto, um certo consenso na questão de saber quando acaba o som e começa a sua representação, seja qual for a teoria fonológica, isto é, o nível de abstração aceite para essa representação.

João Veloso: *Quando lhe pedimos que diga em que quadro teórico trabalha, diz que tem dificuldade em se circunscrever a uma só teoria, mas não hesita em definir-se como um “linguista estruturalista”. Pode explicar-nos melhor esta filiação? Quem assistiu ao seu curso sobre marcação em Fonologia na Faculdade de Letras do Porto no verão de 2010 ou quem leu o seu último livro percebe*

que a sua erudição linguística, por um lado, e o recurso a vários conceitos e modelos de análise fornecidos por mais do que um quadro teórico dificilmente o podem aprisionar numa só teoria. Como se situa relativamente a quadros menos conhecidos e explorados, pelo menos em Portugal e mais recentemente, como a Fonologia do Governo, por exemplo? E como é que um linguista que se diz “estruturalista” vê todos os avanços alcançados pelos designados “modelos não-lineares” da Fonologia Generativa e pelos “constraint-based models” como a Teoria da Otimidade?

Joaquim Brandão de Carvalho: Acho que essa dificuldade em me situar num quadro teórico preciso tem justamente a ver com a continuidade da problemática em Fonologia de que falávamos. Ao invés do que ocorre em Sintaxe, onde se é ou “minimalista” ou “HPSG” ou seja o que for, há em Fonologia uma espécie de património teórico comum que faz com que, até certo ponto, muitos problemas sejam “traduzíveis” dum modelo para outro. Essa língua comum é, em grande parte, a “protolíngua” que nos vem do Estruturalismo das origens – ou até do séc. XIX: a tensão fundamental entre restrições de marcação e restrições de fidelidade na Teoria da Otimidade lembra, em muitos aspetos, a postulada pela escola neogramática entre câmbio fonético e pressão analógica! Definir-se, em 2010, como estruturalista não quer dizer que se pensa como Trubetzkoy ou Bloomfield, como se nada tivesse ocorrido desde os anos 30 do século passado... Significa, sim, no que me toca a mim, que tomo a precaução, como cético, de me definir a *mínima*. Por exemplo, muito se fala e escreve ultimamente acerca de “Linguística Cognitiva”. Embora hoje em dia boa parte dos que se reclamam dessa corrente se dediquem ao *Chomsky-bashing*, foi evidentemente a Gramática Generativa que sacou a rolha da garrafa mentalista. Ora, essa deriva parece-me tudo menos evidente: por que razão teriam os fundamentos da Linguística de ser (exclusivamente) cognitivos? E, ainda que assim seja, que autoridade têm muitos dos linguistas que enveredaram nessa direção? Que se saiba, a maior parte (salvo no campo da Aquisição) não tem formação alguma em Psicologia e ainda menos em Ciências Neuronais... Parece-me, pois, prudente atermo-nos, para critério de avaliação das nossas teorias, ao que nos é familiar e ao que podemos abstrair dos dados, isto é, à lógica sistémica dos objetos fonológicos, fundadora da disciplina. Que outros, formados noutras áreas, venham em seguida e, sós ou, melhor, em parceria com linguistas, vejam o que daqui se pode tirar sob o ponto de vista cognitivo. Outra razão para o meu “Estruturalismo” – e consequência do “património comum” de que falei – é a história cíclica da Fonologia. A Fonologia

Generativa surgiu, em finais dos anos 50, como uma reação anti-estruturalista – coisa aliás que não tem paralelo em Sintaxe. Ora, essa reação, no seu estado puro, terá durado pouco mais duma dezena de anos. Logo nos anos 70, a Fonologia Natural (a de Stampe nomeadamente) marca um regresso ao Estruturalismo pela crítica severa (e convincente) do “monismo” morfofonológico de *SPE*. A partir da mesma década, a Fonologia Autosegmental, por um lado, e a Fonologia da Dependência, por outro, ameaçam a primazia da componente computacional (das regras) do modelo *standard*, em proveito da estrutura (das representações). E em que paramos hoje? Ao fim e ao cabo, no mesmo ponto: na busca dum equilíbrio (cognitivamente?) plausível entre computação e representação, sendo que as ferramentas usadas pela primeira já não são regras, mas as restrições da Teoria da Otimidade, e que os modelos representacionais disponíveis – entre os quais, a Fonologia do Governo – são muito mais ricos e complexos do que há trinta anos. Eu situo-me nessa confluência entre Fonologia da computação e Fonologia da representação. O meu posicionamento em relação à Fonologia do Governo vem de que esta me parece ser a teoria mais promissora no campo das representações, em particular a hipótese do “CV estrito”. O que me não impede de reconhecer que ela pouco tem para oferecer noutras áreas, por exemplo, na explicação da variação e da aquisição, campo em que a OT tem sido bastante mais fértil. Penso que, tal como na história da Física, todos os modelos fonológicos são *parcialmente* válidos; a tarefa fundamental para o investigador consiste em *unificá-los*. Os verdadeiros problemas teóricos não se resolvem, dissolvem-se, quando se consegue demonstrar que duas teorias à primeira vista contraditórias não se excluem, mas se completam, que são “casos particulares” no sentido lógico-matemático do termo.

João Veloso: *Qual o lugar que reserva, na descrição fonológica das línguas, a aspetos de natureza morfológica? Por outras palavras: como vê a interação Fonologia-Morfologia? E como vê o contributo das investigações fonéticas para o avanço do conhecimento em Fonologia e, num plano mais geral, as relações entre a Fonética e a Fonologia? Como vê essa articulação em relação com os recentes desenvolvimentos na área da “Fonologia de laboratório”?*

Joaquim Brandão de Carvalho: Aí é que me revelo diretamente estruturalista. Em dois aspetos. Em primeiro lugar, a interface da Fonologia com a Morfologia não é, a meu ver, do mesmo tipo que o da interface com a Fonética. Não se trata de três andares dum prédio, de que a Fonética seria o rés-do-chão. Morfologia

e Fonologia têm objetos de estudo inteiramente diferentes, se bem que ambos sejam representações. Fonética e Fonologia, essas, partem dos mesmos dados, embora só a Fonologia *stricto sensu* trate de representações. Em segundo lugar, parece-me absurdo o papel de componente interpretativa da gramática conferido à Fonologia pelo modelo generativo clássico, baseado no caráter central da Sintaxe. A Morfossintaxe não gera aquilo que vai depois a Fonologia interpretar; julgo mais apropriado pensar que a Morfologia e (direta ou indiretamente) a Sintaxe *exploram* aquilo que lhes é fornecido pela componente fonológica. Para dar um exemplo em que trabalhei, penso que se pode demonstrar com bases puramente fonológicas que há em todas as línguas segregação dos planos vocálico e consonântico. Ora, a hipótese de tal segregação só foi geralmente aceite no caso das línguas semíticas com base na Morfologia não concatenativa dessas línguas. A meu ver, a existência desse tipo de língua é sinal de que a Morfologia, oportunista, “aproveita” esta ou aquela característica formal das representações fonológicas. Outro exemplo é a teoria, desenvolvida por Tobias Scheer, do “CV inicial”, objeto puramente fonológico “utilizado” pela Sintaxe para constituir o que outras teorias chamam “domínios”³. Em relação à Fonética, as relações são, na prática, bem mais complexas, justamente porque compartilhamos, senão o mesmo objeto (a teoria é que constrói o seu objeto), pelo menos os mesmos dados. A meu ver, foneticistas tais como Grammont, Delattre, Öhman, Ohala, Fujimura são também fonólogos, na medida em que Fonologia é teorização dos dados fonéticos. O que, confesso, me incomoda um pouco é a falta de contacto, de diálogo entre a “Fonologia de laboratório” e a Fonologia *tout court*. Falta acompanhada por vezes de desconfiança, senão hostilidade recíproca – o que, aliás, mais uma vez prova que ambas ocupam o mesmo terreno... Penso que aqui há, para além duma divergência real – e inteiramente legítima – de ordem epistemológica, um certo número de mal-entendidos da parte dos fonólogos “de laboratório”: alguns deles têm da Fonologia, digamos, formal, uma ideia perfeitamente ultrapassada e pensam que nós raciocinamos em termos de *letter-like tokens*; outros confundem “abstração” e “arbitrário” das representações fonológicas. Penso também que essa divergência é, em parte, consequência indireta da fragmentação da Fonologia a partir dos anos 80 e ilustração, no nosso campo, da crise geral sofrida pela Linguística como disciplina modelo entre as Ciências Humanas. A tendência para procurar em “laboratório” explicações (muitas vezes funcionalistas) dos fenómenos humanos (em geral, reduzidos a

³ Note-se, aliás, a origem estruturalista dessa ideia, vinda do *junction-phoneme* dos distribucionalistas americanos...

comportamentos) também não é desconhecida em Sintaxe (veja-se a HPSG) e parece-me típica de fases de crise.

João Veloso: *Como entende, por outro lado, a seguinte situação, que é a que temos tentado minorizar nos cursos de verão de Fonologia do CLUP? Certos modelos teóricos parecem “absorver” a quase totalidade da produção científica na área da Fonologia. São o “mainstream” que encontramos nas publicações mais lidas, nas universidades mais conhecidas e nos congressos mais frequentados: referimo-nos, por exemplo, à influência muito forte dos trabalhos recentemente muito formatados pela Teoria da Otimidade. Ao mesmo tempo, outros quadros teóricos são sub-representados no panorama internacional e circunscrevem-se a contextos muito localizados. É o que se passa, por exemplo, com a Fonologia do Governo, a Fonologia Declarativa ou a Fonologia Natural, entre outras correntes. A França parece ser um bom exemplo de algum pluralismo nesta matéria. Está de acordo? Que razões vê para esta tensão entre “correntes mainstream” e “correntes não-mainstream”? Qual a vantagem, em sua opinião, de conhecer mais do que um quadro teórico alternativo? Existe a possibilidade de o sucesso de alguns modelos dever ser lido como uma evidência de que só esses modelos oferecem explicações válidas? Isto é: as correntes sub-representadas são-no, porque apresentam pontos de vista errados, inaceitáveis ou definitivamente ultrapassados?*

Joaquim Brandão de Carvalho: A maneira como, no CLUP, se encara a pesquisa em Linguística e Fonologia denota, julgo eu, a maturidade e o sentido da história que relativizam, sem o menosprezar, o papel dos *mainstreams*. É talvez esse sentido da história – e da geografia – que fará, às vezes, falta nos Estados Unidos, donde nos vem a maior parte deles, em Linguística, desde os anos 60. A França não é o único país da Europa em que há um certo pluralismo, embora – é verdade – haja uma certa uniformidade, um certo monopólio exercido por um punhado de quadros teóricos a nível dos grandes editores e, portanto, dos periódicos mais divulgados, mesmo a nível europeu. Acho que haverá várias razões para isso. Para já, é muito mais *cómodo* trabalhar dentro dum *mainstream*. Pense-se numa comunicação de 20 a 25 minutos para um colóquio, ou num artigo de 40 páginas. Quem trabalha no quadro da OT não precisa gastar 5 minutos ou 10 páginas ou mais a explicar os conceitos de base do modelo; não se passa o mesmo com quem se situa dentro da Fonologia do Governo... Outra vantagem do *mainstream* é que haver bastante gente a trabalhar nele sobre um determinado

objeto, às vezes, acaba por gerar um “efeito de escola” que pode ser virtuoso quando o objeto não é um simples artefacto do modelo: o artigo *a* da autoria de *X* é criticado em *b* por *Y*, o que permite a *Z* propor em *c* uma modificação motivada da versão *standard* da teoria. Encrevé bem mostrou como atuou esse processo nos fins de 70 e começos de 80, quando uma série de estudos sobre a *liaison* do francês muito contribuiu para a emergência do conceito de esqueleto de posições. Se bem que eu não trabalhe no quadro do atual modelo dominante, só desejo que o mesmo aconteça com a Teoria da Otimidade. Mas a maior possibilidade desse “efeito de escola” não desqualifica de maneira alguma as “correntes sub-representadas” de que fala. Algumas haverá definitivamente fossilizadas, como o Estruturalismo funcionalista de Martinet. Outras têm uma vida extremamente interessante, em que o meio académico reduzido pode ter duas consequências opostas: uma é a maior liberdade, que confere à pesquisa uma pressão social menor; a outra é o perigo de virar seita. Expliquem-no os sociólogos! Seja como for, o facto de uma corrente ser *mainstream* ou, pelo contrário, sub-representada numa dada altura deve-se principalmente a fatores extrínsecos. O centro de difusão em primeiro lugar: os EU difundem em maior escala suas teorias e seus filmes pela mesma razão: por serem, pelo menos até agora, o centro *tout court*... Ou ainda pura sorte: a OT surgiu no momento apropriado para atender à preocupação fundamental dos fins dos anos 80: em vez de motivar as regras, já agora, por que não suprimi-las? A Fonologia do Governo foi outra resposta a essa ideia, mas – *hélas!* – o seu berço não era americano. Quanto às vantagens de conhecer mais do que um quadro teórico, parecem-me evidentes e ligadas ao que dizia há bocado: se pensarmos que há um certo consenso em relação ao objeto da Fonologia em geral, e que cada teoria goza duma validade parcial, é normal surgirem, de quando em quando, achegas interessantes neste e naquele quadro, que podem, às vezes, vir a ser transpostas, *mutatis mutandis*, para outro quadro ou contribuir para uma evolução fecunda dentro dele. Independentemente do resto do modelo em que foram propostas, noções como a de restrição violável, de avaliação (no campo computacional) ou de esqueleto CVCV... (no campo representacional) são, em si, interessantes e têm valor heurístico. Pena – e desafio para o pesquisador – é o divórcio teórico entre elas.

João Veloso: *As universidades em Portugal, e noutros países também, continuam a formar todos os anos um elevado número de linguistas. Todos os anos milhares de estudantes obtêm licenciaturas, mestrados e doutoramentos*

em Ciências da Linguagem ou Linguística e em áreas em que a Linguística faz parte da formação oferecida (estamos a pensar em diplomas mais específicos, como Ensino de Línguas, Tradução, Literatura, Informática, etc.). Pensamos que em França a situação não será muito diferente. Como é que acha que esses diplomados podem ser aproveitados socialmente? O que é que podemos oferecer e esperar, em termos de profissões ou outro tipo de contributos, a essas pessoas e dessas pessoas?

Joaquim Brandão de Carvalho: Poucos desses milhares de estudantes serão verdadeiramente linguistas. Mas terão tido acesso a uma maneira de pensar a linguagem e as línguas que não é intuitiva e é até, nalguns casos, “subversiva” em relação a preconceitos de toda a ordem. Acho que nem que seja por isso as nossas formações são extremamente úteis. Em França, onde a língua e a “gramática” (vistas como norma) são uma verdadeira ideologia nacional e causa indireta de discriminação social, oferecer Linguística na formação dos professores de letras ou de escola primária é quase uma medida de salubridade pública.

João Veloso: *Quase a terminar, fazemos-lhe uma pergunta de cariz mais “filosófico”: podemos continuar a dizer, como se disse muitas vezes no passado, que o estudo da linguagem continua a ser a chave para a compreensão do que é específico da espécie humana? Já agora: como vê as perspetivações da linguagem como uma propriedade biológica distintiva da espécie humana como a encontrada, por exemplo, na atitude “naturalista” de Chomsky e nos círculos ligados à Biolinguística? E como coaduna a sua resposta com o seu posicionamento “estruturalista”?*

Joaquim Brandão de Carvalho: O Estruturalismo – e ainda assim nem todo: lembremo-nos de Sapir – manteve-se, na realidade, agnóstico, mais do que hostil, em relação a quaisquer inferências “naturalistas”. Não sei se o estudo da linguagem é a chave para a compreensão da especificidade do humano, que bem pode haver outras, nem se a linguagem é uma propriedade *biológica*, embora distintiva da espécie humana pareça razoável admiti-lo. Noto, no entanto, que a definição por Chomsky do que é *language-specific* nas propriedades da linguagem tem vindo a reduzir-se ao mínimo, isto é, à Sintaxe e, nela, à simples recursividade, apesar da quantidade de universais descobertos pela Linguística do século passado, tanto em Sintaxe como em Fonologia. Serão esses universais, embora não especificamente linguísticos, especificamente

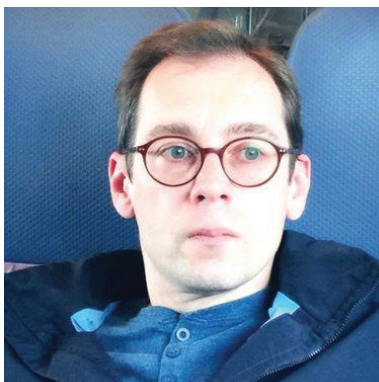
humanos? Tenho dúvidas. Penso, por exemplo, como fonólogo, no *Princípio do Contorno Obrigatório* (OCP), que talvez também governe a percepção visual, tanto nos humanos como noutras espécies. Seja como for, como “constelação” de princípios não especificamente linguísticos, e nem sequer específicos, cada um por si, da espécie humana, a linguagem parece-me distintiva desta. E, a ser esse o caso, a nossa grande especificidade consistiria num fabuloso talento para *bricolage*.

João Veloso: *Terminamos com uma pergunta que é, de certa forma, uma conclusão (ou, pelo menos, uma consequência) da anterior: qual é, em seu entender, o enquadramento “natural” de um departamento universitário de Linguística? Continua a fazer sentido, nos dias de hoje, integrar a Linguística em faculdades “de letras”, repartindo espaço e recursos académicos com áreas como a Literatura e a História, quando hoje a Linguística contemporânea estabelece relações muito óbvias com domínios como as Neurociências, as Ciências Cognitivas, a Lógica e as Ciências da Computação?*

Joaquim Brandão de Carvalho: A solução ideal é, em teoria, a que conheço na minha universidade, Paris VIII-Saint Denis, em que as Ciências da Linguagem – divididas em três formações: Linguística Geral, Didática e Aquisição das Línguas e Linguística e Língua Gestual – constituem um departamento independente. Coisa que receio não dure muito tempo, dada a evolução e a burocratização crescente do mundo académico, incompatíveis a médio prazo com os recursos administrativos e humanos de um pequeno departamento (somos, e de longe, o mais pequeno dos treze da nossa universidade). Mas, se forem necessárias integrações em estruturas maiores, como institutos ou faculdades, sim, compreendo que sejam mais indicados hoje em dia casamentos com as Ciências Humanas, a Lógica e a Filosofia que com as Letras (e mesmo com as línguas, onde predomina a componente literária). Quanto mais não seja por razões ligadas à visibilidade da nossa área. Noto que até nos dias de hoje, nas livrarias em Portugal como em França, os livros de Linguística estão com as Letras, longe das estantes das “Ciências Humanas”. Isso provém, claro, dos tempos da velha Filologia. Mas o certo é que contribui por sua vez para perpetuar certas confusões. Outra razão é que, ainda que eu não acredite muito, como disse, em muita pesquisa que por aí se faz no âmbito da “Neurolinguística”, quem sabe se o convívio académico entre verdadeiros linguistas e verdadeiros neurocientistas não há-de provocar, a mais ou menos longo prazo, uma real e fecunda interação.

CEDRIC BOECKX

Universitat de Barcelona



Cedric Boeckx is a Research Professor at the Catalan Institute for Advanced Studies (ICREA), a member of the Universitat de Barcelona Institute Complex Systems (UBICS) and a member of the section of General Linguistics at the Universitat de Barcelona. Before joining ICREA, he was an Associate Professor of Linguistics at Harvard University. He is the author and editor of various books on Syntax, Minimalism and Language (from a biolinguistic perspective). He is also the founding co-editor, with Kleanthes K. Grohmann, of the open access journal *Biolinguistics*.

The interview came to fruition after we had the idea of asking various linguists the following question: “What is the right place for Linguistics?”. At first, we were looking for short, straightforward answers. The question soon proved to be hard to approach that way, and Professor Cedric Boeckx was kind enough to accept our invitation for a more thorough elaboration on the subject, under the “Interview” section of our journal, which he generously granted us on November 7th, 2011, at the Faculty of Arts and Humanities of the University of Porto, a day before his “Introduction to Biolinguistics” workshop, also there, and for which we are also very thankful.

This text is a virtually word-for-word transcription of the recorded 2-hour long interview, subject only to minor revisions by our editorial team and some comments by the interviewee. We hope that the final result is of interest to students, researchers and people alike.

Pedro Tiago Martins: *After more or less a century without discussing the issue of the origin of the human language – it was even declared as a kind of taboo among linguists – linguistics has recently turned itself again to this area of research. The biolinguistic program has played a decisive role in this shift. Moreover, it is a clear example of how linguists, biologists, anthropologists and other scientists can work together. We know that, right now, this is an increasing area of knowledge, with new discoveries being made on a regular basis. In your opinion, will it ever be possible to answer some classical questions such as knowing when and where did language appear or whether all languages descend from one common, ancestor language?*

Cedric Boeckx: I would, if I may, disagree with part of the question or how it's phrased. I think it's not the case that people didn't think or speculate about the origin of language for a while. It's true that there's the famous ban coming from France [in 1866, by the *Société Linguistique de Paris*] and other linguistic societies about the origin of language but, if you look at the literature, there's actually a fair amount of work that's been going on, even during the supposed ban. Chomsky himself, actually – he's often said to be one of the linguists who didn't talk about evolution – has an interesting paper in the 1970s [Chomsky 1976a], at the time when it was not supposed to be allowed. Part of the reason why people went back to this topic has to do with a series of changes that took place in linguistics and allied disciplines in the mid-1990s and afterwards. Specifically the fact that people changed perspectives on various things made it possible to ask questions about the origin of language. For example, there's been a shift, that's now well documented, in Comparative Psychology, where people used to take different species and try not to compare them but to contrast them, say, "humans have language but our closest relatives don't". Things like that. For some reason, recently comparative psychologists have just started to approach the same question but differently, namely asking "if language is not this unique thing, if it's like a decomposable entity, would it be possible for other species not to have language as a whole but certain parts of it?", and that somehow revived the topic. In Linguistics as well, there has been sort of a softening of the nativist position, where nativism is still, I believe, the norm, that is, it's the case that humans acquire language, but not other species. But people have softened this in saying perhaps not everything that enters into human language as a biological entity really is specific to language or specific to humans. Even the die-hard nativists have now allowed or even actively explored the possibility that a lot of

what we thought to be highly specific to language and to humans may not be. That reopened a set of questions about the origin of language. A third factor, and I think perhaps a more important one, has been the shift in Biology itself from a strict Neo-Darwinist position – the modern synthesis – to something broader, that many people call evo-devo [evolutionary developmental biology], although evo-devo is more like a bunch of fields as opposed to a unique one. For Linguistics evo-devo has been good, because its philosophical roots are shared in an interesting way with the roots of Linguistics, at least as a cognitive science. Chomsky has this important book called *Cartesian Linguistics* [Chomsky 1966], that traces back the philosophical conceptual history of the field, and if you look, the evo-devo literature goes back to roughly the same philosophical work, so there is a commonality there that can be exploited when it comes to asking about the origin of language [see Boeckx 2009, 2011]. I think that's been a shift in Biology itself, that's been exploited in language but also in other cognitive areas, to approach the origin question. So, it's a combination of factors that have led to something fruitful. It's also been the work, I think, of people who have really studied this topic seriously for a long time, and for a long time were not very, perhaps, prominent, but then have gained prominence. I'm thinking of Derek Bickerton, who had important books, that now are on everyone's reading list and citation list, but for while his work was isolated as an enterprise. Also, the group in Edinburgh, with James Hurford, has done significant work. They were probably the first to establish a program in evolutionary linguistics, and I think that the fruits of those efforts are now becoming apparent, even though the beginning of it goes way back. Now, to your question, or sub-question, whether we will ever know, it depends on what the questions are. I was heavily influenced by Richard Lewontin, at Harvard, who's written this very pessimistic article saying that there are certain questions about the origin of human cognition that we'll never be able to answer [Lewontin 1998], so let's not ask them, because it's a waste of time. I was influenced a lot by that, so I think that there are certain questions that we'll never be able to answer scientifically [see Chomsky 1976b]. We may have interesting and coherent speculations about them, but answers that we can test... maybe not. There are certain questions that we'll be able to answer. For example, the spread out of Africa may be able to tell us that in order for our story about the origin of language to be consistent we'd better say that there was just a single group of individuals in which language emerged and that from there has diversified, so that could be answered. There is a particular branch of Biology, again specifically evo-devo, that has dealt with

things like deep homology and genes that have been conserved for a while, and that may actually be the genetic equivalent of fossils, and may tell us a lot about language. Once we understand more about the genetic basis of human language we may be able to use those genes and see if we can actually use some of them as fossils in order to answer some of those questions. Maybe we won't be able to answer the question about what was the thing that made language particularly adaptive at first, what was the function that made it stay, but other questions we'll be able to answer. It will depend a lot on the information we get from the biologists. I think a lot of that information won't come from Linguistics, actually. It's just us the linguists being able to exploit what they, the life scientists, can give us.

Pedro Tiago Martins: *This next question follows some of what you just said. How important are the notions of FLB [Faculty of Language in the Broad Sense] and FLN [Faculty of Language in the Narrow Sense], and is their characterization the milestone of what someone in Biolinguistics must do? Do we have to assign linguistic facts or facts about language to each of them as they are discovered?*

Cedric Boeckx: I don't think the answer I'll give to that is the standard one. If you look at the number of the citations of Hauser, Chomsky and Fitch [henceforth, HCF], the article where that distinction became famous [Hauser, Chomsky & Fitch 2002], and if you look at it in the context of the reemergence of Biolinguistics as a word, as a concept and as a field, you'll see that that paper played an important role. In part, because this was the return of Chomsky as a coauthor with non-linguists. We had Chomsky and Miller [Chomsky & Miller 1963, Miller & Chomsky 1963], we had the close association between Chomsky and Lenneberg... the beginning of the first phase of Biolinguistics. And then, for a while, we had Chomsky and other linguists, but not non-linguists. And I think it was significant that Chomsky wrote a paper with non-linguists on these issues. But I don't think that this paper is as central as the citations would suggest. In particular, I don't think that the distinction FLN/FLB is a very useful one, for various reasons. But first I want to note that that distinction, perhaps ironically enough, goes back to Ray Jackendoff, even though in his reply to HCF he doesn't mention it, but it's there. In his book, *Consciousness and the Computational Mind*, in 1987 [Jackendoff 1987], he comes very close to making that distinction. He talks about language and he says that to address certain questions we should distinguish between language in the broad sense and in the narrow sense. He

didn't use the term "faculty of language", but I think that he came indeed very close to that distinction. I think what's good about the FLN/FLB distinction is the FLB part, and that's the part that promotes a certain type of Comparative Linguistics, that is looking at specific portions of the language faculty and elements that enter into it and trying to test whether they are present or not in other species. That's very good. The part that I have more problems with is FLN, actually. That's the part that interests linguists more. FLB... they will admit it's there. What's really interesting is FLN for them. And I think that concept is ill-defined, actually, so I don't think it's very useful. Part of the proof of that is that if you look at the history of what came after HCF, which was supposed to be a paper that would offer a testing ground hypotheses about FLN, specifically, and FLB, everyone focused on recursion and the nature of FLN, right? From Pinker and Jackendoff in their reply [Pinker & Jackendoff 2005], but then also the work on recursion in starlings [Gentner, Fenn, Margoliash & Nusbaum 2006] and other species, it's all about whether you find recursion or not. There's been a lot of heat but not much of light in that discussion. And I think part of the reason is because FLN is not a concept that's actually useful to deal with. So if you look at how it's defined, FLN is that which is supposed to be specific to language and specific to humans. Specific to humans I can sort of understand. Specific to language... I have trouble understanding that, if you tell me that language is not this monolithic thing; it's FLB and FLN. But then what's the notion "language"? How do you say that this is specific to language, if language is these two things, one that's shared and one that's not? So already there, from the point of view of the definition, it's very hard to say "this would be specific to language", if language is not this unique thing. Also, it turns out that if you asked the biologists, they would be very surprised to be asked what you expect to find in FLN. Because, basically, the biologists would say that this FLN/FLB distinction is trying to get at the topic of novelty or innovation in evolution. There's several ways of approaching novelty or innovation in Biology, but none of them are very easy to reconcile with the FLN/FLB distinction because some of them say "well, evolution is a tinkerer; the way we make new things is by using old tools and putting them together in new ways." Well, ok, how do you express that idea in FLN/FLB terms? What you would find are a couple of properties belonging to FLB put together in new ways to yield FLN. But then, are they part of FLN or FLB? Well, yes they are part of FLB because independently of one another they are found in other species (they are old genes, say, that have been taught new tricks), but it's the conjunction of them that makes FLN, or that makes FLN emerge.

But how do you express that if you follow HCF? FLN is a proper subset of FLB. Actually FLN should be the conjunction of FLB things; it should be the bigger set in a certain sense. So this is the issue that many biologists look at in the context of emergence, self-organization, topics for which a reductionist approach, one that decomposes things ("this is in FLN; this is in FLB"), is not very appropriate. It was good politically and rhetorically to have that paper, but I don't think it's good to say "this is FLN/this is FLB", or "is case or agreement FLN or FLB?". I think that's not useful biologically speaking. Unfortunately, it's what most people do in the context of this article. More and more linguists want to say "is this FLN or FLB?". I don't think it's a good question.

Pedro Tiago Martins: *This next question loses some of its interest now, but: do you think that the faculty of language is in fact a species-specific feature that keeps us apart from other species?*

Cedric Boeckx: As a whole, yes. It's just a fact that we have a certain system that other species don't seem to have, so as a whole I have no problem. But no one has a problem with that. I think the issue really comes about when the FLN notion is brought on the table.

Pedro Tiago Martins: *So this specificity will not be defined by FLN, but just the conjunction of the elements of FLB; that's the only thing that yields this specificity.*

Cedric Boeckx: That could be. So as a system, as a whole, it's a fact that we have it and other species don't, but that's not particularly useful to say, because that brings us back to a period of this contrastive approach that I mentioned in my answer to the first question, when people say: "we have it, they don't". That doesn't help very much. What's more useful is saying "they have some things that enter into this other thing." So that's where FLB is relevant. But as soon as you talk about FLB, many people will ask "what about FLN, or that thing which they don't have?" And in Linguistics we haven't learned the lesson of saying "well, perhaps it's the conjunction of FLB things that gives rise to FLN". It would be a little bit like water. A certain amount of hydrogen and a certain amount of oxygen gives rise to water. Water is not reducible to the properties of hydrogen and oxygen, but you wouldn't want to say it's not made up of H and O. It's distinct, but at the same time made up of it. There's something that I've never

understood in the HCF paper, and that perhaps would bear on this question. They say that it's quite possible as an option that FLN is empty. And I don't know what they mean by that.

Pedro Tiago Martins: *Do you think they mean they'll potentially exhaust all the possibilities [of characterizing elements as part of FLN] as they find things in other species?*

Cedric Boeckx: The thing is that there is a certain sense in which we want to say that, as a whole, we have language and other species don't. So how do we capture that specificity? And I think the FLN notion was supposed to capture that, but if it's empty, then we lose that specificity. At the same time, if it's non-empty, how do we reconcile that with the idea that innovation and novelty in Biology is really not something radically new and different from what other species have? As a whole, sure, we have a system that other species don't have.

Pedro Tiago Martins: *Do you think it's also possible to use Biolinguistics to answer more, perhaps, philosophical questions like "is language truly necessary?" or "why do languages vary across the actual attested range of possibilities?" And do you think they are philosophical questions?*

Cedric Boeckx: I don't know what you mean by philosophical questions. It used to be the case that what people called philosophical questions turned out to be now called scientific questions. Galileo insisted on him being called a philosopher. Now, maybe he wouldn't want to say that. So it doesn't really matter if they are philosophical questions or not. I think that if they are interesting questions, they deserve to be asked, and some of them we could approach. There's one particular question that I like, about language variation. That's where I think a biological perspective on language could help at least clarify the question and some of the answers that we may want to favor at least as hypotheses. When people talk about language variation, in a biolinguistic context, it's very important to make a distinction, or to remind ourselves that the topic of Biolinguistics is the language faculty, not individual languages. Unfortunately, very often when people ask questions about language variation their real interest is about specific languages; these may not be biological entities. They might be made possible by a particular biological faculty, but they themselves are not biological entities. So, to take an obvious example, a lot of people talk about Bilingualism. Well, Bilingualism is a

fine topic if you talk about specific languages, but Bilingualism is not a fine topic if you talk about the language faculty because there is only one, and so there is no Bilingualism⁴. So, the biolinguistic approach might be useful in clarifying the nature of those questions. Are we talking about languages, basically cultural entities made possible by a biological substrate, or are we talking about the language faculty? So in a biolinguistic context for example when people talk about Comparative Linguistics, I would think that comparing, say, birdsongs, the alarm calls of the vervet monkeys and properties of our language faculty that would be good. Let's do a seminar on this. But when people talk about Comparative Linguistics, it's always French versus English versus German. Biolinguistics could tell us "well, you've got to choose your topics. You've got to choose the entities you want to study". Everything is fine to study, but just be clear about whether you're talking about the cultural systems, or the biological systems. And then the things to look at will turn out to be, I suspect, very different.

Pedro Tiago Martins: *So, do you think that variation is not intrinsic to the faculty of language?*

Cedric Boeckx: The source of variation is, I think, part of the language faculty. That is, there are many things that the language faculty, as a biological entity, if you want, leaves underspecified or open. It doesn't really "care" about certain things, and those things, those plastic, unspecified things can then be exploited and so give rise, provide a pool of variants, and then it's up to the cultural dimension to make sense of those variants in specific languages, so that yes. But I don't think that the language faculty codes rigidly for certain variants, like it doesn't code for English or French.

Pedro Tiago Martins: *So, what do you think of markedness⁵ as a property of UG [Universal Grammar] or the faculty of Language?*

Cedric Boeckx: The question is tricky...

Pedro Tiago Martins: *Do you think that markedness is a property of the faculty of language; something that constitutes the faculty of language?*

⁴ Of course, this does not mean that Bilingualism is irrelevant to the study of the language faculty.

⁵ This term has many senses. In the context of this question, it is to be understood as the asymmetric relationship between linguistic elements of various sorts, generally referred to as markedness, to which different authors have given different interpretations and degrees of importance and explanatory power.

Cedric Boeckx: It depends on what you mean by faculty of language or universal grammar, like you mentioned. If you think about something like the language faculty as something that's structured by several forces or factors, like Chomsky called them, for example, in his article on three factors in language design [Chomsky 2005], then it's quite possible that things that have fallen under the rubric of markedness – fall under what Chomsky has called third factor, that is, generic non language specific biases of data analysis, used in the course of language acquisition... There are so many senses of markedness [for an analysis of some – if not all – of these senses, see Haspelmath 2006], that it's difficult... I think that the study of markedness in chapter 9 of the *Sound Pattern of English* [Chomsky & Halle 1968] has a role to play, but it's interesting that that topic emerged in the context of Phonology, not in the context of Syntax. And I think that it's interesting because there is a difference, and probably more than one, between the way Phonology and Syntax have been studied. If you take, at least in the generative context, the two most famous iconic books on those fields, I think *Sound Pattern of English* would certainly be the one for Phonology, and perhaps *Syntactic Structures* [Chomsky 1957] for Syntax. Now ask yourself the following question: "What's the big difference between the two titles, as iconic publications?" Well, one of them contains the name of a specific language, and I don't think it's an accident that it's the Phonology book that has that. Put differently; ask yourself if it were possible to have an iconic book in Phonology just called just *Sound Patterns*, or *Phonological Structures*. I think it would be hard to find or write such a book. Inevitably, when it comes to Morphology or Phonology, people need details of specific languages. But in Syntax for some reason it's not the case. That is, it's perfectly fine to write *Syntactic Structures*, period, and not *Syntactic Structures of English*. It's okay to write it; people have written famous books like *French Syntax*, or *Italian Syntax*, but I think there is an interesting difference between two fields, maybe deeper than just the titles. And I don't think it's an accident that markedness emerged on the context of Phonology and not Syntax.

João Veloso: *And the concept of markedness is older than SPE.*

Cedric Boeckx: Yes, sure.

João Veloso: *It's a rather phonological concept.*

Cedric Boeckx: It's actually interesting that most of the famous concepts that syntacticians borrowed from Phonology are those irreducibly linguistic in nature. Another example of this, and a favorite of mine, is the notion of feature, which is something that we clearly borrowed from the phonologists and then incorporated to define syntactic categories and so on. There is nothing as specific in language as a feature. When you get down to features, that's when non-linguists give up, because they have nothing to say about it. That's the point where we say "this is linguistic and this is not". We don't use generic features; we use highly specific ones for language, like [+accusative]. Give [+accusative] to a biologist or to a comparative psychologist and they won't know what to do with it.

João Veloso: *It's the specificity of language.*

Cedric Boeckx: Yes, but it's interesting that it comes primarily from Phonology.

João Veloso: *You mentioned that language variation is not intrinsic to the language faculty...*

Cedric Boeckx: Well, part of it, yes...

João Veloso: *Nonetheless, it is made possible by the language faculty.*

Cedric Boeckx: That's right.

João Veloso: *There is a kind of limit to language variation, and this restrictive property is a matter of the faculty of language.*

Cedric Boeckx: That's true but, if you allow me to use a bit of jargon, if you ask me if there are parameters, in the traditional sense [see Chomsky 1981, Baker 2001], that are specified biologically, as such I don't think that they exist. That variation is limited, yes, but that it's limited because of a set of options that is biologically or even genetically specified, no.

João Veloso: *You assume that they are biologically specified... we know for sure, that until this point we can consider this to be a natural language and beyond this point it's not anymore a natural language, and this is a function of the faculty of language.*

Cedric Boeckx: But not only. It's interesting that in your question you talk about "we know that this is a natural language", so there you are already talking about a specific linguistic system. I think that what gives rise to the limited variation is actually a conjunction of factors; it's not something pre-specified, although it's how it's been studied. I know that the rhetoric is often as follows: before we came up with the idea of parameters, people thought variation was infinite, and then parameters put a limit. I think that's rhetoric. First, I don't think that people before parameters thought that variation was infinite; I think they knew it was finite but they didn't know how to restrict it. And now people say "well, but with parameters we know how to limit that". I think that's somewhat misleading if you consider the fact that now there are so many parameters that, while it's limited, the number of possible linguistic systems is so huge that for practical purposes it's not that limited, so I don't think that parameters give us that much of an understanding of the limits of variation.

Pedro Tiago Martins: *Now, a question about evolution. Even when we accept that language must be a result of evolution, we have to bear in mind that natural selection is not the only process by which evolution operates. Do you think that language might have been a result of natural selection, perhaps some other process, or maybe a random gene mutation?*

Cedric Boeckx: I think we have to be open to all possibilities. Biologists will tell you that natural selection is not the only thing. If you look at the biology literature, there's now a range of mechanisms to understand the emergence of systems, including cognitive systems, like language. We have lots of options to consider. I think people, perhaps influenced by a certain school in psychology, thought that the only interesting question was whether language was an adaptation. I think that's not the most interesting question about the origin of language. What one has to bear in mind, when we ask questions about the origin of the language faculty, is that we're asking a very difficult question, because it's a question that people like Darwin wouldn't have addressed. I know that his famous book is called "On The Origin of the Species" [for example, Darwin 1964], but he doesn't talk about the origin of species. First of all, he doesn't talk about species, because, he says, species is not a primitive concept. But then he also doesn't talk about origin, because he says it's too hard. He talks about the preservations of variants, but he doesn't talk about the origin of form. When some linguists ask about the origin of language, they're really asking about the

origin of form, cognitive form. That's a very difficult question. That's a question many biologists would refuse to ask for simpler systems, those we understand much better, those that can be tested much better. So that question about origin is really a very difficult one. Because it's difficult, we cannot be dogmatic about the sort of answers we are willing to accept. I think as soon as we recognize that the language faculty is not this unitary thing, that it's probably a conjunction of things, we have to also be ready to accept the possibility – I think, a real one – that multiple mechanisms gave rise to those multiple ingredients. So there is no single answer that works for the entire language faculty. I think we shouldn't be surprised by that. Perhaps it should be the default hypothesis.

Pedro Tiago Martins: *If we think of Chomsky's main texts and even Lenneberg's Biological Foundations of Language [Lenneberg 1967], which are works written some decades ago, how innovative is the biolinguistic program?*

Cedric Boeckx: The current one?

João Veloso: *Yes, perhaps a kind of a rebirth of old questions...*

Cedric Boeckx: Yes... It still addresses the same, fundamental questions. Hopefully, it asks new ones, or at least it puts new twists on old ones. But I think one of the things we haven't done enough is re-read the classics. I think Lenneberg in particular ought to be re-read. I think that a few people cite Lenneberg, but when you go to Lenneberg you see that what they are attributing to Lenneberg wasn't in Lenneberg. The famous linguist who's talked about Lenneberg's dream [Wexler 2002] in the context of Language Acquisition, mentioned the search for specific genes for language, a genetic basis... When you read Lenneberg, it was clear that he was nowhere near gene-centric as the phrase Lenneberg's Dream in that context makes it look [see Boeckx & Longa 2011]. I think that thus, we should re-read Lenneberg; it's always good to re-read the classics. I think it's good also to re-read the Chomsky-Piaget meeting [Piattelli-Palmarini 1980], that took place – and that was perhaps the first real biolinguistic meeting, although there was a prequel to that, in Massachusetts, 1974. That meeting was basically the first one where there were linguists, psychologists, neurologists, biologists, philosophers, coming together and asking questions about language. Classics have this property that whenever you read them or re-read them they give you something new, that is, you read them at different

periods and you interpret them differently. And I think we are now at the stage when it would be good to re-read them, and see how much we have learned or not learned from them in the meantime. Now, I think that the new wave of Biolinguistics has learned a lot more about language. When you go back, for example, to the Chomsky-Piaget discussion, the core of that meeting was about how specific language was, biologically speaking. I think we have now learned and are beginning to take seriously the possibility that the answer is “not very much”. It’s a very tough lesson for many linguists. But that seems to be something we are learning or emphasizing. So there’s lots of FLB, and we are learning also that when you have lots of FLB in the right amount, it could give rise to FLN, so this is the notion of the emergence that I already mentioned, that’s something that we have learned through complex system theories or system biology, for example, that we should really incorporate. What we have learned also in the intervening years is a lot more about Biology; not just the modern synthesis [see Huxley 2010 (1942)], but what now a lot of people call the extended synthesis in Biology [see Pigliucci & Müller 2010]. And it’s much richer and a more pluralistic view of biological entities, so we can certainly benefit from that. Also, we have learned a lot more about the brain. When I was student – and still often I hear – linguists said “Yeah, yeah, we know about the mind in the brain, but we know so little about the brain, that it’s not the right time to make specific hypotheses.” Actually, when you look at the literature on the brain, we know quite a bit. At least, certainly, we know a lot more than we would think from reading those comments about how little we know about language. Actually, we know a lot. We don’t know everything, but we certainly know a lot more than, say, what Lenneberg had access to. Like now we certainly know what genes do and don’t, more than when people who were writing in the 1970s did. So what has to happen, and I think that hasn’t happened so far, is that linguists really have to learn about all those sources of information that are very rich for us. If we were to learn from the other fields, like we should, I think the range of hypotheses that are being considered in Linguistics would change dramatically, so we haven’t done that sufficiently. I think this was a lesson that Chomsky and Lenneberg were trying to tell us in the 1970s, that we should talk a lot more to the non-linguists in order to understand the nature of the language faculty. I think we have to do a lot more of that. So that new wave, if you want, is a new call for inter-disciplinarity, to say now is the time. In the intervening 20 years, those are the fields that really have a lot of information that would be very useful to us. Why don’t we make use of that?

Pedro Tiago Martins: *So, the biolinguistic program focuses on language as a matter of the human biological endowment. But when we read some of the generative texts that supposedly embrace that approach, we don't see any reference to actual cognitive existence, we just see, basically, structural description of languages. So can we say that this is going back to a time before Generative Linguistics existed?*

Cedric Boeckx: Generative Linguistics, like any field, is understood differently by different people, and I don't think we should say there's a particular reading that we should all adhere to if we want to be a card-carrying generative linguist. People do what they want. Personally, I began to use the term Biolinguistics more frequently when I realized that what I thought was the central research priorities of generative grammar, namely biological questions about the language faculty, were actually not addressed in Generative Linguistics. Or they were mentioned in the first paragraph and then quickly set aside because they're maybe too hard. So I began to use the term Biolinguistics simply because it's more transparent in terms of what it aims to do. So, it seems to me stranger to write a dissertation on a biolinguistic approach to case in Finnish than writing a dissertation on a generative approach to case in Finnish. The latter sounds okay; the former sounds a little bit funny. And so that's why I began to use Biolinguistics more, because it focuses on certain questions at the expense of others. It doesn't mean that the other questions are not interesting, but I think that it makes clear the sort of questions that I think Chomsky addressed. But I don't think that everyone doing Generative Grammar is particularly interested in those questions. Many of them, I think, are very interested in philological questions, and they use the formal tools of Generative Grammar to address them. I don't think that this is such a good use of those tools, because I also don't think that they were designed to address those philological questions, and I think it would be a miracle if they were also useful to answer them.

João Veloso: *There is a kind of equivalence between the terms generative approach or Generative Linguistics and Biolinguistics, because the biological concern is part of the founding texts of Generativism. When we read most of the generative literature, it's a rough description of structural properties of particular grammars, as if it were done by structuralist linguists. They use a different terminology, a different set of tools and they can achieve full descriptions. It's like Pedro was saying, it seems that Generative Linguists forget this biolinguistic concern...*

Cedric Boeckx: I don't know if they forget or decide to focus on something else but, for example, there's a focus, or a return of questions about typology that interested neo-grammarians. You know, things about synthetic versus analytic languages. I think it's very striking to me that these are back now in the forefront of generative research, when we know that, at least if you adopt a biological perspective, that shouldn't be the focus, because those are not the entities that you want to study.

João Veloso: *How do you see this tension between old questions that are being recovered and these new ones?*

Cedric Boeckx: I think it's fine that those questions are being asked, but it's also interesting to ask different things. First, there may be a particular reason why that terminology disappeared for a while: because people realized it was not particularly accurate. That is, there is no such thing as a purely analytic language or purely synthetic language. Now, if we ask "is this language synthetic or analytic?", we should wonder why we forgot that these were not particularly good terms to begin. Second, it's fine to address those questions, but it also would be fine to know the tension between those questions and the other goals. So, I think that's part also of my use of Biolinguistics; to make sure that we are clear that there is a tension. It's a known tension, it's the tension between descriptive and explanatory adequacy, except that the use of formal terms makes it look sometimes as if they were answering or addressing explanatory adequacy which is in fact descriptive. So people should just be clear on those questions.

João Veloso: *Typology is very popular again.*

Cedric Boeckx: And that's fine!

João Veloso: *Typology, and Biolinguistics...*

Cedric Boeckx: It's fine. I see them as very different things, and I think it's fine if you're clear that they are very different things.

João Veloso: *But can Biolinguistics offer some explanation for the variation that is targeted by typologists?*

Cedric Boeckx: Perhaps, but, I suspect, very little, because I think that a lot of that variation (that interests linguists) would be cultural – more than biological –, and if that's the case...

João Veloso: *Couldn't it be that something biological – we can talk again about parameters – could explain this variation?*

Cedric Boeckx: That there are biological constraints on variation, yes; that they will give you the categories of the typologists, I doubt it.

João Veloso: *We know about some typologists who defend their points of view on the basis of genetics of populations and migrations and so on, a little like biolinguists do, as well. Couldn't there be a bridge or a point of contact?*

Cedric Boeckx: One of the things to bear in mind is that Biology is very broad field, just like Linguistics is many fields. In fact it was Ernst Mayr, the so-called Darwin of the 20th century, who said that, basically, at least from his perspective, Biology is essentially two fields; one is closer to Chemistry, and that has to do with basically... Molecular Biology. And then the stuff that he was really interested in, namely evolution narratives, he said that's much closer to History [see Mayr 1997]. So basically the field of Biology should be split, if you want, along academic lines: part of it in the Natural Sciences; part of it in the Humanities⁶. Likewise, Linguistics. And I suspect that typological questions will largely be part of the History department and not the Molecular department.

Pedro Tiago Martins: *For someone who agrees with what the biolinguistic program puts forward, if that person is, say, a traditional descriptive linguist who realizes that language must be studied within Biology, along with Linguistics and other fields, what is the role of what that person does, that is, the role of purely descriptive Linguistics? Is there anything that person can give or contribute to the field of Biolinguistics?*

Cedric Boeckx: Well, I mean, there's always something. You'd have to be specific about the work of that hypothetical person. There's always something useful, and you cannot say "this is something for them, not for me". But what is true is that

⁶ Other fields have learned to live with this distinction; Anthropology is split between *Physical Anthropology* and *Cultural Anthropology*. Martín (2006) suggests something similar for Linguistics.

linguists tend to work on languages, but I think that what would be good, for linguists interested in biological questions, is to work on non-linguistic systems, using some tools from Linguistics. Like, for example, Chomsky introduced a particular hierarchy of formal languages [Chomsky 1956], that can be used to characterize certain cognitive computations outside of language, so a couple of colleagues and friends of mine have looked at the ability to tie knots [see, for example, Camps & Uriagereka 2006; Balari, Benítez-Burraco, Camps, Longa, Lorenzo & Uriagereka 2011], that seems to be specifically human, and that seems to fall within the hierarchy of formal languages at the level of complexity where certain linguistic structures fall. There is nothing wrong with the linguist working on knots, from a formal perspective, the same way that we approach languages. Likewise I think that linguists ought to study the phonological properties of the songs in birds; I think there are beautiful dissertations to be written there. In order to make an informed comparison, one should try to make the systems to compare as commensurable as possible. Here we have highly formal descriptions of the Phonology of specific linguistic systems – languages –, but we don't have that yet in the context of the birds. We know a lot of genetic and neural properties about the songs of the other vocal learners, but we don't have this formal apparatus that's been applied to [human languages]. Why don't we do that? That is, I would see nothing wrong with a seminar on Phonology in the Linguistics department exclusively focused on the variation of birdsongs or other vocal learners. I think that would be perfect. And so, the linguists who know a lot about phonological processes, structures and representations in languages could use that knowledge to characterize other systems: cognitive systems in other species that could actually tell us a lot about origin, convergence... biological topics that we would like to answer. Ray Jackendoff often makes this point and I think it's a good one: that linguistics is perhaps unique within cognitive science in having a highly developed representational characterization. That is, we just have a good handle on the representational structures and processes. Why don't we apply that knowledge to other domains? Linguists could do that, because they have that knowledge. Linguists typically don't do that because we tend to expect linguists to work on languages, but if you adopt a biolinguistic perspective, languages are not the only things you should focus on.

João Veloso: *Could you find something like [+accusative] in birdsong, or [+nasal]? Something specifically linguistic.*

Cedric Boeckx: But that's the interesting thing: I think that [+accusative] is not even found in the human language faculty. I think that many of those features are basically not cognitively primitive.

João Veloso: *They are linguistically shaped...*

Cedric Boeckx: That's right, but they are not primitives...

João Veloso: *...And the linguist, as any other scientist who is focusing on any other part of reality, finds things like [+accusative].*

Cedric Boeckx: If anything, looking at other systems may actually refine and redefine the primitives of the language faculty. If we say "[+accusative], that's just for language", a fair question is "is it really a primitive we want to use?", that is, how do we ask a biologist what they think of [+accusative]? Like I said, things like features are usually where the discussion stops, because they are like small modules about which, by definition, no one else, that is, non-linguists, can say anything.

João Veloso: *You cannot deny or you cannot refuse that linguistic systems seen as a cultural product have regularities that are found cross linguistically like case marking, anaphora, relative pronouns, and things like that. Of course, they have a cognitive basis, however they are formally shaped.*

Cedric Boeckx: The question is whether those should be part of the biological study of language...

João Veloso: *And I think so.*

Cedric Boeckx: ... As primitives. I'm not so sure.

João Veloso: *Even though I am not a biolinguist, I don't deny that there might not be a biolinguistic basis for certain things that linguists postulate. However, it is also possible to look at language and linguistic systems as formal constructions...*

Cedric Boeckx: Yes, it's possible. Linguistics is actually many fields. The term Biolinguistics suggests that there is one approach that one can take, but it's not

the only one. Social approaches, functional approaches... and these are all fine. It's all fine as long as we are clear about the sort of questions we want to address.

João Veloso: *An interesting question would be how biological constraints can shape some formal things that are verified by linguists, formal linguistic systems.*

Cedric Boeckx: Too often linguists posit those constraints as biological primitives, that's the problem. But it doesn't mean that there's no connection, but I think that connection is usually translated as "since I don't want to ask about the biological origins of those constructs, let me just posit them as primitives".

João Veloso: *That links to Pedro's question about the generative linguists doing descriptive analysis, and language description.*

Cedric Boeckx: I'll tell you an anecdote, which I think was very revealing to me. When I moved to Harvard I started meeting seriously with the psychologists and the biologists there, and it was roughly at the time that the HCF paper became popular (it had just been published). I wanted to talk to Marc Hauser, and I was very enthusiastic about the program of the HCF paper. I wanted to try to see if we could run certain experiments, that is, go a little bit beyond recursion, say, and look at other properties of language. Marc, I think, was as enthusiastic as I was, and we are very good friends, so we sat down, and tried to formulate linguistic properties at a level that would be good enough, that is, appropriate to test in other species or in other cognitive domains. This was, I think, an ideal situation, since Marc knew so much about Comparative Psychology and I knew a fair amount about linguistic systems, and I thought this would be great. We didn't go very far. In fact, we couldn't come up with a simple concept that could be tested. At first we thought that it was just jargon; perhaps it gets into the way. But Marc was very much willing to learn that jargon, just like I was very much willing to learn the jargon of the other side. And then we realized it's not just jargon, that is, it's really that features were the things where we got stuck, simply. That is, the primitives that linguists use are so specific to language that they actually act as obstacles when asking comparative questions, and I think that's very sad, because they basically block a particular research program.

João Veloso: *But understandable to a certain extent. You don't expect astronomers to share concepts and features with biologists, say, or linguists...*

Cedric Boeckx: No, except when you say that Linguistics, or the study of language, is part of biology. You don't say it's part of Astrophysics, but if you say it's part of Biology, you cannot say it's really part of Biology but not something that biologists can't follow. Then, it's bad.

João Veloso: *How can you see that Cognitive Linguistics, like Langacker [1987, 1991] and so on, can explain the same things, like Biolinguistics tries to explain?*

Cedric Boeckx: One of the things I want to make clear at some point, because I've gone to several meetings where that seems to be an issue, is that Biolinguistics just doesn't mean Generative Grammar or Minimalism or things of that sort. This is not intended to be that. It's much broader. It's for anyone who's interested in biological foundations. And, as I said before, Biology certainly now offers a very pluralistic view, where there are so many different mechanisms in different approaches that one can pursue, and I think that we cannot discard the very real possibility that different linguistic traditions focus on certain mechanisms that find a place in the biology of language. One of the things that we ought to do as linguists is learn more from those various linguistic traditions. I think they have a lot of things that they could tell us. I think that they are not right in everything, but we shouldn't conclude from that that they are wrong in everything. And there's actually a fair amount of convergence of that literature. If you look, for example, at the work of Jackendoff on semantics; if you look at Hale & Keyser's work on argument structure; if you look at Talmy's work on event representations in language. These are different approaches, but they converge to a certain extent, and it would be interesting to go beyond the politics of the field and highlight that convergence. I think that would be nice. I don't think that we have done that enough.

Pedro Tiago Martins: *In countries like Portugal and probably in most countries in the world, most students of Linguistics study or get their initial degrees in the faculties of Humanities, where Linguistics shares an academic space with disciplines like Literature, Culture, Language Teaching, Translation, History and so on. In your opinion, what would now be the natural environment for the study of the language faculty, and how far can the biolinguistic program contribute to a substantial change like, for example, including Linguistics as a subject of a faculty of Natural Sciences, or Engineering or Psychology or something else?*

Cedric Boeckx: Well, that's an interesting question, because usually that type of question is asked in a different way. It's asked like "what's the position of Linguistics in academic divisions?" And that's much harder to answer because Linguistics is so many different things that part of it falls into the Humanities, part of it in the Social Sciences and part of it in Natural Sciences. When you ask about the study of the language faculty, I think it's clear it falls within the hard sciences, but remember that even Biology, a hard science, according to Mayr, falls in part into the History department. So, academic divisions are never perfect. In fact, they are not very, very good, even within the hard sciences. So it's no wonder that the position of Linguistics is felt as not very good, because I feel that other fields also have the impression that they should belong elsewhere. And to a certain extent I don't think it's very important where Linguistics falls. I think what's very important is the sort of neighbors that linguists have, that is, the people it interacts with. And it's true that if you have as a focus the language faculty as a biological entity the people you want to interact with are biologists, neurologists, the psychologists... You also want to interact with philosophers, philosophers of science, for example. But it's not so clear that you'll get informed questions or useful information from the expert on romantic poetry. So, it would be nice also to make clear to the deans and to other people that matter where Linguistics falls, that the study of language, specifically the language faculty, comes with a certain set of expectations about the sort of classes we'll offer, the sort of things the faculty will do. In many universities, linguists are not expected to have labs, for example, because literary critics are not expected to have labs either, right? But it makes perfect sense for people interested in the language faculty to have labs. In fact, it makes perfect sense to have a colony of vocal learners like the birds, for example, you know, labs of that sort. So it's very important to make clear that this kind of study has a certain focus that falls closer to what you find in the natural sciences, for example. But even though that part of Linguistics, I think, should fall in the Natural Sciences, it's also very important to realize that as we do that we shouldn't expect a Linguistics department to be part of the hard sciences; it's weird to have a department devoted to a particular topic. You don't find a department where they exclusively focus on the biological properties of flight, so we should be ready to, in return to moving towards the hard science, lose departmental status, that is, to be part of and to be a unit within a bigger department, let's say, I don't know, theoretical biology or cognitive/behavioral biology or something of that sort. We shouldn't expect that linguists would have a Linguistics department next to the traditional hard sciences; rather, we'd be a topic among many. That,

I suspect, would be a good development, like if students could actually look for jobs in the life science departments, not in Linguistics departments as part of the hard sciences, but in the life sciences. I think that would be a good development. It's up to us, also. It's surprising to me that, after sixty years of intense writing by Chomsky on this topic, so many people still don't get what his kind of Linguistics is. I mean, it's really frightening, considering the output of Chomsky, that no one else will come close to. Many fields are relatively well defined. And then you can decide to do it or not, but people know more or less what a biologist does or what a physicist does. Yet, people still have no idea what Linguistics is as part of cognitive science. It's ok, for example, if you get into a taxi, and the driver asks you what you do, and you say you're in Linguistics and if he asks you how many languages you speak, that's ok. But I had an interesting experience where one well-known linguist, actually, in Spain, extremely high ranked in the academic world there, supposedly, if not a generative linguist at least someone very close to the work of Generative Linguistics. I met that person and the first question he asked me was "how is your Spanish?" (he did not ask about my Catalan), and that's a fine question. And when I replied "well, it's so-so, it's getting fine, but slowly", he said "well, you should be very good at it, since you're a linguist", and this is not a taxi driver, this is someone who is actually very familiar with the work of Generative Linguistics. In fact, someone who has written in a high profile newspaper that Chomsky was a model for doing Linguistics. Well, if that's the case, then I can't reconcile this with the comment that he made. Do we expect the physicists to stay better on their feet just because they understand gravity better? What would you think of an academic making this assertion? And so, when you realize that, after 60 years of Chomsky's, to my mind, clear writing on the nature of Linguistics, they still haven't gotten it, I don't know what we can do.

João Veloso: *That's why we were asking you about linguists who claim themselves to be generative while what they do is linguistic description as Structural Linguistics used to do.*

Cedric Boeckx: And I don't want to be critical of that work; it's good work. The thing is that it often doesn't inform our understanding of the biological nature of the language faculty.

João Veloso: *That's a lot of Chomskyan thought wasted...*

Cedric Boeckx: Or at least disregarded... One thing that should be clear is that many linguists come into Linguistics because of their love of languages. That's an interest that they retain beyond the Chomskyan vision. So, what they are really interested in is still this love of languages but it's not a love of language. I've never met someone who says: "I love languages because they are so similar". It's usually "I love languages, because they are so different". So what you get is a focus on language variation, but variation of languages. And that love is much stronger than the interest in the biological foundations.

João Veloso: *As I use to say to my students, let's rely on the good faith of these linguists. Somewhere in their thought there was a genuine will of contributing to the understanding of the faculty of language.*

Cedric Boeckx: I haven't done this very carefully but I think it's true that if you look among the prominent departments of Linguistics, I think that it's the case that earlier on, that is, shortly after the cognitive revolution by Chomsky, Lenneberg, Halle and others, many of the young PhDs came from non-linguistic backgrounds; you had people coming from Mathematics... but what's interesting is that more recently almost all linguists came from Linguistics departments themselves embedded in language departments, and I think that part of that means that the philological tradition is now much stronger than it was at the beginning of the cognitive revolution.

João Veloso: *We're more prepared to do this kind of work than comparing linguistic and non-linguistic abilities, or something... Linguistic description is not the only way to attain the characterization of the language faculty; it's one of them.*

Cedric Boeckx: It's one way as long as you keep in mind that that sort of description is in service of the biological study of language, but very often it's not in service of anything else.

João Veloso: *It's not made explicit...*

Cedric Boeckx: Well, no, I don't think that implicitly, in fact, if you scratch underneath the surface, people are interested in that; they are really interested in capturing French *versus* Italian...

João Veloso: *If we compare this to religious truths or something, there's a kind of purity of Generative Grammar that was lost.*

Cedric Boeckx: Well, I don't know if it was ever pure, but I think there was a particular... see, the genius of Chomsky, at least the early Chomsky of, say, *Syntactic Structures*, was to essentially wed two traditions – or maybe more than two –, but certainly it was to use the tradition that, you know, is biological or philosophical, the Cartesian tradition, and the philological tradition, that is, early Generative Grammar was really about constructions and language specific, like passive in Hungarian, or so... and progressively, as we learn more about language, we have come to realize, perhaps implicitly, perhaps explicitly, that these two traditions can be studied independently of one another. That is, you can focus on the primitives, those are not language specific, or you can focus on passives in Hungarian. And there what you see is that most linguists actually are going back to, when faced with that choice, the constructions. It's no accident that approaches like Construction Grammar [see Goldberg 1995] are very popular because it's this philological tradition clothed in formal terms that appeals to many.

Pedro Tiago Martins: *By the way, do you think that this change in Linguistics or in the study of language within universities will inevitably happen? Do you think that at least the continuing of this dialogue between disciplines will spark this change?*

Cedric Boeckx: Well, I mean, one of the things that's true is that even though deans and presidents of universities like to talk about interdisciplinarity, it rarely happens, or at least they rarely allow the structures for it to happen to be built. It's all good to say, but it's very difficult to make it happen. So, I can't predict the future but I think that as Linguistics keeps pursuing current lines, the tension between Biology and Philology will become more and more manifest, and that people will have to choose whether they go to the Biology department or to the languages department, and so you will find both, of course. The concern is not the language department because those will always exist. The concern would be for those students who go more into the biology of things, whether there will be a place for them to pursue that sort of work, that is: once they finish a PhD in Linguistics or Biolinguistics, can they apply for a post-doc position of a Biology department? That's what we should, I mean, people who believe in that

approach, that's what we should try to guarantee somehow. We should try to convince deans and presidents to create a structure, an institutional structure that makes it possible for people who didn't choose the philological tradition to have job prospects. That's very hard. And, until now, it wasn't so much of a concern, because so few actually took that biological path, because they were still in the transition period when the tension between Philology and Biology was not so apparent. I think that perhaps the main thing that Minimalism in Linguistics made apparent is that tension between Biology and Philology. Jan Koster, a good generative linguist, said that Minimalism boils down to the following: Linguistics is not "philology by other means" [Koster 2003]. I think that's exactly right. But if that tension is only apparent now, we should worry about the next generation. Those that, until now, could still fall within a Linguistics department that did both, or that tolerated the Biology, will be told "well, ok, not in this Philology department, but someplace else". Where is that "someplace else"? We should worry about that. The only way to do that is to really talk a lot more to the other disciplines. Otherwise, they won't realize we exist.

Pedro Tiago Martins: *Do you think that's important before university, like in high school, for example? If people say "this is not just learning languages; it's also possible to study language as a biological [entity]"...*

Cedric Boeckx: I think it would be nice. I mean, I'm not the first one to point out that since we have access to linguistic intuitions at no cost (we don't need fancy experiments or flammable, smelly products or anything or that sort) it's actually a good way to introduce students to science. Wayne O'Neill at MIT, you know, loved to make that point, and I think we should make that clear. My only concern is that this, to me at least, was very clear in the writings of Chomsky, but then the puzzle is why is it still so unclear? Because Chomsky has made those points sixty years ago, so, and Lenneberg made those points fifty years ago. Why hasn't that happened yet? I don't know, but... it's probably very hard, that's what it is.

Pedro Tiago Martins: *You are a scientist, and one of the editors of *Biolinguistics*, which is electronic and free for whoever wants to read it, and this interview will also be published in a free electronic journal. Do you think, as a scientist, that this is a good way to bring science closer to everyone who has an interest in its achievements?*

Cedric Boeckx: The Open Access?

Pedro Tiago Martins: Yeah.

Cedric Boeckx: I think so, but with a risk. I think it's really a way, because the funds that we receive are public money so I think we have a responsibility to make our field accessible to the public, our results accessible to the public, and phrased in a way that at least the public can understand, not every detail, of course, but... The risk is that there is also a new development in the publication area, which is this citation record, or citation index, or impact factor, that threatens the open access. Namely, many of the ways in which you get into citation records and so on and so forth are so institutionalized in fact by journals and companies that sell the most expensive journals on the planet; it's very difficult for at least young or open access journals to make the work accessible to the public while at the same time offering the tools for tracking down citations and so on, that allow for job security for the people who are actually writing the articles. And there is a certain tension. I can tell you from experience that in the context of Biolinguistics we have received a couple of inquiries from non-linguists who were very interested in publishing with us or at least submitting articles with us and in the end didn't submit because they asked us "what's the impact factor of the journal", and our answer was "well, we don't have any". I mean we, that is Kleanthes Grohmann and I, are just running this on our own money and energy. We don't have institutional support to speak of. This is just what we can offer, at least for now. And as a result those people who were very interested said "well, sorry, but the department I'm in really wants me, in order to be tenured, to publish in journals that have a high impact factor. Since you don't have any impact factor whatsoever, then I can't even consider submission." That's very bad because we probably missed out on very good submissions. And we have and are still working on that but it's very difficult to get into a system that's money oriented and still make the work accessible to everyone. I mean, one of the reasons we didn't sell the journal – we refused some of the support we could have gotten – is because, you know, we would lose some of the freedom and accessibility that we want to ensure. But that comes as a cost. And this citation index and impact factor didn't exist, really, when I was a student, and I think that before either, and I think that contributions were made irrespective of that fact. There's this impression that having an impact factor is a more objective measure to give tenure, for example; it's not. Because there are many good journals that are not supported by wealthy companies, that don't have a high impact factor but

have a big impact. In fact, currently, I think, blogs have a big impact in science; they don't have a registered impact factor, but they make an impact. So, there is this tension and I don't know how to resolve it. Of course, I would be in favor of just removing those notions of impact factor and keep work accessible but there's higher stakes at play and I think it would be naïve of me to think that things like impact factor and citation index would disappear, but I am not convinced that they are that useful. If you look, for example, at the work in theoretical Physics, like the work of, for example, Steven Weinberg, who got the Nobel Prize for his unifications in theoretical Physics, and if you track the citations of the early papers where that unification was proposed, for I don't know how many years, that paper wasn't basically cited by anyone. And then you get a number of citations, and these are self-citations, that is, Weinberg was citing his own paper, building on it. And then, all of the sudden, but many years after, you know, it became, I think, if not the most cited paper, certainly one of the most cited papers currently in theoretical Physics. But the period between the time when it appeared and the time of real serious citations is much longer than the period that's being used for a tenure case. So, if you just relied on that [citation index/impact factor], this guy wouldn't have gotten tenured because his famous paper that got him the Nobel Prize hadn't been cited enough during that time. Well, here is a strong argument against citation indices and impact factors. Usually it takes a long time before something that has a real impact has that impact. So if that's the case I'm not convinced that the measures that we are using now are really good.

Pedro Tiago Martins: *So you do think that it objectively is bad for the enhancement of knowledge.*

Cedric Boeckx: I am not convinced of its usefulness, because I think that scientists before that did pretty fine in terms of having an impact.

João Veloso: *Things are changing now about this bibliometry and impact measurements, aren't they?*

Cedric Boeckx: I don't know...

João Veloso: *Because I remember that, a few years ago, linguists and people from other Humanities discussed a way of finding specific ways of measuring impact that would not be the same as used in Biology or Physics...*

Cedric Boeckx: Yes, that's also true. There is something to add actually, because it bears on the place of Linguistics in academia. One of the things where we are really lagging behind is in terms of publication. Most of the publications, if you look at other fields, their period for getting a review after submission, and the period between acceptance and publication, our field is just way too slow. I mean, it's now standard to submit even a squib or a short paper in high impact journals and to get a review maybe in a year that asks for revisions, that asks for a second round of reviews, and to have that paper published three years after its original submission, that's not... you cannot judge those publications in the same way you judge publications in the hard sciences, for which there is a specific deadline for reviewers to act, and for re-submissions to happen, and publications to happen. You know, a couple of years ago I was asked to review for hard science journals, and I was struck when I was first offered to review for them and they said "would you be able to review by this particular deadline?" and the deadline was, like, you know, two/three weeks, or something like that, and they made it very clear that if I didn't submit the review after that I wouldn't be considered for review again or that paper would be submitted to someone else, so they move on. In our field, we have a lifetime to submit a review, and then the author has a lifetime to resubmit, that's not as serious. Until we fix that, we cannot make a strong argument, also, for being part of the hard sciences, because our practices are still medieval, compared to the hard sciences.

João Veloso: *These impact measurements were conceived before this wave of electronic or open access journals, and blogs, as you've mentioned...*

Cedric Boeckx: I don't know the specific history of it, and in fact I should tell you I don't know how to measure my impact factor and things like that. I've tried to stay away from it; I'm not convinced. I think it's more fashion... it measures something that's not impact. It measures something else.

Pedro Tiago Martins: *What do you think about the future of scientific publication as exclusively electronic publications, in general?*

Cedric Boeckx: Well, I would hope – as I said, it's hard to predict the future – that, with the tools we currently have, the internet, the search engines that we have, and those that will exist soon, this will be on the rise. You know, nowadays I think few people really go to a physical library. Very often, you download papers

from... I mean, we don't even know how journals look physically anymore. So, I would hope that's something that will be on the rise. But there is something that we should worry about in this context and that's the costs of publications. Something which in Linguistics doesn't quite exist yet but, namely if you ask a linguist when you submit a paper, you know, if it's published, you have to pay 1000, 2000, 3000 euros, linguists would be very surprised. One of the ways in which we could improve, for example, the *Biolinguistics* journal is by charging the authors for publication. We don't do that because we know that many of our contributors don't have the grants that would allow that, and essentially pay for those papers. But again, if we want to be in the hard sciences one of the things we should do is also publish in those hard science journals, and there we'll be asked to pay. That's a way of supporting those publications. And that's something that no one will have to think about as a community, because we'll need the grants, that go along with it. And already now if you look there are a couple of journals that are not exclusively devoted to language but have an emphasis on Linguistics. They are edited by some linguists, or at least people who gravitate around linguistics circles, and the price for publishing papers are just over 1000, 2000 euros, and I think that many linguists wouldn't be able to just afford that right now. Because, again, we are now the victim of where we fall academically, right? I mean, our academic context defines our sources of funding, and amount of funding, but now if you want to publish in a different academic context, like the hard sciences, in order to make that step towards belonging in there, then our sources of funding are just too limited, because, remember, many people, many deans I know still don't know why we need more than a blackboard. And so if they think that all we need is a blackboard we cannot ask for a lot of funding, like thousands of euros for publications, because there's part of where we belong. So all of that is quite complicated. I don't know how to solve it, but I have a couple of suggestions, namely, when we write the grants, it would be useful to try to include non-linguists as co-PIs [Principal Investigators], because that's a way of justifying bigger amounts of money being requested. That's just a way of saying "we have this guy working with us, and maybe you think I don't need a lab, but certainly he has a lab or needs to sustain it", and that's a way of maybe getting around that, and then if those grants are funded, and become successful, then maybe deans will realize we also need labs, independently of the other guys.

Pedro Tiago Martins: *What are, in your opinion, the best places today to study language in a biolinguistic perspective?*

Cedric Boeckx: That's a good question. I mean, there are many, many good places. Obviously I'm biased, because I would think that one of the places is Barcelona, where I am. Not because I'm there, but because I moved there, because I thought it was a good place to study language as a biological phenomenon. So, mainly because of my colleagues, mostly non-linguists, I think it's a good place to do that. But, you know, there are many, many places that are good. I think one of the things that people, students, should look at when they apply for graduate school, for example, is not just who is in the Linguistics department, but who is in the Biology department, or who is in the Psychology department, who is in the Philosophy department, and see if actually they would be allowed to write a dissertation with these people on their committees, and I think that that means finding Linguistics departments with people that are open-minded, and people that already engaged in collaborations across fields. At least if one is to pursue Biolinguistics seriously, then that's the kind of thing that should happen. But, of course, there are difficult situations; I'll give you perhaps the clearest example of a difficult situation: I visit Japan fairly frequently because they have very good, linguistic groups and biolinguistic circles there. And one of the difficulties that they have shared with me is the fact that they find it difficult to recommend Biolinguistics to undergraduates thinking of going to graduate school, because even if they could find good places, say, in the US, Europe, maybe in Japan, to study Biolinguistics, the problem is finding a job afterwards. See, if you look at, say, the Japanese situation, many of the people who wrote a PhD in Theoretical Linguistics go back to Japan to become essentially English teachers, or to find jobs in English Linguistics or English departments. And, again, that would be ok if you adopt a philological tradition using theoretical tools, but what if you write a dissertation on, say, non-linguistic things, like, say, the birdsongs I mentioned, say, the Phonology or the structure of birdsongs, imagine that as a dissertation topic. You can't really ask for a job in an English department after that dissertation. If you write a dissertation on English case markers, well, ok, you know, that can still fit, but if you go biological, that's much harder to then find a context for jobs. So, they find it hard to just say to students "yeah, this is exciting but, you know, be aware, this is difficult." So there are many good places to study, I think, language in a biological context; what's missing, still, is a good structure after those studies, a good job structure, some support. That's what we have to work on. Those of us who have a stable position and are committed to the enterprise should make sure that there is a structure for the young guys, you know, who are excited about these opportunities and want to do it academically, to also get the chance to do this after the PhD. That's a big task, I think.

References

- Baker, M. 2001. *The Atoms of Language*. New York: Basic Books.
- Balari, S.; Benítez-Burraco, A.; Camps, M.; Longa, V. M.; Lorenzo, G.; Uriagereka, J. 2011. The archaeological record speaks: Bridging Anthropology and Linguistics. *International Journal of Evolutionary Biology*, 2011. doi:10.4661/2011/382679.
- Boeckx, C. 2009. *Cartesian Biolinguistics*. Talk delivered at Sophia University, Tokyo, Japan, July 17, 2009, Solific Lecture Series.
- Boeckx, C. 2011. Some reflections on Darwin's problem in the context of Cartesian Biolinguistics. In: A. M. Di Sciullo; C. Boeckx (Eds.). *The Biolinguistic enterprise: New perspectives on the evolution and nature of the human of the human language faculty*. Oxford: Oxford University Press, 42-64.
- Boeckx, C.; Longa, V. M. 2011. Lenneberg's Views on Language Development and Evolution and Their Relevance for Modern Biolinguistics. *Biolinguistics* 5(3): 254-273.
- Camps, M.; Uriagereka, J. 2006. The Gordian Knot of linguistic fossils. In: J. Rosselló; J. Martín (Eds.). *The Biolinguistic Turn. Issues on Language and Biology*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 34-65.
- Chomsky, N. 1956. Three models for the description of language. *IRE Transactions on Information Theory* 3: 113-124.
- Chomsky, N. 1957. *Syntactic Structures*. The Hague: Mouton.
- Chomsky, N. 1966. *Cartesian linguistics: a chapter in the history of rationalist thought*. New York: Harper & Row.
- Chomsky, N. 1976a. On the Nature of Language. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 280: 46-57.
- Chomsky, N. 1976b. Problems and Mysteries in the Study of Human Language. In: A. Kasher (Ed.). *Language in Focus - Foundations, Methods and Systems: Essays in Memory of Yehoshua Bar-Hillel*. Dordrecht: D. Reidel.
- Chomsky, N. 1981. *Lectures on Government and Binding: The Pisa Lectures*. Dordrecht: Foris.
- Chomsky, N. 2005. Three Factors in Language Design. *Linguistic Inquiry* 36(1): 1-22.
- Chomsky, N.; Halle, M. 1968. *The Sound Pattern of English*. New York: Harper & Low.
- Chomsky, N.; Miller, G. A. 1963. Introduction to the formal analysis of natural languages. In: R. D. Luce; R. R. Bush; E. Galanter (Eds.). *Handbook of Mathematical Psychology*, Vol. 2. New York: Wiley and Sons, 269-321.
- Darwin, C. 1964. *On The Origin of Species (Facsimile of 1st Ed. 1859)*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Gentner, T. Q.; Fenn, K. M.; Margoliash, D.; Nusbaum, H. C. 2006. Recursive syntactic pattern learning by songbirds. *Nature* 440: 1204-1207.
- Goldberg, A. E. 1995. *Constructions: A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press.

- Haspelmath, M. 2006. Against markedness (and what to replace it with). *Journal of Linguistics*, 42(1): 25-70.
- Hauser, M. D.; Chomsky, N.; Fitch, W. T. 2002. The Language Faculty: What is it, who has it, and how did it evolve? *Science* 298: 1569-1579.
- Huxley, J. S. 2010 [1942]. *Evolution: the modern synthesis*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Jackendoff, R. 1987. *Consciousness and the Computational Mind*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Koster, J. 2003. Not philology by other means. Review of *On nature and language: with an essay on "The Secular Priesthood and the Perils of Democracy"* by Noam Chomsky, edited by Adriana Belletti and Luigi Rizzi (Cambridge University Press, Cambridge, 2002). *Glott International*, 7(6): 171-172.
- Langacker, R. W. 1987. *Foundations of Cognitive Grammar, Volume 1, Theoretical Prerequisites*. Stanford: Stanford University Press.
- Langacker, R. W. 1991. *Foundations of Cognitive Grammar, Volume 2, Descriptive Application*. Stanford: Stanford University Press.
- Lenneberg, E. H. 1967. *Biological Foundations of Language*. New York: John Wiley & Sons.
- Lewontin, R. C. 1998. The evolution of cognition: Questions we will never answer. In: D. Scarborough; S. Sternberg (Eds.). *An invitation to cognitive science, Volume 4: Methods, models, and conceptual issues*. Cambridge, MA: MIT Press, 107-132.
- Martín, J. 2006. Another linguistics is possible: Nature, culture and study of language. In: J. Rosselló; J. Martín (Eds.). *The Biolinguistic Turn. Issues on Language and Biology*. Barcelona: Universitat de Barcelona.
- Mayr, E. 1997. *This is Biology*. Cambridge, MA: Belknap Press of Harvard University Press.
- Miller, G. A.; Chomsky, N. 1963. Finitary Models of Language Users. In: R. D. Luce; R. R. Bush; E. Galanter (Eds.). *Handbook of Mathematical Psychology, Vol. 2*. New York: Wiley and Sons, 419-491.
- Piattelli-Palmarini, M. (Ed.). 1980. *Language and Learning: The Debate between Jean Piaget and Noam Chomsky*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Pigliucci, M.; Müller, G. B. (Eds.). 2010. *Evolution - The Extended Synthesis*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Pinker, S.; Jackendoff, R. 2005. The nature of the language faculty and its implications for evolution of language (Reply to Fitch, Hauser, & Chomsky). *Cognition* 97(2): 211-225.
- Wexler, K. 2002. Lenneberg's Dream: Learning Normal Language Development and Specific Language Impairment. In: Y. Levy; J. C. Schaffer (Eds.). *Language competence across populations: Towards a definition of Specific Language Impairment*. New Jersey: Erlbaum, 11-61.

JOÃO COSTA

Universidade Nova de Lisboa



João Costa é Professor Catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (onde, em 2004, obteve o título de Agregado em Linguística) e investigador do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa. Licenciado em Linguística pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1994, doutorou-se, também em Linguística, na Universidade de Leiden (Holanda) em 1998. Parte da sua investigação doutoral foi realizada no MIT (Massachusetts Institute of Technology, Estados Unidos). Em 1998, recebeu o Prémio de Investigação da Associação Portuguesa de Linguística.

Os seus trabalhos têm-se dedicado ao estudo da ordem de palavras nas línguas do mundo, com particular enfoque sobre o português. Nos últimos anos, tem desenvolvido investigação sobre a aquisição da linguagem pelas crianças com desenvolvimento normal e com perturbações da linguagem. No âmbito desta investigação, dirigiu projetos de investigação e participa em projetos internacionais.

Publicou vários livros e mais de cem artigos de investigação em revistas e livros nacionais e estrangeiros.

Fez parte do comité científico de algumas das mais importantes conferências e revistas da área da Linguística a nível internacional.

Foi professor convidado em várias universidades no Brasil, Macau, Espanha e Holanda. Foi, também, presidente da Associação Europeia de Estudantes de Linguística (SOLE) e da Associação Portuguesa de Linguística. Desenvolveu trabalho para o Ministério da Educação como consultor científico do Plano Nacional de Leitura e para várias questões

relacionadas com o ensino do Português no Ensino Básico e Secundário.

A presente entrevista foi prestada por escrito, em 2012, a partir de um conjunto de questões enviadas ao Professor João Costa pela equipa redatorial da *eling^{UP}* (João Veloso, Carlos Gomes, Paula Cepeda Rodrigues e Fátima Silva).

João Veloso: *O Professor é dos primeiros linguistas em Portugal a ter obtido uma licenciatura em Linguística. A maior parte dos linguistas portugueses, quer da sua própria geração, quer das gerações anteriores, obtiveram formação universitária de base (ao nível da licenciatura) noutras áreas, como a Filologia, as Línguas e a Literatura, principalmente. Em sua opinião, em que é que este facto foi determinante para o seu percurso? Julga possível identificar marcas do seu pensamento linguístico que pudessem ter sido diferentes se tivesse obtido uma licenciatura noutra área e só depois tivesse optado por formação mais especializada em Linguística?*

João Costa: A minha escolha por Linguística deveu-se a alguma curiosidade e, em parte, ao acaso. Na hora de concorrer ao Ensino Superior, estava muito indeciso. Tinha visto a estrutura da Licenciatura em Linguística e achei interessante, mas também achava que queria ser professor de 1.º ciclo. Atirei uma moeda ao ar e a sorte ditou que fosse para Linguística. Como veem... uma decisão muito pouco ponderada. Não tenho dúvidas de que, em termos de percurso, a formação de base foi crucial. Em primeiro lugar, porque foi uma formação já bastante especializada, o que orientou o meu percurso e as minhas escolhas seguintes. Daqui decorre que, por não ter tido outro tipo de formação, não fiz outras escolhas, como é evidente. A formação inicial é determinante, mas é apenas o início dos inícios. Se, por um lado, tenho noção de que o trabalho num paradigma generativista se deve muito a essa formação, também sei que muito da forma como me movo nesta área se deve ao que estudei depois da Licenciatura e ao trabalho de investigação que continuo a fazer. Por outras palavras, não me parece que o percurso inicial marque, de forma assim tão crucial, a forma de pensar em Linguística.

Carlos Gomes: *A nossa primeira pergunta conduz-nos a uma segunda pergunta também relacionada com a existência de licenciaturas em Linguística. Em sua opinião, quais são os grandes argumentos para convencer um jovem saído do*

12.º ano a optar por uma licenciatura tão especializada, numa área científica de que ele quase de certeza nada ou pouco ouviu falar?

João Costa: Ao contrário de outras áreas, nós – linguistas – não temos conseguido divulgar, de forma eficiente, o conhecimento sobre a língua. Faz-nos falta um Carl Sagan, que consiga mostrar aos jovens que esta é uma área científica fascinante e com muito por descobrir. Há uns meses estive numa escola a explicar a jovens adolescentes o que estudam os linguistas. No final da sessão, tinha uma turma inteira a dizer que queria estudar Linguística. Estou certo de que, se houver capacidade de mostrar o que fazemos, haverá sempre jovens interessados.

Paula Cepeda Rodrigues: *E qual a sua opinião sobre a formação pós-graduada em Linguística existente no país? Julga que faz sentido continuar a haver tantas faculdades a atribuir mestrados e doutoramentos nesta área? As modificações por que estão a passar as universidades portuguesas (quebra de procura em algumas áreas, não renovação do corpo docente, avaliação de cursos, fusão de instituições, etc.) não trarão obrigatoriamente alterações a este cenário, com o eventual encerramento ou fusão de cursos?*

João Costa: Não me parece que haja sinais tão preocupantes nessas modificações que referem, exceto na não renovação de corpo docente. Por exemplo, o número de alunos que procura os cursos tem vindo a aumentar em algumas instituições. Caberá a cada instituição, no quadro da sua autonomia, tomar as medidas que considerar mais adequadas. Se houver respostas globais ou impostas a nível central, podemos correr o risco de matar algumas áreas de excelência. A qualidade das dissertações de mestrado e doutoramento que têm vindo a ser produzidas em Portugal parece-me atestar que estamos a fazer formação pós-graduada de muito bom nível. Mais do que encerrar ou fundir cursos, parece-me interessante que consigamos trabalhar em rede. A fusão ou encerramento de cursos ou instituições por mero interesse administrativo ou conjuntural não é compatível com o que se espera da Universidade, que tem de ter sempre associado um projeto científico. As diferentes instituições portuguesas têm gente muito boa em áreas diferentes. Parece-me que há um desafio pela frente, para os linguistas, que consiste em criar uma oferta supra-institucional, em rede, que coloque a formação pós-graduada nacional com a visibilidade que merece no espaço europeu.

Fátima Silva: *A maior parte, para não dizer a totalidade, dos cursos de graduação e pós-graduação em Linguística continuam a funcionar, em Portugal, em faculdades ou departamentos em que a Linguística divide espaços com as chamadas “Humanidades” (Filosofia, Literatura, História, etc.). Hoje, a Linguística estabelece um diálogo muito forte com disciplinas de outras áreas: Biologia, Lógica, Inteligência Artificial, Ciências Cognitivas, Psicologia, Ciências da Saúde, Ciências da Computação, entre outras. Pensa que a Linguística ganharia se se autonomizasse definitivamente da “herança filológica” e passasse a funcionar, por exemplo, nas faculdades de Ciências ou de Engenharia?*

João Costa: Já há experiências de parceria muito interessantes e produtivas. Não interessa tanto saber onde funcionam fisicamente os departamentos de Linguística, mas sim garantir que há possibilidade de estabelecer estas relações. Os diálogos que referem são importantes, mas os “antigos” – a tal herança filológica – mantêm-se atuais. Importa, portanto, garantir que tudo o que for cientificamente produtivo tem condições para se desenvolver.

João Veloso: *A principal disciplina em que tem desenvolvido a sua investigação é a Sintaxe, onde, a par de investigação na caracterização das estruturas formais da gramática (com destaque para a Sintaxe do português), tem estudado também, mais recentemente, questões relacionadas com a aquisição dessas estruturas. Na sua investigação, qual é o lugar dos dados da aquisição na compreensão das estruturas formais da linguagem?*

João Costa: No quadro teórico em que me situo, a Gramática Generativa, a aquisição tem um papel importante, já que a meta dos estudos formais é uma representação da faculdade da linguagem. O estudo da aquisição permite-nos determinar o que é conhecimento estritamente linguístico e independente de outros processos cognitivos.

Fátima Silva: *E, num sentido semelhante ao da pergunta anterior, qual o papel que reserva para as relações entre a Linguística teórica e descritiva, por um lado, e os diversos domínios da chamada “Linguística Aplicada”?*

João Costa: Qualquer aplicação do conhecimento tem de estar solidamente sustentado em investigação fundamental, com uma boa descrição das estruturas. Para dar um exemplo, nos projetos que tenho dirigido sobre aquisição, temos

procurado ir contribuindo para uma caracterização adequada do desenvolvimento da Sintaxe, o que nos permite caracterizar contextos em que há perturbações do desenvolvimento. Se não houver um trabalho descritivo e explicativo de base bem feito, podem estar-se a criar instrumentos de diagnóstico ou para intervenção terapêutica menos finos. Numa tese de mestrado recente feita no âmbito do nosso projeto, a Alexandra Afonso fez uma análise dos instrumentos existentes para avaliação da linguagem e concluiu que nenhum é inteiramente fiável para o rastreio de problemas de desenvolvimento sintático.

Paula Cepeda Rodrigues: *Esta pergunta é sempre incómoda, mas não resistimos: consegue nomear quatro ou cinco linguistas que tenham marcado profundamente o seu pensamento linguístico? Não estamos a falar necessariamente de linguistas que tenham sido seus professores ou com quem tenha trabalhado diretamente. A nossa pergunta dirige-se explicitamente para linguistas cuja obra o tenha inspirado de forma decisiva no rumo das suas pesquisas e nas respostas a que tem chegado.*

João Costa: Autores que mais me influenciaram: Noam Chomsky, Tanya Reinhart, Haj (John) Ross, Ray Jackendoff.

Carlos Gomes: *O Professor João Costa foi um dos introdutores da Teoria da Otimidade em Portugal, quadro teórico em que, se não estamos enganados, já não se revê completamente. Concorda com esta nossa conclusão? Como é que vê os desenvolvimentos da TO desde a instituição do seu programa científico até às propostas atuais?*

João Costa: No uso que fiz da TO no meu trabalho, procurei sempre tornar claro que este modelo permite captar conflitos entre restrições que operam sobre as estruturas e não a própria natureza das restrições ou a configuração das estruturas sintáticas. É esta, aliás, a orientação que a minha dissertação seguiu. Continuo a achar que a ideia de que há violabilidade nos mapeamentos é interessante e tenho explorado essa ideia em alguns trabalhos recentes, de 2004 até aqui, em que me refiro a mapeamentos imperfeitos entre diferentes componentes da gramática. Desinteressei-me, é verdade, de alguma evolução da TO, que se começou a centrar demasiado em algoritmos que a tornassem num sistema computacionalmente eficaz e a esquecer a interação necessária com conhecimento de base sobre o que determina a configuração das estruturas linguísticas. Por eu estar mais preocupado com estes aspetos, acabei por deixar de trabalhar na TO.

João Veloso: *Como linguista, quais acha que vão ser os grandes temas de investigação em Linguística nos próximos 10 anos? Sabemos que é difícil fazer previsões tão exatas com esta antecedência, mas gostaríamos de conhecer a sua opinião sobre quais são os temas, questões e desafios que se colocarão no futuro mais próximo a todos quantos se entregam ao estudo científico da faculdade da linguagem e das estruturas das línguas.*

João Costa: É, de facto, fazer um pouco de futurologia. Especulando um pouco, diria que se acentuará esta tendência de aproximação da Linguística Teórica a domínios de aplicação clínica. Numa área bastante diferente, a existência de instrumentos mais precisos para o tratamento de dados e para a constituição de bases de dados poderá abrir a porta para criação e tratamentos de corpora mais precisos e para trabalho muito profícuo sobre ontologias. No âmbito da Linguística Formal, penso que assistiremos ao aprofundar de algumas clivagens já visíveis na forma de conceber a interação entre as várias componentes da gramática.

Carlos Gomes: *O seu papel como promotor da ciência em Portugal não se tem limitado apenas a fazer ciência no sentido mais estrito. A par da investigação e do ensino, tem desenvolvido funções de administração e organização em instituições que servem de infraestrutura à atividade científica. Presentemente, é vice-diretor da sua Faculdade. Uma primeira pergunta a este respeito: como encara a ligação entre a atividade científica num sentido mais estrito e a participação em tarefas de gestão de instituições ou atividades científicas?*

João Costa: A gestão é um mal necessário na vida académica. Desempenho funções de gestão com gosto, mesmo quando tal exige ter um ritmo de trabalho desafiante para poder manter a atividade científica. Temos de desenvolver a atividade científica em contextos que sejam facilitadores e estimulantes. Neste sentido, é preciso haver quem crie essas condições. Ao assumir cargos e funções de gestão, tenho tentado contribuir para que essas condições existam.

Paula Cepeda Rodrigues: *Ainda a respeito deste tema, gostaríamos de fazer uma pergunta mais abrangente. Na posição em que está, e carregando uma experiência considerável de muitos anos como linguista e professor de Linguística, como vê as condições de trabalho dos investigadores em Linguística, em Portugal e*

no estrangeiro? Em especial: o que espera neste capítulo nos próximos anos, num cenário de cortes orçamentais para a investigação e o ensino superior e de aumento da competitividade no financiamento para a ciência? Como será possível a Linguística – e as “ciências sociais e humanas”, em geral – sobreviver num cenário de restrições de financiamento (nestas áreas) como se espera para os próximos anos?

João Costa: Estamos num período de grande incerteza. Neste quadro de grandes restrições orçamentais, temos de perceber que temos de nos saber afirmar, de mostrar a relevância do que fazemos. Estes são também momentos de alguma competitividade, que tem de ser sadia, sob pena de se destruírem estruturas de cooperação científica. É, também, muito importante que os processos de avaliação da atividade científica sejam muito transparentes e dirigidos de uma forma que permitam potenciar a qualidade. Espero que os decisores políticos tenham a capacidade de perceber que as ciências sociais e humanas são um suporte essencial das sociedades democráticas. Percebo que haja restrições de financiamento e que os governos tenham de traçar prioridades, mas é fundamental que se permita a autonomia da investigação e a sobrevivência de todas as áreas. Preocupa-me a determinação apriorística de temas no *Horizon 2020* nas nossas áreas. As Universidades têm de continuar a ser os lugares onde o conhecimento se produz e onde as prioridades para a investigação são definidas. Este modelo *bottom-up* funcionará se as diferentes áreas souberem mostrar a excelência e a relevância do que produzem.

João Veloso: *Parte da sua dedicação às atividades institucionais foi prestada enquanto sócio e presidente da Associação Portuguesa de Linguística. Sabemos que assiste regularmente a todas as iniciativas da APL e que acompanha de perto a vida da Associação. Como é que avalia o papel desta Associação, com uma notável atividade regular há quase 30 anos, na defesa, promoção e visibilidade da Linguística em Portugal? Quais são, a este respeito, as principais alterações que é possível identificar na vida da Associação nos últimos anos? Este modelo de “sociedade científica” continua a fazer sentido nos dias de hoje?*

João Costa: Na pergunta, já dão a resposta. A APL tem tido, de facto, uma atividade notável e sempre viva. Tem-se afirmado cada vez mais como um fórum em que o rigor e a avaliação da qualidade do trabalho em Linguística são assumidos. Nos últimos anos, foram dados passos muito importantes nos processos de seleção

e organização das publicações. As sociedades científicas são importantes, não só por criarem palcos para o encontro de comunidades científicas, mas também pelo papel que podem e devem desempenhar na divulgação científica e na construção de opinião pública sobre matérias relevantes que se relacionem com cada uma das áreas científicas.

Paula Cepeda Rodrigues: *Em tempos mais recentes, envolveu-se diretamente em questões relativas ao ensino do Português no Ensino Básico e Secundário. Participou na elaboração, discussão e formação de professores para os novos programas de Português, como já antes tinha participado na elaboração da TLEBS e do Dicionário Terminológico. Também esta é uma forma de “devolver ao país o investimento que o país fez na sua educação”? Num plano menos irónico: é esta, também, uma forma de mostrar a relevância social dos linguistas e do seu trabalho?*

João Costa: Como disse acima, qualquer aplicação tem de estar assente em investigação fundamental. As opções que se tomam no âmbito do ensino não podem ser por mera herança de uma tradição ou por opinião. Se os linguistas sabem sobre língua, devem envolver-se nas tomadas de decisão sobre ensino de língua, a par de outros profissionais.

João Veloso: *É possível ensinar Português no Ensino Básico ou Secundário sem se saber nada de Linguística? E sem se estar a par dos desenvolvimentos mais recentes neste campo?*

João Costa: Não. Seria tão absurdo como ensinar Biologia sem se saber nada desta área ou sem que houvesse esforços de atualização científica.

Carlos Gomes: *Como é que é possível combinar, na aula de Português, todas as contradições e ambiguidades que resultam de a disciplina servir um pouco para tudo? “Português” serve para treinar a expressão oral e escrita, para familiarizar os alunos com o texto literário e a história da literatura, para lhes conferir consciência explícita das estruturas da língua, para lhes “ensinar” a terminologia gramatical, para lhes “ensinar” a fazer “análise literária”, para os levar a distinguir diversos tipos de texto e de registo linguístico. Não estaremos aqui perante demasiados objetivos? Esta pluralidade/ambiguidade é manejável? Poderá alguma vez dar frutos positivos em todas as vertentes?*

João Costa: Esta disciplina é muito desafiante. Tenho sérias dúvidas que seja possível encontrar um professor de Português que seja excelente em todas as áreas que se exigem trabalhar. A Didática da Língua é uma área que precisa de muita investigação, para que se encontre a resposta à vossa pergunta. Acredito que podem ser desenvolvidas atividades que rentabilizam mais o tempo disponível. Mas, sobretudo, parece-me que o ensino de português beneficiaria grandemente da criação de momentos de desdobramento das turmas para trabalho oficial, à semelhança do que se faz nas ciências. Parece-me ainda fundamental que haja um investimento não descontinuado na formação científica dos professores.

Fátima Silva: *Volta e meia, o país acende-se em torno de questões que dizem respeito, mais ou menos longinquamente, ao trabalho dos linguistas. Foi assim com o Acordo Ortográfico, depois com a TLEBS e o DT e com os novos programas de Português. Como linguista e como cidadão, como vê tanto alvoroço em torno destas questões? E como vê que tem saído a imagem pública dos linguistas – uma espécie de “encarnação do demónio” junto dos detratores de qualquer mudança – nos debates públicos que têm surgido neste campo?*

João Costa: Vejo com grande preocupação a falta de conhecimento que existe sobre língua. O debate é legítimo, mas, muitas vezes, paupérrimo. Por vezes, o debate espelha alguma fraca qualidade no jornalismo. É preciso saber quando intervir e contribuir para o debate de forma construtiva.

Paula Cepeda Rodrigues: *Já agora, e porque falámos do Acordo Ortográfico, como vê a decisão do Brasil que adia a sua obrigatoriedade por mais algum tempo?*

João Costa: É uma decisão legítima. Enquanto não houver uma posição única dos Estados da CPLP sobre este assunto, cada um andarà ao ritmo a que entender. Lamento que o IILP não tenha um papel mais claro sobre estas matérias de política de língua.

João Veloso: *Quer dar-nos a sua opinião sobre as Metas de Aprendizagem promulgadas pelo atual governo para o ensino do Português no Ensino Básico e Secundário?*

João Costa: Fui chamado a dar parecer sobre o documento numa fase inicial. Sei que propor documentos para o ensino envolve sempre tomadas de opção que não são fáceis e que nunca agradam a todos. No caso particular deste documento, tenho pena que se esteja a propor novos documentos numa altura em que o novo Programa de Português ainda está em fase de implementação, havendo óbvias áreas de incompatibilidade entre Programa e Metas. Há menos de dois anos, foram divulgadas metas para o Português. Qualquer documento proposto devia sair de uma avaliação do que há, ser experimentado e apoiado em investigação. Preocupa-me, sobretudo, que estas Metas sejam consequência de um despacho normativo de revogação do Currículo Nacional do Ensino Básico, que é um exemplo claro de instrumento legislativo em que a opinião não fundamentada se sobrepõe ao rigor científico. Gostava que as tutelas percebessem que os professores precisam de formação e não de mais documentos em contradição entre si.

IVO CASTRO

Universidade de Lisboa



O Professor Doutor Ivo Castro é Professor Emérito da Universidade de Lisboa, em cuja Faculdade de Letras ensina desde 1969, e é investigador do Centro de Linguística da mesma Universidade. Entre outros cargos, presidiu à comissão instaladora da Associação Portuguesa de Linguística (APL). É autor de livros e artigos nas áreas da História da Língua Portuguesa e da Crítica Textual. Em julho de 2017, foi homenageado no *IV Congresso Internacional de Linguística Histórica*, em Lisboa.

A sua experiência no domínio do ensino e estudo da língua portuguesa foi motivo para a presente entrevista da revista *eling^{UP}*, cuja gravação teve lugar na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, durante grande parte do dia 22 de julho de 2016. A entrevista foi elaborada e realizada por Carlos Silva, estudante da Licenciatura em Línguas, Literaturas e Culturas, e Cristiana Teixeira, estudante da Licenciatura em Ciências da Linguagem.

Durante a entrevista, tratámos primeiramente de aspetos biográficos do Professor, seguindo-se algumas questões acerca de alguns problemas linguísticos que despertaram em nós uma especial curiosidade e, por fim, procurámos que o entrevistado nos desse um panorama geral sobre a atualidade da Linguística em Portugal, segundo os seus pontos de vista.

Esperamos que o resultado final agrade e interesse a estudantes, investigadores e ao público em geral. Para nós, entrevistadores, foi uma oportunidade marcante de crescimento pessoal e científico. Por isso, e pela disponibilidade e simpatia, agradecemos ao Professor Doutor Ivo Castro.

Carlos Silva: *Quando e como surgiu o interesse na área da Linguística?*

Ivo Castro: Bastante cedo e gradualmente, quando eu ainda nem sabia o que era a Linguística. É um daqueles percursos que são simples e que vão acontecendo sem fazermos nada para isso. Quando entrei para o liceu, queria ser professor de Português e Francês. Então percebi que havia um curso para isso mesmo, que era o curso de Românicas. Portanto, quando chegou a altura de escolher, no então quinto ano de liceu, escolhi Românicas, o que me obrigou a mudar de liceu, porque aquele onde eu estava, o Pedro Nunes, não tinha essa alínea. E porque não tinha? Porque muito pouca gente preferia esse curso. Na altura, o reitor do liceu chamou-me e disse: “Ó Ivo, mas queres mesmo ir para Românicas?”. Eu disse que sim, ao que o reitor respondeu: “Mas é um curso de meninas”. E, de facto, no liceu para onde me mudei, o D. João de Castro, estavam os oito ou nove alunos de Românicas desse ano em Lisboa: eu era o único rapaz. Na faculdade já havia mais: umas quarenta ou cinquenta pessoas em Românicas.

Cristiana Teixeira: *O que o cativou para a investigação em Linguística Histórica?*

Ivo Castro: Eu gostava muito de História; aliás, se não tivesse sido linguista, teria sido historiador – antes queria ser toureiro, mas os meus pais parece que não gostaram da ideia. Naquela altura, início dos anos 60, a Linguística não se apresentava com um cardápio de grandes opções de escolha, como as que hoje se oferecem a um jovem estudante. Facilitou a minha adesão o facto de uma das opções mais evidentes ser a Linguística Histórica. Foi nos últimos anos de liceu que comecei a perceber que no estudo da língua portuguesa não havia apenas literatura, mas outra coisa mais instigante, o estudo da língua na perspetiva da sua história. Tive a sorte, ou a infelicidade, não sei, de ter nesses anos um professor que era o modelo acabado de gramático do século XIX, o Dr. Francisco Júlio Martins Sequeira, autor de um compêndio de gramática histórica, pessoa que encarnava o paradigma de José Joaquim Nunes, José Maria Rodrigues ou Leite de Vasconcelos. Gostei muito da sua maneira de pegar no problema: o explicar através da origem e da evolução os factos da língua, das palavras do léxico, dos traços de pronúncia, de questões de estrutura sintática. Foi assim que, nos últimos anos de liceu, me vi embebido em princípios da Linguística Histórica oitocentista, apenas com 150 anos de atraso. Quando chego à faculdade, pela primeira vez tenho aulas de Linguística (Introdução ao Estudos Linguísticos), com um professor brasileiro, Joaquim Mattoso Câmara Júnior, que pertencia à escola

do Estruturalismo americano de Bloomfield. Falava sobretudo dos fenómenos da linguagem aplicados às línguas dos índios do Brasil, e não gostei nada. Fui um péssimo aluno do Mattoso Câmara e estive à beira de chumbar no exame. Só não chumbei, porque a assistente dele, que também participava no exame, era a Dra. Maria Helena Paiva, que tinha sido minha professora no liceu e, pelos vistos, tinha então boa opinião de mim. No segundo ano de faculdade, tive como professor de Linguística o Doutor Joseph-Maria Piel, que tinha estado 40 anos em Coimbra e era na altura professor na Alemanha, na Universidade de Colónia. Estava a fazer um ano sabático aqui em Lisboa, aonde voltou depois para ensinar até à aposentação. Fiquei muito amigo dele e da família, e preparei a publicação de alguns dos seus livros. Teve para mim um grande papel formador, porque só fazia Linguística Românica, que para ele era integralmente histórica, e veio assim reforçar aquela tendência que me tinha ficado do liceu. Mas na formação dos estudantes não intervêm apenas as pessoas dos seus professores; são as instituições que, em primeiro lugar, criam as oportunidades. A Faculdade de Letras de Lisboa era, no tempo em que entrei nela, 1961/62, uma das duas únicas faculdades de Letras do país, juntamente com a de Coimbra. Em Coimbra, havia grandes linguistas, Paiva Boléo e Herculano de Carvalho; em Lisboa, havia o Doutor Lindley Cintra e mais três ou quatro assistentes de formação linguística, mas todos eles integrados na secção de Românicas. Na verdade, havia mais cadeiras de Linguística no plano de estudos do que linguistas para as ensinar. Uma vez recorria-se a estrangeiros, como Mattoso Câmara ou Piel, mas as mais das vezes recorria-se a professores de Literatura. Foi assim que tive aulas de Linguística; com vários professores de Literatura, que faziam os possíveis por cumprir, mas não passavam além da Estilística, que era uma espécie de Linguística de Texto Literário especialmente interessada em aspetos estéticos. Numa instituição como a Faculdade de Letras de Lisboa era fácil, nos anos 60, ficar por aí. Isso só não me aconteceu graças ao Doutor Cintra. A sua figura ocupou um lugar central na minha formação e na de tantos outros colegas nossos. Gosto de dizer que sou um aluno do Doutor Cintra; não sou mais, no meu pensamento linguístico, do que uma segunda edição atualizada/revista do Doutor Cintra. As minhas contribuições, nas áreas de estudo que temos em comum, podem ser vistas como meras atualizações ou correções de Cintra, sem que no pensamento a sua visão divirja muito daquela que hoje se pode continuar a ter. Em que pontos me afasto dele? Era otimista quanto ao futuro de uma comunidade lusófona, em cuja viabilidade ou vantagem pura e simplesmente não acredito. Era reticente quanto à identidade autonomizada do galego como

língua românica própria, privilegiando as afinidades dialetais que sem dúvida tem com o português, mas que não são tudo. No que diz respeito à geografia da língua portuguesa europeia, o modelo de cartografia dialetal que Cintra propôs na “Nova proposta de classificação dos dialetos galego-portugueses” está superado; aliás, começava a ser superado na década de 60, só que isso ainda não se via; ele mesmo, se estivesse vivo, provavelmente agora reconheceria que a declinação Norte/Sul foi substituída por uma outra de orientação Poente/Nascente. Ainda uma divergência motivada mais pelos tempos do que por razões mentais: o culto da Crítica Textual como uma disciplina científica inteira, dotada de problemas próprios, com doutrina e métodos específicos, por que me bato, era para o Doutor Cintra um conjunto de técnicas editoriais úteis para o estudo e edição dos textos antigos, mas de estatuto subsidiário e dependentes sobretudo do talento de quem as usava (talento que, no caso dele, era enorme, mas intuitivo).

Carlos Silva: *A Linguística não é uma área assim tão jovem, quer dizer, continua a ser jovem, mas não tanto como quando o Senhor Professor começou a estudar nesta área.*

Ivo Castro: As pessoas é que eram quase todas jovens. Depois daquela época que vos descrevi em que me formei, e em que quase não havia linguistas, de repente começou a haver, como eu, muitos outros. A classe de linguistas que hoje tem 50/60 anos (eu era um pouco mais velho), nessa altura, estava a iniciar as suas carreiras, a fazer os seus cursos, as primeiras publicações, a trabalhar para marcar posições e a ter, em muitos casos, os primeiros êxitos. Nos anos que precederam o 25 de abril (em que se cheirava o que não se sabia que iria haver), os linguistas eram jovens e entravam numa ciência que era nova em Portugal. Nada de diacronia ou de estilística com que fôramos alimentados, mas novidades como a Sociolinguística ou a Gramática Generativo-Transformacional, muito atrativas e com futuro, mais esta que aquela em Portugal. No plano das instituições, não faltavam os recursos; havia muito dinheiro e disponibilidade para as universidades crescerem e evoluírem; para criarem postos de trabalho, para projetos coletivos e bolsas de investigação. Num ambiente que nos anos 70 era dominado pela Linguística de origem norte-americana, de propensão generativa-transformacional, a investigação em Linguística Histórica não aparecia como a mais apetecível das novidades. Em Lisboa, a sua continuação foi facilitada pelo prestígio

do trabalho de Cintra e também, principalmente, pela consciência de que a Linguística não podia viver apenas do plano das sincronias. Em Portugal, país em que estava, e continua hoje a estar, largamente por cumprir o programa de busca, edição e aproveitamento do material textual antigo, jazente em arquivos e edições esquecidas, a carência de dados historicamente diferenciados mostrou com clareza que havia necessidade de se continuar a fazer Linguística Histórica.

Carlos Silva: *Mas segundo esse ponto de vista então a Linguística Histórica está mais cedo ou mais tarde condenada à morte, a partir do momento em que os arquivos estejam bem explorados, a Linguística Histórica desaparece.*

Ivo Castro: Em teoria, sim, uma vez que a Linguística Românica, que é uma espécie de superestrutura das Linguísticas Históricas Românicas, já deu os frutos que tinha em vista; já deu as suas gramáticas; já explicou a história da formação das várias línguas; já fez os seus dicionários e os seus atlas. Embora na prática haja sempre novas questões por resolver, em teoria, pode admitir-se que uma disciplina que tenha atingido as suas finalidades, e pense que foi bem sucedida, encare uma cessação de atividade. Uma ciência que responde às perguntas que lhe deram origem e que, portanto, cumpre a sua obrigação, pode sair de cena tranquila e feliz. Por outro lado, ainda há muito que pode ser feito no domínio da investigação conduzida diretamente sobre documentação antiga, que está inédita ou é pouco acessível, e de que depende um conhecimento mais completo de certas áreas. Veja-se o enriquecimento que resultou, para os estudos de dialetologia histórica e para numerosas outras formas de abordagem, de duas grandes publicações de documentação medieval inédita, uma que devemos a Clarinda de Azevedo Maia, com a importante coleção de documentos galegos e do norte de Portugal que deu a conhecer na sua tese de doutoramento, e outra que devemos a Ana Maria Martins, a quem devemos uma coleção ainda mais rica de documentos do norte e centro de Portugal. A este tipo de contributos veio juntar-se a recente tese de Fernando Brissos, que revelou um conjunto muito interessante de documentos medievais de uma região beirã, até aqui mais conhecida pelos dialetos modernos do que pela sua história.

Cristiana Teixeira: *Dentro dos tópicos de investigação da sua área, qual é aquele que tem despertado ou desperta atualmente mais o seu interesse?*

Ivo Castro: Nos últimos anos, tenho trabalhado mais na área da Crítica Textual

do que na área da Linguística Histórica, em parte, talvez, devido àquela sensação de que o caminho está percorrido. Parte dos projetos que tenho dirigido e que estou a terminar situam-se agora mais na área do estudo dos textos e na edição de textos antigos e modernos. A edição crítica de Fernando Pessoa está praticamente concluída, pelo menos no formato que a Equipa Pessoa definiu na década de 90. A edição crítica de Camilo, que do ponto de vista metodológico é um passeio, comparada com a pessoana, vai ocupar-me ainda durante uns anos. O gosto pelos manuscritos de poesia barroca, que me vem desde a tese de licenciatura, traduziu-se em extensas recolhas de material, que têm sido trabalhadas por antigos alunos, e rematará em breve, espero, com uma publicação. Finalmente, mantenho com Leite de Vasconcelos um compromisso de praticamente toda a vida: dentro de meses estará publicado *online* o seu *Dicionário de Regionalismos e Arcaísmos*, que tenho vindo a transcrever com várias gerações de alunos, todos dotados de infinita paciência. Além disso, tendo sido possível reunir na biblioteca da Faculdade de Letras de Lisboa a biblioteca filológica do Dr. Leite, ao lado do seu espólio manuscrito, estão criadas condições ideais para um tipo de trabalho que gosto de fazer e de ajudar a fazer. Quando se conseguiu que, nos planos curriculares da Faculdade de Letras de Lisboa (que se multiplicaram nos últimos anos 70), tivessem alguma presença as cadeiras de História da Língua Portuguesa e de Linguística Histórica, foi possível associar a estas o ensino de uma disciplina que não é propriamente Linguística, mas para a qual são precisas competências linguísticas e culturais, literárias também, que é a Crítica Textual. E com essa designação, ou a de Filologia, esse ensino também se instalou com algum sucesso. Assim se resolveu uma das lacunas que eu encontrara na minha formação, porque gostava muito de manuscritos e da edição de textos, mas nunca tive ninguém que me desse uma aula disso.

Cristiana Teixeira: *Na sua perspetiva, qual é o perfil de um bom linguista?*

Ivo Castro: Um bom linguista é aquele que, além de ser tecnicamente competente nos domínios de especialidade em que se formou, e de sentir curiosidade por aqueles que não domina, possui ainda uma base alargada de conhecimento empírico da língua a que se dedica, quer na sua variação diacrónica e diatópica, quer na sua dimensão cultural.

Carlos Silva: *O que é que mais lhe agrada na sua carreira, a parte pedagógica ou de investigação?*

Ivo Castro: Eu gosto bastante de dar aulas em salas com muitos alunos, num ambiente de multidão. Nos primeiros anos do meu ensino, foi isso que aconteceu. Quando era assistente do Doutor Cintra em Introdução aos Estudos Linguísticos (a mesma cadeira em que quase tinha chumbado), tinha aulas com 80 ou 100 alunos, como agora alguns colegas voltaram a ter. As matérias que ensinei mais tarde - História da Língua, Linguística Românica, Linguística Histórica - passaram a ter um número menor de alunos; uma aula expositiva para poucos alunos pode correr muito bem ou pode correr muito mal, porque o tipo de reação do público tem mais peso. Agora, oriento trabalhos de seminários, de pós-graduação ou seminários permanentes com pessoas veteranas que trabalham comigo há muito tempo. Nesta mesa em que estamos, decorre todas as terças-feiras um seminário permanente que se reúne há 9 anos. Esse tipo de trabalho em pequeno grupo, quase sem pedagogia, nenhum espetáculo e muito de investigação dialogada, é a fórmula que agora me dá mais satisfação. Portanto, o evoluir das circunstâncias também ajuda a passar duns gostos para outros.

Carlos Silva: *Temos notado que a sociedade conhece pouco o trabalho que é feito nas Ciências da Linguagem, assim como os resultados da investigação nesta área, o que leva à sua desvalorização. Como acha que se pode melhorar esta relação entre a sociedade e a investigação em Ciências da Linguagem?*

Ivo Castro: Talvez valesse a pena pegar nisso diacronicamente, porque nem sempre foi assim. Até aos anos 70, a Linguística não existia como disciplina autónoma, nem no ensino, nem na prática. Houve, depois, a explosão da Linguística ao nível da investigação e do ensino, com aplicação nos métodos do Ensino Secundário. Foi uma experiência não isenta de problemas, de que resultou uma reação empedernida contra o ensino da Linguística ao nível do Secundário, que se polarizou no debate sobre os conteúdos do Programa de Português. Um debate muito cheio de ideologia. Isso refletiu-se, entre outras coisas, no modo como evoluiu a figura pública do linguista. Assim como a Linguística tinha sido encarada como uma ciência de vanguarda, capacitada para ajudar a transformar o mundo, assim o linguista aparecia investido de um papel social determinante. Chomsky era mais conhecido pelas suas causas políticas do que pelos livros que escrevia. Quando a Associação Portuguesa de Linguística foi criada, sugeriu-se que deveria ser uma Ordem, o que diz bastante sobre o modo como muitos colegas encaravam o seu estatuto profissional. Seguiu-se um movimento de retração. As grandes causas em que a língua portuguesa é

envolvida nem sempre contam com a participação de linguistas, as suas opiniões são ouvidas, mas nem sempre consideradas, mesmo quando têm a qualidade de parecer científico e são questões linguísticas que estão em jogo. Os linguistas não têm muito peso na sociedade e nas políticas. Quando os partidos políticos escrevem os seus programas, no que respeita à língua, ao ensino e à cultura, percebe-se que o fizeram sem conversar ou consultar linguistas, e isso é mau, antes de mais, para os próprios programas. Nesse aspeto, os linguistas fazem falta na sociedade. Em grande parte por culpa sua, ou por abstinência sua, o que talvez no futuro pudesse ser repensado e transformado em causa de combate por colegas jovens, ambiciosos, fluentes em comunicação mediática... ou com queda para o *lobbying*.

Carlos Silva: *Falemos agora um pouco de alguns problemas relacionados com o português. Uma das características peculiares da nossa língua é a existência do pronome mesoclítico no futuro simples do indicativo e no condicional. A que se deve este fenómeno e porque acontece unicamente no português e não noutras línguas românicas?*

Ivo Castro: Na mesóclise, temos uma prova do grande conservadorismo de certos aspetos da Morfologia e da Sintaxe do português, que, neste caso, se traduz no não completo apagamento da consciência da formação original das palavras. Ou seja, perante um verbo no condicional ou no futuro simples, não se acha completamente apagada a memória de que antes havia ali duas palavras, um verbo com o seu auxiliar, que, por andarem juntas, e mesmo, a partir de certa altura, de se grafarem e pronunciarem como um vocábulo único, não perderam, contudo, uma certa separabilidade. Ou seja, a sua aglutinação pode ser revertida para acolher no meio um clítico. A formação do futuro simples é feita a partir de infinitivos mais *habeo* ou *habeam* no caso do condicional. A oclusiva sonora cai pela posição entre vogais; o -o final também desaparece e deixa exposto um ditongo (*habeo* > *aio* > *ai* = *ei*), que se presta a ser tomado por mera desinência verbal. Mas a perífrase *hei de falar* ajuda a reconhecer que em *falar ei* os elementos são os mesmos, apenas mudando a ordem. O ponto interessante é que, através de todo este processo de fusão, permanece em português a possibilidade de retroceder a um ponto anterior. E essa possibilidade é posta ao serviço da mobilidade dos clíticos, outro grande tema da Sintaxe da nossa língua. Os clíticos são instrumentos gramaticais átonos, por isso formando vocábulo fonético com uma unidade maior em cuja periferia se

instalam. Mas não o fazem de modo definitivo, pelo que é possível observar, com um bom recuo histórico, verdadeiras migrações de clíticos que, em certas épocas, residem numa posição de próclise, antes do verbo, mas depois se deslocam, lenta, mas maciçamente, para a oposta posição de ênclise. Estas movimentações são condicionadas gramaticalmente de modo muito sistemático, mas revelam-se também sensíveis a outras condicionantes, pois não ocorrem analogamente em todas as variedades do português, nem em todos os registos. Aqui, o que interessa é que a mesóclise, sendo uma terceira possibilidade de colocação do clítico, a meio do verbo (ou entre duas formas verbais associadas, mas não suficientemente estreitadas para o desalojar), prova que em português a formação de certos tempos verbais a partir de antigas perífrases latinas não é um processo concluído. Isto não se observa apenas em relação às formações do condicional e do futuro. Outra evidência do mesmo processo inconcluso encontra-se no comportamento do advérbio de modo. É frequente encontrar nos manuscritos medievais advérbios em *-mente* que sistematicamente têm um espaço entre o adjetivo e o sufixo, o que faz pensar que essa pausa gráfica podia corresponder a uma fronteira entre vocábulos. Estes advérbios originaram-se em sintagmas latinos do tipo adjetivo + substantivo *mente*, os chamados ablativos absolutos (*clara mente* significa ‘com espírito ou de maneira clara’). Ainda hoje, este *mente* não é sentido como mero sufixo, e prova-o com a sua autonomia, que nos permite dizer *clara* e *admiravelmente*. O que seria impossível para um francês, obrigado a repetir *clairement* et *admirablement*, porque na sua língua estes advérbios são vocábulos indivisíveis. Talvez se possa admitir, portanto, que a gramática portuguesa, mais do que outras, não deu ainda como encerrado este processo de formação de novas palavras a partir da aglutinação de duas ou mais.

Cristiana Teixeira: *Quanto às marcas que deixaram, pode comparar-se a influência do substrato galaico e do substrato lusitano?*

Ivo Castro: Não, a influência do eventual substrato galaico foi muito maior. Sendo substratos os vestígios que permaneceram no latim das línguas pré-romanas com que entrou em contacto durante a romanização, podemos admitir, com alguma simplificação, que no território que viria a ser português, de sul até ao Douro, o latim teve por substrato a língua dos lusitanos, que era uma língua indo-europeia, e que a norte desse rio contactou com uma ou mais línguas de povos a que chamaremos Galaicos, provavelmente não indo-europeias. O resultado direto dos contactos foi o desaparecimento dessas línguas pré-romanas

e a sua substituição por formas regionalizadas de latim, matizadas por vestígios substráticos. O resultado a prazo foi a conversão do latim dialetizado de certas regiões em línguas românicas incipientes, a que chamamos *romances*. Alguns desses romances sobreviveram como línguas nacionais, outros estiolaram. O romance lusitânico foi um dos que falharam por razões da história subsequente. O seu território foi vítima de duas invasões: a muçulmana, que difundiu a língua árabe com alguma brandura, mas durante muito tempo (cinco séculos), e a cristã da Reconquista, que impôs a língua do norte de forma mais radical. Ainda encontramos no Alentejo ou Algarve algumas palavras muito antigas, formas latinas que resistiram às duas invasões: *manhaninha* é um moçarabismo cuja formação (*manhana* + *inha*) conserva o *-n-* intervocálico desaparecido no romance do norte, de onde veio a forma dominante *manhãzinha* (*manhã* + *z* + *inha*). O romance do norte foi mais bem sucedido. O território da sua formação é a chamada *Galaecia Magna*, um triângulo definido por toda a Galiza, o noroeste de Portugal e, no litoral, uma faixa que desce até ao rio Vouga. Esse é o berço de um romance que, em tempos iniciais, só podemos chamar de galego-português, assim reconhecendo que nem a língua nem o povo que a falava eram internamente destrincháveis. A destrinça viria mais tarde quando Galiza e Portugal se tornam realidades políticas diferentes, a primeira tendo por futuro a anexação castelhana e o segundo tendo um futuro menos sombrio. A partir de fins da Idade Média, os destinos de ambos separam-se: a língua portuguesa que se reconfigura no centro e sul, e que logo será levada pela expansão, não se pode mais confundir com o galego. Mas a origem é comum, porque tinham sido comuns as modificações do latim que mais caracterizam a língua portuguesa e a galega: lenição de consoantes intervocálicas, o apagamento da vogal final, o comportamento de sílabas de ataque inicial com *pl-*, *cl-*, *fl-*, que palatalizam. E, do ponto de vista lexical, bastantes vocábulos rústicos, quase todos latinos.

Carlos Silva: *No capítulo escrito para a Gramática do Português, editada pela Gulbenkian, o Professor fala da carência de estudos sobre a língua de finais do século XVIII e XIX. Considera que a investigação no âmbito da dialetologia poderia ter um papel importante para a descrição da língua neste período?*

Ivo Castro: Muito se tem escrito sobre a língua da Idade Média e do período clássico, mas, quando chegamos ao século XVII, os estudos começam a minguar. É certo que, desde que comecei a pregar este sermão, ele progressivamente tem vindo a perder alguma razão de ser. A abordagem dos dialetólogos é muito

importante para a história desta época, contudo, o quadro geral que se obtém é este: o mapa dialetal de Cintra de 1962, que é, em larga medida, o mesmo de Leite de Vasconcelos no final do século XIX, coincide com o mapa dos dialetos de Portugal no princípio do século XVI, ou seja, os dialetos da primeira metade do século XX estão nos mesmos espaços e têm aproximadamente as mesmas características principais que já tinham no fim da Idade Média. Portanto, trabalhos de dialetologia, em retrospectiva indireta, feitos para o séc. XVIII, não têm grandes novidades para revelar. Numa sociedade estática como suponho que a portuguesa tenha sido, a vida dialetal fazia-se dentro da família, da aldeia e da província, com hábitos transmitidos de geração para geração, sem movimentos transversais de influência. Logo, para quem busca instrumentos para conhecer melhor os estados de língua passados, a abordagem dialetal não é vital, pois apenas nos diz que o passado remoto era bastante semelhante ao passado recente. Menos vital ainda seria usar os testemunhos dos gramáticos para conhecer a língua deste período, pois o normativo não descreve o que existe, apenas sugere o que não existe. A literatura metalinguística portuguesa dos sécs. XVI a XIX só é informativa quando critica práticas linguísticas reais. O que há de novo nessa época que nos pode dar informação interessante? Do século XVII em diante, começa a haver folhetos, gazetas, materiais escritos impressos em número cada vez maior, o que justifica que comece a valer a pena o ensino das letras. No entanto, é um ensino que, quanto mais alunos tem, em piores condições é feito, gerando uma classe semiletrada, que escreve informalmente, sem qualidade profissional, e devia ler do mesmo modo. Essas pessoas enganam-se muito, introduzindo traços da oralidade naquilo que escrevem, mas constituem uma classe dotada de mediana competência em literacia, entre os letrados e os analfabetos, num país em que 90% da população era analfabeta. Os escritos que esses *escreventes inábeis* produzem são documentos linguísticos interessantíssimos, ricos em traços de oralidade, tendo sobrevivido missivas, cartas particulares, documentos da vida da Igreja e denúncias do Santo Ofício, material de segunda categoria, pouco explorado por linguistas, cujo valor tem sido demonstrado, por exemplo, pelos trabalhos de Rita Marquilhas. Aí está, portanto, uma possibilidade de alternativa à abordagem dialetal.

Carlos Silva: *Há alguns anos, publicou algumas reflexões sobre o papel dos linguistas na fixação da norma. Considera que a situação atual é idêntica à do passado, ou considera que, atualmente, os linguistas são chamados a pronunciar-se sobre casos problemáticos relacionados com o uso da língua na sociedade?*

Ivo Castro: Os linguistas não podem retirar-se da discussão pública de assuntos linguísticos. Não está bem, porque deixamos o campo livre ao disparate. Para fixar e policiar a norma linguística, as sociedades evoluídas costumam usar academias ou congêneres, mas a Academia portuguesa não só não é uma academia de língua, e sim de ciências, como é uma instituição que desde o séc. XVIII, em que foi fundada, tem consistentemente construído um historial de abordagens erradas aos problemas da língua, incluindo a norma. Onde há conhecimento linguístico, ensino e investigação é nas universidades. Mas as universidades não são reconhecidas como instância normativa, a nível do Estado e da sociedade. É certo que, a título individual, muitos linguistas são convidados a dar opiniões sobre isto e aquilo. Muitas vezes não são tidos em conta, outras vezes são. Mas, de uma forma estruturada, de uma forma pública, não há uma autoridade reconhecida que seja ouvida e seguida pelas instituições do Estado em tudo o que toca, não apenas à gestão quotidiana das incidências normativas e regulamentares, mas também ao pensamento estratégico sem o qual não há política de língua. Não poderemos continuar a viver no embalo de que o português é uma maravilhosa língua que cada vez mais milhões de meninos nascem a saber falar.

Cristiana Silva: *Há pouco falamos na APL. Na condição de membro fundador, que balanço faz do trabalho desenvolvido por esta associação em mais de 30 anos? Manteve-se fiel aos princípios que presidiram à sua fundação? Tem sabido adequar-se ao contexto (científico, societal) em que se insere?*

Ivo Castro: Fui o coordenador da comissão instaladora da APL. Na altura, discutimos questões como “O que vamos criar?”, “Vamos criar uma associação profissional ou uma ordem profissional?”, “Vamos fazer a ordem dos linguistas?”. Realisticamente e modestamente, isso foi tido como excessivo. Esta associação, em certas fases da sua história, tem tido uma vida apagada, noutras fases, não. Os presidentes mais recentes da associação têm sido das poucas vozes que têm aparecido em público a defender posições dos linguistas e têm feito isso muito bem, em nome da classe. Mas não sei se isso não poderia ser desenvolvido e aprofundado, não ao nível da associação, mas ao nível dos linguistas jovens, daqueles que têm problemas de resolução difícil: além do problema de vir a arranjar emprego, têm o problema de se afirmar no sítio onde estão. Talvez pudessem ser desenvolvidas algumas medidas modernas, como o recurso a intervenções nos *media* ou nas redes sociais, coisas que pessoas da minha

geração não sabem fazer, ou fazem desajeitadamente. Vejam o exemplo do *Ciberdúvidas*, que é uma instituição mais respeitada do ponto de vista normativo do que a Academia das Ciências, porque é acessível e dá respostas. Se dá respostas certas ou erradas é outra questão, pois, quando se entra no jogo do certo ou errado, sabe-se que alguém sai descontente. Mas é um recurso que as pessoas conhecem e gostam de consultar.

Carlos Silva: *Como vê o futuro da Linguística?*

Ivo Castro: Perfeitamente, não sei. A Linguística tem sido desenvolvida em associação com outras disciplinas, e tem-se dado bem com as companhias que escolhe. Começou no Romantismo quase se confundindo com a História Literária; chamava-se então Filologia. Entrou no séc. XX pelo seu pé, como disciplina científica autónoma, mas não deixou de namorar as ciências sociais e as ciências exatas e agora tem interesses comuns com a Medicina, sempre com resultados positivos a apresentar. Daí para a frente, o quê? Não sei, mas o que importa é, numa pergunta sobre o futuro da Linguística, sentirmos que estamos a falar de coisas que existem e não a fazer retórica. Que o futuro certo da nossa ciência não faça perder de vista muitos dos estudos linguísticos que foram ficando para trás. Alguns desses estudos correm o risco de serem dados como obsoletos, porque concluídos. Mas outros estudos ainda têm muito para dar, e oferecem materiais e oportunidades nobres de servir a sociedade e a cultura aos investigadores que saibam resistir ao fascínio das últimas novidades.

MARIA HELENA MIRA MATEUS

Universidade de Lisboa



A Professora Doutora Maria Helena Mira Mateus é Professora Catedrática Jubilada da Universidade de Lisboa, em cuja Faculdade de Letras ensinou desde 1965. Foi a principal responsável pelo início do estudo da Língua Portuguesa no enquadramento teórico da Linguística Generativa de Chomsky. Entre outros cargos, presidiu à Associação Portuguesa de Linguística (APL). É autora de inúmeros livros e artigos nas áreas da Fonologia e Morfologia do português.

O trabalho desenvolvido pela Professora Doutora Maria Helena Mira Mateus detém uma enorme relevância no estudo da língua portuguesa e por isso o convite para uma entrevista surgiu como uma necessidade intelectual e científica.

A presente entrevista foi preparada pelos estudantes de Licenciatura em Ciências da Linguagem Andreia Pinho, Carlos Silva, Joana Ferreira, José Carlos Barbosa, Rute Barbosa e Violeta Magalhães, e a gravação teve lugar na Faculdade de Letras da Universidade de Porto, no dia 7 de junho de 2017, sendo a entrevista conduzida presencialmente pelos estudantes Carlos Silva, Violeta Magalhães e Mariana Ribeiro.

Ao longo da entrevista, foram abordados tópicos da biografia da Professora, bem como assuntos vários da Fonologia, por essa ser a área onde a Professora mais investigação desenvolveu. Procurou-se ainda que a entrevistada oferecesse a sua opinião sobre algumas questões da atualidade da Linguística em Portugal, bem como perspetivas de futura investigação.

É nosso desejo que a entrevista que se segue possa despertar no leitor o mesmo interesse e entusiasmo sentido pelos entrevistadores, para quem este momento constituiu

uma felicidade excecional. Assim sendo, agradecemos de novo à Professora Doutora Maria Helena Mira Mateus pelo momento de generosidade e disponibilidade científica proporcionado.

Violeta Magalhães: *Ficamos a saber há pouco tempo que a Senhora Professora tem andado ocupada com a redação das suas Memórias. Uma notícia que é, naturalmente, entusiasmante para qualquer estudante ou apenas interessado pela Linguística e pela língua portuguesa. Como tem sido essa experiência de rememoração de uma vida tão profissionalmente preenchida e rica como a da Professora?*

Maria Helena Mira Mateus: Estou muito entusiasmada, sobretudo em relação à primeira parte: a infância, a adolescência, a entrada na faculdade em 1949, o casamento, o nascimento dos meus seis filhos. Eu frequentei um colégio de freiras, onde fui “endoutrinada”, tendo ido depois para a faculdade. Era uma menina daquele tempo: bem-comportada, católica, mais tarde católica progressista – e isso já era um progresso! Foi no tempo em que ensinava na faculdade (a partir de 1965) que “encontrei” a Linguística Generativa e fiquei apaixonada. Mais tarde, com os meus alunos, percorri um longo caminho. O entusiasmo era tão grande! E depois veio o 25 de abril!

Carlos Silva: *Uma das perguntas era precisamente sobre isso, sobre o que a atraiu para a área das Ciências da Linguagem em Portugal, porque a análise linguística cá, sobretudo numa perspetiva sincrónica, como a Senhora Professora lembra no seu artigo “Ciência da Linguagem em Portugal”, à parte alguns trabalhos, como o de Gonçalves Viana e outros estudiosos do final do século XIX e início do XX, não tinha grande tradição nem dimensão no nosso país, na sua juventude. Assim sendo, poderia dizer-nos o que a atraiu para esta área no início da sua carreira académica?*

Maria Helena Mira Mateus: Eu fiz o curso de Filologia Românica entre 1949 e 1954, e tive um professor, o Professor Luís Filipe Lindley Cintra, por quem estávamos todas apaixonadas! Claro que não passava de uma paixão platónica (risos). Durante o curso criei um programa de rádio que se chamava “Leitura de Poesia”, emitido pela Rádio Universidade. Em cada programa, eu escolhia

determinado poeta e pedia a colaboração de uma pessoa que tivesse trabalhado sobre ele. O programa era apresentado por mim e pelo meu convidado. O que eu queria era ter a oportunidade de dar a conhecer poetas contemporâneos de língua portuguesa, isso era uma das coisas que gostava de fazer. Um dia, escolhi falar de Sebastião da Gama e convidei o Professor Lindley Cintra para colaborar no programa dado o seu profundo conhecimento e admiração pelo poeta. Foi durante essa conversa com o Cintra que ele me passou a sua paixão pela Literatura e pela poesia portuguesa, mas também o interesse pelo estudo da língua. Lembro-me do tempo em que ele era assistente do Vitorino Nemésio (ainda assistente, apesar de já ter o doutoramento feito em 1954, vinte anos antes do meu). A disciplina – Filologia Portuguesa – era lecionada pelo Professor Nemésio, que chegava à sala, falava do que lhe dava prazer, dizia coisas muito interessantes e nós gostávamos de o ouvir, mas não aprendíamos nada! Vinha depois o assistente, que nos ensinava as assimilações, as dissimilações, todos os fenómenos fonéticos, os étimos, o percurso na História da Língua, enfim, os temas que constituíam o objeto de estudo da língua nessa altura. As licenciaturas terminavam com uma tese (e assim foi até 1974), a minha foi sobre “A Linguagem Popular de Lisboa”. A realização da tese teve para mim muita importância, não só porque aprendi a fazer investigação, mas também porque, para recolher dados, tive que percorrer Lisboa e então conheci um pouco a forma de viver no meio da pobreza. Nessa altura, nem os acessos à ponte Duarte Pacheco tinham sido construídos! Aquilo eram furnas, buracos onde as pessoas viviam em conjunto e em famílias. Até cheguei a “ganhar” um afilhado, porque eu ia lá muitas vezes conversar com os habitantes para tomar nota de características do seu modo de usar a língua. Observava aspetos semânticos, lexicais, fenómenos fonéticos ou morfológicos e palavras transformadas. Ainda tenho um exemplar dessa tese, que olho com carinho. Quando acabei o curso, casei, tive seis filhos e, portanto, precisava de encontrar um trabalho que me interessasse e concorresse para o salário familiar. Como licenciada em Românicas, o meu destino profissional era o de professora de Português e Francês no ensino liceal, mas não podia ser professora definitiva sem ter feito um estágio de dois anos (sem remuneração). Concorri para estagiária, entrei no estágio, a minha metodóloga de Francês era a Professora Maria Emília Marques e, na turma do Liceu Pedro Nunes que nos cabia em sorte, era nosso aluno o Marcelo Rebelo de Sousa. No final do estágio, em 1960, decidi procurar um trabalho de investigação que me agradasse e me permitisse esperar o convite que eu desejava receber para ensinar na Faculdade de Letras. Procurei o Professor Cintra, que me sugeriu a realização de uma

edição crítica d'*As Novelas do Minho*, de Camilo Castelo Branco. Aceitei a proposta com grande entusiasmo e tirei benefício, pois aprendi o que significava preparar uma edição crítica. Quando a terminei, em 1961, recorri novamente ao Professor Cintra, que me deu a conhecer a existência, no Escorial, de um manuscrito inédito em português do século XV, de cuja edição crítica eu podia incumbir-me. A obra era *A Vida e Feitos de Júlio César*, uma tradução portuguesa de uma antologia francesa do século XIII constituída pelos textos latinos que relatavam a vida de César. Aceitei a sugestão e andei vários anos apaixonada (e ainda estou) por aquele homem extraordinário, Júlio César, e pelo seu papel na História da Humanidade. Entretanto chegou 1965 e fui convidada por Luís Cintra para trabalhar na Faculdade de Letras. Desde o início me orientei para a análise da língua. Nessa ocasião, os meus fundamentos no ensino e na investigação do português eram estudos da gramática tradicional e uma tendência para a visão estruturalista do funcionamento da língua. O que fazia nas aulas baseava-se na descrição da evolução dos sons do português através de sistemas estruturais: o sistema dos pronomes, o sistema das vogais e consoantes, o sistema verbal, etc. Também comecei a perceber que o Estruturalismo podia acabar em si próprio, sem possibilidade de sair do circuito que criava sobre si mesmo. Foi por essa altura que eu e os meus alunos mais interessados, tomando em consideração o que o Estruturalismo nos ensinava, procurámos ir mais além e integrar no âmbito da Linguística preocupações teóricas gerais. Foram essas preocupações que nos permitiram refletir sobre a língua e a linguagem, e sobre a relação do homem com a própria língua. Estudámos obras de ideólogos e filósofos como Humboldt, Saussure, Bloomfield e revisitámos conhecimentos adquiridos no ano anterior, na disciplina de Introdução aos Estudos Linguísticos. No ano 1967/1968, a turma de Linguística integrava alunos com quem fiz o primeiro (e o principal) caminho até à Linguística Generativa. Criámos o Grupo de Estudos de Linguística Teórica (GELT) do qual faziam parte eu, o José Meireles, o Eduardo Paiva Raposo, a Isabel Faria e a Maria Emília Marques (de breve permanência no grupo). Lembro-me que o José Meireles, que tinha uma capacidade de raciocínio teórico excecional, entrou um dia na sala do GELT e disse “encontrei um livro que vai cupular as nossas buscas” – eram as *Estruturas Sintáticas* de Chomsky, de 1957, que nos chegava com dez anos de atraso. Estávamos no início de encontrar respostas às nossas questões sobre a constituição das gramáticas das línguas, sobre a relação entre o processamento mental e o funcionamento dos elementos gramaticais e sobre a independência da gramática. Pouco a pouco, fomos conhecendo outras propostas de Chomsky sobre a criação de uma teoria

geral com a propriedade de gerar uma gramática e com poder explicativo e de avaliação que devia possibilitar a escolha da melhor gramática (só agora compreendo que teria sido possível criar uma proximidade de base teórica entre a teoria generativa e a teoria em que se fundamentava o trabalho realizado pelo Professor Óscar Lopes na *Gramática Simbólica do Português*). Em 1970, num colóquio sobre “Epistemologia das Ciências do Homem” que teve lugar em Lisboa, apresentámos uma comunicação denominada “Teoria Linguística e Universais Linguísticos”. Ainda há pouco tempo um amigo me dizia que, nessa altura, tinha sido desafiado para assistir à apresentação da nossa comunicação, e que lhe tinham dito: “Vai haver uma apresentação sobre gramática à qual até já chamam “uma forma de epistemologia”, embora se trate de Linguística. Vem ouvir, porque isto é uma coisa diferente!”. Nesse mesmo ano, pedi uma bolsa à Gulbenkian e fui para Paris preparar a minha tese de doutoramento, que veio a constituir a primeira obra sobre o português com orientação generativa.

Violeta Magalhães: *Nós tínhamos perguntas mais específicas, mais dentro da área da Fonologia. A primeira delas era a propósito da reformulação de pontos de vista que a Professora possa ter tido inicialmente. Por exemplo, quando a Senhora Professora se refere à representação teórica das vogais semiabertas e semifechadas em português, em alguns trabalhos a Senhora Professora defende que essa representação é pós-lexical e noutros já defende que é lexical. Gostaríamos de saber que dados é que levaram a essa oscilação e, neste momento, qual é a posição que defende.*

Maria Helena Mira Mateus: A oscilação entre a aplicação da regra de harmonização vocálica sobre a vogal do radical parece resultar da classificação gramatical da palavra – nome ou verbo – que terá de ser especificada na representação subjacente da palavra. A hipótese que proponho pode resumir-se da seguinte forma: na fonologia portuguesa existe uma relação morfofonológica entre as vogais baixas (ou abertas), médias (ou semiabertas) e altas (ou fechadas) do radical verbal e a vogal temática das conjugações em -e-, em -i- e em -a-. A teoria autosegmental em que eu trabalhava quando investiguei pela primeira vez esta particularidade do português permite tratar, autonomamente, os segmentos da representação lexical e os respetivos traços que também podem ser autónomos. Para explicar a harmonização vocálica, procurei responder à seguinte pergunta: como é que poderíamos marcar as vogais do radical em certas formas verbais de maneira a que elas se comportem como baixas nos verbos da primeira conjugação, como

médias ou altas nas duas outras conjugações? Foi nessa ocasião que me servi do conceito de especificação que pertence às propriedades das representações lexicais subjacentes. Propus então que as representações lexicais integrem o traço da classe de palavras que estamos a analisar – verbos ou nomes – ou seja, a classe dos nomes e a dos verbos têm representações subjacentes diferentes no que respeita à especificação do traço de altura (a vogal do radical é completamente especificada na representação subjacente dos nomes e é subespecificada na representação dos verbos). O artigo em que explico esta proposta está incluído no meu livro *A Língua Portuguesa: Teoria, Aplicação e Investigação*, publicado pelas edições Colibri em 2014. Aí se encontram outros artigos que correspondem a resultados da investigação feita no decurso de vários anos, em questões de Fonologia do português.

Carlos Silva: *Mas então, nesse caso, a Senhora Professora propõe que a distinção entre vogais semiabertas e semifechadas seja uma questão de harmonização vocálica? Ou seja, que estes dois graus de abertura sejam, fonemicamente, um só?*

Maria Helena Mira Mateus: Na conjugação, sim, é uma questão de harmonização vocálica, visto que a vogal do radical se harmoniza, no traço de altura, com a vogal temática. A consideração de se tratar de um único segmento ou de mais do que um não me interessa muito. O que é importante para mim é a definição dos traços dos segmentos fonológicos na representação subjacente e dos acidentes de percurso até à sua realização fonética. No nível subjacente, eles têm traços universais que os distinguem entre si e são sujeitos à aplicação de regras de funcionamento próprias de uma língua particular (neste caso, o português). Na minha hipótese, os segmentos da representação subjacente de uma forma verbal ou nominal são distintos no traço de altura: subespecificados, no que respeita à altura nas formas verbais, e especificados, nas formas nominais. Em princípio, portanto, os segmentos “têm em conta” a classe gramatical a que pertence a palavra. Eu gosto muito de dizer, brincando, a propósito da natureza hipotética de muitas propostas: “si non è vero, è bene trovato”.

Violeta Magalhães: *E agora, após cerca de 50 anos de Gramática Generativa, que caminhos é que a Linguística deve tomar?*

Maria Helena Mira Mateus: Que caminhos é que a Linguística deve tomar? Eu não sei que caminhos a Linguística deve tomar, só posso dizer o que é que eu

faria se voltasse ao início da minha vida profissional. E faria sem dúvida mais aplicação da teoria e das propostas teóricas. A teoria da Gramática Generativa que encontrei “no meio do caminho da minha vida” foi realmente para mim uma paixão. Quando construía uma hipótese para explicar uma questão de Fonologia em certo enquadramento, sempre me sentia entusiasmada com a possibilidade de tratar a gramática integrada numa teoria geral formalizada, de conceber o uso da língua em interação com o processo cognitivo da linguagem e da sua dimensão universal. No que respeita à aplicação da teoria em aspetos concretos do uso e do ensino da língua – e sobretudo no que toca às ciências humanas –, a universidade portuguesa está muito afastada da aplicação em dados da realidade. Na Linguística, como em qualquer ciência, não há certezas. Ontem⁷, o Kleiber fez observações divertidas e disse-me que tinha acontecido uma coisa grave ao Chomsky, que ele tinha ficado completamente destruído... Mas porquê? Porque, no fundo, no fundo, no fundo, ele só encontrou a superfície (risos). Na realidade, todas as descobertas constituem aquilo que vamos fazendo e como vamos descobrindo o que procuramos. Por exemplo, o conceito de especificação, para mim, foi essencial para propor um caminho que permitisse explicar os dados de superfície da língua no que respeita à harmonização vocálica dos verbos em português. Eu continuo a achar que o modelo generativo nos permite ir muito longe, mas é imprescindível entrar no terreno da realidade para avaliar a adequação e os resultados das hipóteses construídas e das propostas apresentadas. Não tenho dúvida de que muitos estudos têm sido realizados pelos jovens fonólogos com aplicação aos dados da língua portuguesa. Mas considero que muito mais se pode fazer com aplicação da teoria sobre dados reais. A propósito de aplicação e pensando na minha área de eleição, lembro-me que em 1977 frequentei o *Summer Institute* com uma bolsa da Fundação Fulbright. Nesse ano, o *Summer* funcionou na Universidade do Havai. Inscrevi-me num curso de Fonética, as aulas eram na parte da manhã, de tarde tínhamos o laboratório de Fonética à nossa disposição, quem quisesse podia ir para lá fazer audiogramas e espectrogramas. Na Faculdade de Letras, em Lisboa, nunca nos tinham dado uma oportunidade assim, para que nós experimentássemos as nossas “descobertas”. Posso dizer, pelo menos, que, na vossa geração, há muita coisa que podem explorar. Afirmando novamente que a aplicação da teoria é hoje, mais do que nunca, necessária. Por isso, é melhor que as pessoas que ainda estão ligadas à universidade façam realmente a aplicação

⁷ A entrevista à Professora Maria Helena Mateus teve lugar no último dia do *Colóquio Internacional de homenagem ao Professor Óscar Lopes*. No dia anterior, a sessão plenária fora preenchida com a intervenção do Professor Georges Kleiber, após a qual ele e a Professora Maria Helena Mateus terão tido oportunidade de conversar.

do seu trabalho teórico para perceberem melhor como funcionam as hipóteses que formulam e a que resultados levam.

Mariana Ribeiro: *Em relação ao estudo da Linguística agora, no século XXI, nós temos uma pergunta especial para lhe fazer. Como estudantes de Linguística, às vezes somos olhados com uma certa desconsideração por grande parte das pessoas com quem convivemos no nosso dia-a-dia, as quais nos perguntam: “Para que é que isso serve?” “Que futuro vais ter com isso?” Isso dever-se-á, em parte, a alguma desvalorização dos estudos das ciências humanas em Portugal, que se reflete no desinteresse pela língua portuguesa. Tendo em conta os anos de experiência que a Senhora Professora tem nesta área científica, e como apaixonados que somos por esta área, gostaríamos de saber como vê o futuro da Linguística?*

Maria Helena Mira Mateus: Quando as pessoas sabem que eu sou linguista, mas não conhecem o que é que isso quer dizer, fazem-me geralmente três perguntas. Uma é: “Quem é que fala bem e onde é que se fala bem?”. E a mim só me apetece bater-lhes (risos). A segunda pergunta é: “De onde é que veio esta palavra?”. Eu respondo: “Eu não sou nenhum dicionário ambulante, veja um dicionário etimológico.” A terceira é: “Como é que se escreve essa palavra?”. São três perguntas matadoras, são péssimas para a Linguística, porque restringem e manipulam o seu campo de ação. Hoje, o Professor Rodolfo Ilari⁸ falou sobre o livro que o Oswald Ducrot escreveu (conhecido pela expressão: *On dit, on ne dit pas*) e disse que não é isto que se quer das análises da língua, que a língua é muito mais do que algumas perguntas que nos são feitas. Os conceitos de “onde” e “como” se fala melhor uma língua representam quase sempre preconceitos de classe, preconceitos sociolinguísticos. Quando eu comecei a estudar na faculdade, os dialetos eram, para nós, “a fala dos pobrezinhos do interior do país”. E depois, quando aprendemos em Linguística que um dialeto é simplesmente a marca linguística da região a que pertencemos, e que todas as marcas têm o mesmo estatuto, percebemos que os dialetos são o que caracteriza a nossa forma de falar com origem em diferentes regiões. Essa consciência da nossa identificação pela fala foi benéfica em muitos aspetos e também

⁸ Rodolfo Ilari foi um dos fundadores do Departamento de Linguística da Universidade Estadual de Campinas, no qual trabalhou até 2007. Enquanto investigador e linguista, trabalhou essencialmente nas seguintes áreas: Linguística Românica, Semântica, Pragmática e Ensino da Língua Materna. Publicou vários livros destinados ao ensino da Linguística. Entre os anos 2009 e 2013, foi editor da Revista da ABRALIN. Foi o orador convidado da sessão plenária do Colóquio Internacional de Homenagem ao Professor Óscar Lopes, no dia 7 de junho de 2017, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

impulsionou com vantagem o atual estudo dos crioulos. Em Cabo Verde, por exemplo, o crioulo desenvolveu-se pelo facto de se tratar de ilhas desertas que foram povoadas pelos escravos que os portugueses traziam da costa ocidental da África. Para falarem com os portugueses e para se entenderem entre si, criaram, a pouco e pouco, formas de comunicação que têm palavras, expressões, construções sintáticas que provinham de línguas diferentes – as suas línguas nativas – e têm uma base da língua do descobridor (base portuguesa, espanhola, francesa...). Uma das características dos crioulos é a de se terem desenvolvido na época dos Descobrimentos e, diversamente do pidgin, serem transmitidas como línguas de geração em geração. Quando falamos com alguém que não está por dentro das questões discutidas pelos linguistas é que percebemos o quanto a língua é utilizada para veicular sentimentos de classe. Nos países considerados desenvolvidos, a escolarização é da maior importância e, quando alguém fala ou escreve, denuncia o seu nível de escolarização. Mas não podemos confundir as duas coisas: a escolarização tem uma função concreta de inserir a pessoa num determinado lugar social, a língua que todos usamos está relacionada com a expressão de necessidades ou sentimentos e é património de todos os que a falam.

Carlos Silva: *Mas não quer dizer que as pessoas aceitem sempre o raciocínio que nós estamos a propor. A Senhora Professora, por exemplo, na sua obra O Essencial sobre a Linguística, tentou fazer uma divulgação daquilo que se faz em Linguística, mas teve a preocupação de combinar a escrita académica (o que se fazia em investigação) com um texto destinado ao público em geral. Foi uma excelente forma de explicar às pessoas o que fazemos como linguistas, mas, mesmo assim, acho que está tão enraizado na nossa cultura e na nossa mentalidade que a Linguística serve para dizer quem é que fala bem, quem é que não fala bem e de onde é que as palavras vêm, que é muito complicado.*

Maria Helena Mira Mateus: Eu acho que só se pode mesmo incentivar as pessoas a estudarem e difundirem um certo tipo de conhecimento se acreditarem no que fazem e se isso lhes der prazer. A relação da produção linguística com os processos mentais, por exemplo, ou com o mecanismo cerebral, são áreas que estão por explorar e que, de certa forma, levam a atribuir maior respeito pelos estudos linguísticos, pois aí entramos numa área em que as pessoas sabem que não sabem nada. Os livros do Chomsky que lembram a afirmação de Descartes sobre a existência de uma faculdade da linguagem inata e universal foram uma

coisa espantosa quando apareceram, mas agora há tanta coisa ainda a fazer – há todos os problemas de linguagem, como as afasias, as dificuldades de pronúncia ou o estudo da evolução da criança através da linguagem, entre outras áreas. O que acontece é que muitas vezes as pessoas consideram que é importante para elas próprias o saberem como se diz e onde se diz, ficam ocupadas com essas questões e não exploram outros aspetos.

Carlos Silva: *Em relação ao Acordo Ortográfico, há uma polémica enorme pelo país fora. Enquanto estudantes de Linguística, sabemos que a primeira pergunta que as pessoas fazem é “Estás a favor?” “Estás contra?”. Há ainda quem, mesmo dentro do meio académico, diga que o AO falhou no objetivo de unificar a língua portuguesa e os países lusófonos. O que é que se poderia dizer a estas pessoas todas?*

Maria Helena Mira Mateus: A mim não me interessa absolutamente nada entrar nessa luta, em primeiro lugar, porque a escrita é secundária em relação à fala (que é o que quero estudar), em segundo lugar, porque a ortografia tem uma forte componente convencional. Eu já passei por três acordos. Quando era pequena, todas as palavras com o sufixo *-mente*, derivadas de uma palavra que tivesse um diacrítico a indicar a vogal acentuada (o chamado “acento agudo”), precisavam igualmente de um diacrítico, mas diferente (o chamado “acento grave”). O não escrever o diacrítico implicava errar e os erros de ortografia sempre tiveram influência nas notas. Em terceiro lugar, quando aprendi a escrever, *mãe* e *quase* terminavam em *-i*, e sem nenhuma explicação fui informada que essas palavras passavam a terminar em *-e*. Para mim, era apenas uma convenção, agora as pessoas acham que não é uma convenção. As pessoas têm dificuldade em aceitar a alteração daquilo que aprenderam em determinada ocasião, mas essa dificuldade aparece em tudo, não é só na escrita. O Professor Lindley Cintra já defendia, no seu tempo, a supressão das consoantes mudas e dizia que realmente não eram necessárias. Os erros têm que ver fundamentalmente com a memória, com o treino que se adquire na escola e com o respeito que se pode ter pela professora. Não se deixem desmoralizar! Toda a gente fala e pode falar sobre o acordo ortográfico. Eu fiz o meu estágio num liceu que incluía, no segundo ano, uma palestra para a qual eu escolhi como tema a ortografia. E então o que fiz? Enviei uns textos para todos os liceus de Portugal (Continente), mais precisamente para os professores do primeiro, do terceiro e do quinto anos. Entretanto, tinha feito uma pesquisa que classificava os erros de ortografia da seguinte maneira:

erros gramaticais, erros de uso e erros de fonética. Esses textos que enviei para os liceus apresentavam a possibilidade de ocorrência de todos aqueles erros. Os professores deveriam ditar o texto e fazer a correção de acordo com os critérios que eu tinha enviado. Em seguida, verificavam as percentagens de cada erro. Esta história tem a ver com o acordo ortográfico, pois, se as pessoas tivessem feito uma pesquisa sobre a percentagem de erros que as crianças fazem, já podiam dizer, por exemplo, que as consoantes mudas não são necessárias, e aí tinham uma justificação linguística e não só política. No meu artigo “Sobre a Natureza Fonológica da Ortografia Portuguesa”, cheguei à conclusão de que a natureza da ortografia é fonológica, o que quer dizer, por exemplo, que o grafema "o" pode representar diferentes sons. A vossa luta deve ser feita em todos os aspetos que se prendam com a língua que falam, mas não percam muito tempo a justificar o que muitas vezes não precisa de justificação. Até porque, ao contrário de outras áreas, para trabalhar com a língua não precisamos de muito dinheiro. Todas as ciências humanas têm este aspeto que é estarem as pessoas em interação umas com as outras, independentemente do conhecimento acumulado. Portanto, tudo o que está ligado às pessoas vai ter toda a gente a falar. E quanto à Linguística, são vocês que têm de a tornar conhecida e de lhe concederem um alto estatuto – é uma ciência como as outras!

IGNACIO BOSQUE

Universidad Complutense de Madrid



O Professor Doutor Ignacio Bosque é doutorado em Filologia Hispânica e é Professor Catedrático na Universidad Complutense de Madrid desde 1982. É ainda doutor *honoris causa* por várias universidades. É especialista em Gramática Espanhola e Teoria Gramatical. Foi o principal organizador da *Nueva gramática de la lengua española* (2009) e do *Glosario de términos gramaticales* na *Comisión Interacadémica de Gramática*.

Esta entrevista foi redigida pelos estudantes de Licenciatura em Ciências da Linguagem Andreia Pinho, Carlos Silva, Joana Ferreira, José Carlos Barbosa e Violeta Magalhães e as perguntas foram enviadas ao Professor Doutor Ignacio Bosque, que respondeu a 12 de maio de 2018 com o texto que aqui apresentamos.

Do texto que se segue esperamos, sobretudo, que ele possa suscitar no leitor o mesmo interesse e agrado que conduziu os entrevistadores na realização do guião e na receção das respostas. Estudantes, investigadores e público em geral poderão certamente beneficiar do momento de partilha de conhecimento facultado pelo Professor Doutor Ignacio Bosque, cujo trabalho possui uma enorme relevância no que diz respeito ao conhecimento da língua espanhola. Enquanto entrevistadores, agradecemos uma vez mais ao Professor Doutor Ignacio Bosque pela acessibilidade no contacto e pelo facto de, com esta entrevista, inevitavelmente propiciar um aumento do nosso próprio conhecimento científico na área.

Carlos Silva: *El análisis lingüístico en España, especialmente en una perspectiva sincrónica, aparte de algunos trabajos académicos/obras de finales del siglo XIX y de principios del siglo XX, no tenía gran tradición ni dimensión en su juventud. De modo que, ¿qué es lo que le ha atraído hacia esta área y cómo es la sensación de empezar en un ‘desierto’ en términos de investigación hecha?*

Ignacio Bosque: En mi juventud se trabajaba en gramática, desde luego, pero esta no era para casi nadie una materia central. En casi todas las universidades se enseñaba una variante de la Gramática Estructural que se acomodaba bastante bien con la Gramática Tradicional. A lo largo de mi licenciatura (hoy se llama “grado”) tuve dos profesores muy interesados en la Gramática Generativa, y a ambos les debo el estímulo inicial, la idea que en este campo había unidades de análisis diferentes, y también problemas y desafíos absolutamente nuevos. Luego amplié estudios en California, en los que pude comprobar - y hasta intentar llevar a la práctica - esas ideas incipientes. Lo cierto es que tener a dos profesores interesados en tales cuestiones en la licenciatura de aquellos años en Filología Hispánica era algo casi insólito.

Andreia Pinho: *Dentro de los proyectos que ha venido desarrollando en la Lingüística, destaca en la rama de la Sintaxis. La Lingüística tiene un vasto e interesante conjunto de opciones, siendo así, ¿cuáles fueron las principales razones que lo llevaron a preferir Sintaxis?*

Ignacio Bosque: Al principio me interesó también la Morfología, y todavía me interesa, aunque me atraen especialmente los aspectos de la Morfología que tienen relación estrecha con la Sintaxis. El gran atractivo de la Sintaxis radica, en buena medida, en que es una disciplina absolutamente composicional, como lo son la Música, el Ajedrez, la Arquitectura, la Química y tantas otras materias. No es posible trabajar con “listas previas de objetos construidos”. En Morfología no es así, con unas pocas excepciones. Antes de empezar una investigación morfológica, tenemos sobre la mesa la lista completa de verbos que presentan irregularidades vocálicas, o la relación completa de palabras que terminan en -dorío o en -ificar. Nada de esto existe en la Sintaxis. Aplicamos progresivamente reglas y principios —tan restrictivos como versátiles y potentes— y armamos con ellos formas y significados de gran complejidad interna.

Violeta Magalhães: *La Sintaxis ha cambiado mucho con el tiempo. Su análisis ha seguido un proceso de investigación continuo y dinámico, que implica el rediseño y a veces el abandono de perspectivas aparentemente válidas. Como usted ya ha recorrido un largo camino en la Sintaxis suponemos que habrá puntos de vista que tenían como un joven investigador y ahora ya no tiene o que, en cambio, ha reformulado.*

Ignacio Bosque: Durante unos años fui semántico-generativista. La semántica generativa desapareció, por razones justificadas, pero una parte de lo que sostenía sigue en pie (basta leer a Hale y Keyser y a los autores influidos por ellos). Creo que con el tiempo se ganan fundamentalmente dos cosas. Una es cierta capacidad argumentativa y de relación, sobre todo para poner en contacto fenómenos aparentemente dispares; la otra es distancia, perspectiva y visión de conjunto. Los instrumentos teóricos están a nuestro servicio, no nosotros al suyo. A algunos autores les importa especialmente destacar su “militancia” en una corriente teórica determinada (pongamos por caso, la Morfología Distribuida). Para mí cada problema lingüístico es un desafío. Las herramientas teóricas necesarias para resolverlo tendrán que ser de precisión, sin duda, pero pueden venir de un sitio o de otro. Es importante, además, desarrollar cierta capacidad de observación, una tarea que pocas veces se practica con los alumnos. Lo cierto es que algunas secuencias que empleamos a diario no encajan en nuestros modelos de análisis lingüístico, lo que nos exige modificar estos, sin duda.

José Carlos Barbosa: *Su investigación se ha centrado en la sintaxis y en el léxico de la lengua, sin embargo, ha investigado un poco de todo. En su opinión, ¿cuál es el área que ha registrado más desarrollos y, dentro de ellos, cuál es el mayor de todos?*

Ignacio Bosque: La Sintaxis Formal es una disciplina nueva, ciertamente, aunque la gramática haya existido siempre. Una de las aportaciones más importantes del modelo de Rección y Ligamiento (ingl. Government and Binding, GB) fue deshacerse de las construcciones como primitivos, lo que implicaba romper con una tradición de siglos. Creo que muchos de los que trabajan en otras teorías no apreciaron la importancia de esa aportación. De hecho, es curioso que la reciente gramática de construcciones defienda exactamente lo contrario que el modelo GB, y aún lo es más que no se intente establecer ningún diálogo entre teorías que poseen principios teóricos tan claramente contrapuestos. La relación

entre Léxico y Sintaxis es otro campo que ha experimentado también grandes avances, aunque todavía es mucho lo que queda por hacer en él. Mis trabajos sobre las llamadas “colocaciones” constituyen una muestra de que un gramático puede acercarse al terreno de los lexicógrafos y los lexicólogos. Sería bueno que estos se acercaran también a los ámbitos de trabajo de los gramáticos. Estoy seguro de que tendrían mucho que aportar.

Carlos Silva: *También se ha interesado por aspectos más aplicados: la relación entre la investigación en la Lingüística y en la enseñanza de la gramática, tanto en la enseñanza superior como en la no superior. ¿Cree que en España existe una gran separación entre la investigación y la aplicación?*

Ignacio Bosque: Sí, y especialmente entre la enseñanza y la investigación. Es mucho lo que hay que cambiar en la forma de enseñar gramática, tanto en Secundaria y Bachillerato como en la Universidad. El grupo GrOC (<http://groc.info/es/>), con el que colaboro desde hace unos años, está desarrollando algunas iniciativas muy interesantes. En cualquier caso, el cambio será lento porque afecta sobre todo a la formación de los profesores. En cuanto a la investigación, cada vez es mayor la distancia que existe entre las cuestiones que se investigan y las que es posible enseñar en los cursos de Grado. No debería ser así, pero desafortunadamente lo es.

Joana Ferreira: *Usted ha mantenido, a lo largo de los años, una relación con la Universidad de Porto, en particular con el CLUP. ¿Cree que las colaboraciones entre los lingüistas de Portugal y España son habituales o su caso es una excepción y trabajamos de espaldas?*

Ignacio Bosque: Quizá no tengo suficiente información sobre este asunto, pero mi impresión es que los contactos son todavía escasos. El CLUP es un centro extraordinario. El nivel medio de sus investigaciones es excelente, como lo es la capacidad de esfuerzo, de colaboración y de estímulo de sus miembros. Yo diría que en España solo tenemos algo parecido en el Centro de Lingüística Teórica de la UAB (<http://filcat.uab.cat/clt/>).

Joana Ferreira: *Usted coordinó, junto a la Profesora Violeta Demonte, una gramática monumental del español, no sólo del peninsular, sino también del hispanoamericano. ¿Cuáles fueron los mayores desafíos o dificultades a los que tuvieron que enfrentarse?*

Ignacio Bosque: Sin duda, la multiplicidad de autores, de escuelas teóricas y de metalenguajes. Fue necesario pedir varias versiones a todos los autores para lograr una cierta uniformidad conceptual y un estilo expositivo relativamente similar. Creo que logramos salir de ese desafío razonablemente bien. Es una pena que la obra esté agotada y que —por el momento— no se piense en una reimpresión. Años después dirigí los volúmenes de Morfología y Sintaxis de la *Nueva Gramática de las Academias de la Lengua Española* (<http://www.rae.es/recursos/gramatica/nueva-gramatica>). Esta es una obra elaborada conjuntamente por las academias de la lengua de los 22 países hispanohablantes. Esta empresa colectiva presentó asimismo un buen número de dificultades, pero creo que también logramos superarlas en lo fundamental.

Joana Ferreira: *Teniendo en cuenta su experiencia en la Lingüística, nos gustaría saber cuál es el mayor desafío que enfrentará la Lingüística en los próximos años.*

Ignacio Bosque: Es difícil saberlo, pero yo diría que uno de los fundamentales es la conexión necesaria entre las teorías lingüísticas y sus aplicaciones, sean o no tecnológicas. Pondré algún ejemplo. En muchos círculos de lingüistas teóricos está muy bien visto construir una teoría del léxico, pero está muy mal visto construir un léxico. Al parecer, si uno hace lo primero, debe mantenerse siempre en un plano suficientemente abstracto; tiene que introducir ejemplos, pero no demasiados, porque de lo contrario corre el riesgo de hacer “descriptivismo”, o incluso “lexicografía”, algo que tiene muy mala prensa en esos mismos círculos. Exagerando un poco, es como si en un colegio profesional de arquitectos se aceptaran proyectos, siempre y cuando uno no fuera a construir nunca el edificio proyectado. En general, la conexión entre los lingüistas teóricos y los especialistas en computación (entre otras ramas de la Lingüística Aplicada) es todavía escasa. Este es uno de los muchos campos en los que las cosas tendrían que empezar a cambiar.

RODOLFO ILARI

Universidade Estadual de Campinas



O Professor Doutor Rodolfo Ilari é doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas e Professor Catedrático Jubilado da mesma universidade, tendo recebido em 2015 o título de Professor Emérito. É membro fundador do Departamento de Linguística da Universidade Estadual de Campinas.

O seu trabalho de investigação inclui trabalhos nas áreas da Semântica, da Pragmática e da Didática da Língua Materna. Publicou diversos livros, alguns sobre o ensino de Linguística, e organizou os volumes III e IV da *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. Entre os seus trabalhos, está o capítulo “O português no contexto das línguas românicas”, da *Gramática do Português*, publicada em 2013 pela Fundação Calouste Gulbenkian.

A vontade de conhecer melhor o seu percurso e a sua perspetiva sobre diversos assuntos relacionados com o ensino e a investigação em Linguística esteve na origem desta entrevista, realizada no Centro de Linguística da Universidade do Porto, no dia 7 de junho de 2017. A entrevista foi elaborada por Andreia Pinho, José Carlos Barbosa, Rute Rebouças e Violeta Magalhães, estudantes do curso de Licenciatura em Ciências da Linguagem, tendo sido realizada presencialmente por Andreia Pinho, José Carlos Barbosa e Rute Rebouças. O resultado da entrevista foi uma conversa muito instrutiva, que convidamos todos a ler.

Andreia Pinho: *Boa tarde, Senhor Professor. Queríamos agradecer, mais uma vez, ter aceitado o nosso convite. Desde cedo começou a interessar-se pela Linguística. O facto de ter aprendido português como língua não materna contribuiu para que começasse a refletir sobre questões linguísticas ou houve influência de outros fatores?*

Rodolfo Ilari: Tudo tomou forma, digamos assim, na tradução. Eu sou do tempo em que não se ensinavam línguas estrangeiras via fala. O professor ensinava um monte de palavras. Me lembro, principalmente, das aulas de Francês: você aprendia a pronunciar o /ə/, que para nós não era difícil, e o professor dava um monte de palavras francesas com /ə/. Escrevia todas aquelas palavras e a gente tinha que pronunciá-las e dizer o que significavam. Ao mesmo tempo, havia as aulas de Latim. Nas aulas de Latim, era inevitável que tivéssemos de traduzir um bom texto todos os dias. Eu traduzia latim-italiano, italiano-latim e desde o começo que gostei muito daquilo. Não gostava de estudar as declinações, mas achava muito interessante fazer com que, via Sintaxe, tudo encontrasse explicação. Voltando um pouco atrás, eu fui para o Brasil com quinze anos, acabei a universidade com dezoito e, então, tive dois anos de aprendizagem de português. Tive a sorte de ter bons professores e, apesar de nunca ter pensado em ser professor de Latim, pensei em ser professor de Italiano e, mais tarde, de Francês. Acabei por ser convidado para ser assistente de Italiano, o que era, no fundo, um sonho antigo. Tive um contrato durante dois anos na Universidade de São Paulo e, mais tarde, apareceu um convite para ser professor de Linguística na Unicamp. Fui para Campinas e fiquei lá quarenta e sete anos. Começámos num departamento novo - éramos quatro rapazes novos e estávamos numa casa que construíamos do nosso jeito. Era uma coisa que sentíamos que era muito nossa e acho que foi por isso que eu me tornei professor em Linguística. O fato de eu gostar de línguas antes de aprender o português me ajudou a aprendê-lo com muita rapidez. Em um ano e meio eu falava, ainda que com um sotaque miserável e que não saía nunca. O sotaque se manifestava, principalmente, quando eu estava cansado. Há sempre algumas coisas da pronúncia que escapam, como, por exemplo, não nasalizar. Então, em situações de cansaço, eu começava a cantar!

Rute Rebouças: *Apesar de ter trabalhado em diferentes áreas da Linguística dedicou-se, sobretudo, à Semântica. Porquê essa escolha?*

Rodolfo Ilari: Tem tudo a ver com a tradução. Quando você traduz, você tem que achar a palavra certa e dizer coisas que façam sentido. Aconteceu que, entre os quatro rapazes que formaram o nosso grupo, havia um rapaz mais velho que tinha sido perseguido pelos militares e resolveu estudar Linguística, porque gostava muito da linguagem e, sobretudo, de Sintaxe. Tinha uma capacidade para a Matemática muito grande. Era um terror, porque nós morávamos na mesma cidade, perto de Campinas, e durante um ano subíamos no ônibus e ele queria sempre jogar xadrez comigo, mas sem tabuleiro! Ele se sentava do outro lado e dizia “A7 bispo” e eu fazia um esforço muito grande para acompanhar, mas não conseguia. Ele tinha uma enorme capacidade de abstração e isso levaria, naturalmente, para a Sintaxe daquela época, que era a Sintaxe chomskyana. Havia outro que gostava muito de Retórica e da Semântica de Ducrot. Tinha feito, inclusive, um curso de Semântica com Ducrot em França e procurava uma Semântica ligada à maneira como as pessoas se manipulam umas às outras. No entanto, eu descobri que havia outro tipo de Semântica - mais voltada para a maneira como as frases significam independentemente do uso que se faz delas. Me interessei por essa Semântica com características mais formais e, de certo modo, tive a sensação de que eu tinha a obrigação de levar adiante esse projeto. Em 1981, tive uma bolsa para ir para os Estados Unidos, onde fiquei um ano e meio, e fui parar a uma universidade onde estavam pessoas como George Lakoff. George Lakoff tinha passado por essa fase de Semântica Formal, mas queria já nessa altura uma Semântica mais livre. Então estimulava as pessoas a aparecer com assuntos diferentes e foi, ele próprio, atrás de assuntos diferentes. Quanto a mim, não é que eu acredite num só tipo de Semântica. Acho mesmo que vários tipos de Semântica são bons e se completam.

Andreia Pinho: *O Senhor Professor tem coordenado edições do projeto da Gramática do Português Falado, que tem procurado descrever os aspetos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos do oral. Como é coordenar projetos desta dimensão?*

Rodolfo Ilari: Existe um professor do projeto da Unicamp com muita visibilidade, que é o Professor Ataliba Castilho - uma pessoa muito inquieta, com muita capacidade de reunir gente para trabalhar e com grande capacidade de fazer com que essa gente produza e se sinta bem produzindo, inclusive abandonando as outras coisas que estavam fazendo antes. O Ataliba inventou esse projeto da *Gramática do Português Falado* na década de 60 e muitas pessoas que hoje

ainda são professoras participaram nesse projeto como estudantes. Na década de 80, o *Português Falado* tinha 500 horas gravadas a necessitar de transcrição. Chegado esse ponto, Ataliba refletiu sobre o que fazer com esse material e passou para uma outra ideia: mostrar o que é uma boa amostra de língua falada. Em português, ou mesmo nas outras línguas românicas, é muito raro falar sobre a língua falada. Como é que as pessoas falam, afinal? Esse projeto teve uma fase de entusiasmo durante 10/15 anos e, de repente, por volta de 2000, o projeto esmoreceu. Sendo assim, o Ataliba teve outra ideia e foi nessa fase que integrei uma equipa. Atualmente, o que eu estou tentando fazer é que se anotem coisas que sejam úteis no futuro para desenvolver um estudo sistemático sobre a evolução semântica do português do Brasil (PB). Eu não quero que se faça só um estudo sobre o Léxico. Estudar só o Léxico é realmente interessante, mas já tem gente que o está fazendo e o está fazendo do ponto de vista histórico: em que ano entrou determinada palavra, por exemplo. Eu gostaria que se estudasse também a mudança de sentido das construções gramaticais, como, por exemplo, do passado composto. Se você pegar os jornais de 1920/1930, metade dos valores para o passado composto são de passado recente e aos poucos você vê uma tendência para a repetição. Há pessoas interessadas em estudar este fenómeno, mas há muito pouco material e o problema tem sido aproveitar o pouco material que existe da melhor maneira possível. Outro exemplo é o conjunto de palavras só + *que*, que no PB vira conjunção. É equivalente ao *mas* e é um *mas* que se está generalizando. No entanto, a conjunção é na realidade apenas o *só*. Então, nós estamos fazendo a história dos mapas do PB, da mudança do PB. Nós estamos fazendo aquele desenho que contém números e depois o leitor vai ter que traçar os números, fazendo a forma do cavalo. Eu acho que o leitor que vai comprar um livro com o título *A história semântica do Português do Brasil* vai perceber que há coisas novas para serem encontradas. É bom investir também nessas coisas novas.

José Carlos Barbosa: *O Senhor Professor publicou, em 2006, com o Professor Renato Basso, o livro O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos. Em que medida há diferenças entre a língua que é falada e a descrição que é feita dessa língua? Considera, tal como alguns linguistas brasileiros afirmam, que existem duas normas do PB?*

Rodolfo Ilari: *Aí é uma outra faceta completamente diferente. Como falei para vocês, eu comecei pensando ser professor de Francês. Nessa época, o pessoal do*

Francês nos dizia que a Linguística era muito útil. Por exemplo, tinha uma ideia de que você tem de estudar muita Fonética contrastiva. Eu tive uma professora que perguntava se tinha dificuldade em pronunciar, porque em francês /e/ é fonêmico e /ə/ é fonológico. Em português, não temos isso e os franceses têm dificuldade em pronunciar palavras como *cana*, porque para eles a nasal não é fonológica no mesmo sentido. E, nesse ponto, começamos a dizer “que bom, eu tenho pontos na Linguística que ajudam”. Mais tarde, apareceu a Sociolinguística dizendo que no Brasil as pessoas são muito discriminadas relativamente à fala. Então, começamos a aperceber-nos de que uma das funções da Linguística é combater a discriminação que ainda hoje é muito forte. No Brasil, eu vivi numa cidade que tinha cerca de 70/80 mil habitantes, dois cinemas e um gabinete de leitura que era não muito grande. Nesse mesmo gabinete, tinha ainda um piano que vivia desafinado. Portanto, não tinha o que fazer naquela cidade. Não havendo o que fazer, a gente assistia ou ouvia pela rádio as reuniões da Câmara Municipal, nas quais havia um vereador que era operário. Um dia, alguém disse para ele: “você diz *nóis* diz, *nóis* fala, *nóis* sabe, *nóis* quer. Antes de ser vereador, você deveria aprender a falar português, porque aqui é uma Câmara Municipal e é para ter respeito. Gente como você não deveria ser aceite aqui.” Esse vereador respondeu simplesmente o seguinte: “Quando *nóis* diz que *nóis* faz, *nóis* faz. Quando vocês dizem que vocês fazem, vocês não fazem nada.” Tudo isto para dizer, simplesmente, que existem dois níveis de fala (um deles muito discriminado). Vou contar mais um caso sobre esse preconceito. Eu tinha um amigo que estava a estudar para médico, conheci-o no colegial. Esse meu amigo tinha uma tia que morreu e, como era sozinha, deixou umas posses aos herdeiros que eram basicamente sobrinhos mais velhos que o meu amigo. Mas aí começou uma grande discussão sobre o que a tia queria que fizessem com as posses dela. E para saber, fizeram, então, uma sessão espírita para chamar a tia. Um dos participantes não acreditou ter falado com a tia, alegando que ela falava muito bem português e não dizia “tá”, mas sim “está”. A esse argumento, outra pessoa respondeu que não se sabia se a tia estava no inferno ou no céu, e que talvez no inferno o seu castigo pudesse ser passar a dizer “tá”. Há ainda muito preconceito e a nossa obrigação é ensinar as pessoas a não julgar os outros em função desse preconceito, não ficar pelo estereótipo. Eu e o Renato tentámos lutar contra esse problema ao fazer esse livro. A ideia era dar uma quantidade de informação que não se dá na universidade e ter uma parte final que retratasse bem o preconceito. Eu não sou sociolinguista, nunca trabalhei nessa área, mas algumas ideias são muito claras e nós fizemos o livro com informações que vêm

desde a origem do português, passando pela sua propagação no Brasil.

José Carlos Barbosa: *Sendo o PB e o Português Europeu (PE) duas variedades da mesma língua com as suas semelhanças e diferenças, em que medida o Professor considera importante os linguistas colaborarem para aprofundarem o conhecimento sobre a língua portuguesa?*

Rodolfo Ilari: Em primeiro lugar, olhar uns para os outros, trocar ideias, conviver, se for possível, e não partir do princípio de que uma das duas variedades tem de ser a *variedade*. Por exemplo, em 2007, eu fui parar à Suécia. Eles tinham um curso de Linguística, mas depois eu vi que não se tratava nada disso. Se tratava de ensinar Português como segunda língua, que é uma coisa para a qual eu não tinha nenhum preparo específico. Eu fiz o que pude, alguns alunos aprenderam alguma coisa, eu aprendi muito. Finalmente, eu saí quando chegou a idade da minha aposentadoria pelo sistema sueco. Quando voltei ao Brasil, uma das primeiras coisas que encontrei lá era um termo que os alunos deviam assinar ao entrar no curso em Português: se eles queriam aprender português do Brasil ou português de Portugal. E eu disse: “Isto aqui acabou”. Foi das poucas decisões que eu tomei. Se uma pessoa sabe falar português do Brasil, pode ter um pouco de dificuldade para entender português de Portugal, mas é uma dificuldade que, com a convivência, se supera e vice-versa. A ideia tem que ser de superar e não de separar. Isso vale tanto nesse nível da Universidade como no nível dos brasileiros que dizem: “Os portugueses falam de uma maneira engraçada”. Não! Nós também falamos de uma maneira engraçada para eles, é recíproco, não faz o menor sentido você querer separar as coisas. Uma coisa que também seria muito importante para o pessoal que trabalha com a língua seria tentar conhecer-se e interagir mais. A sensação que eu tenho é que esse conhecimento foi sempre feito num nível muito alto e, pelo facto de ser num nível muito alto, as pessoas que começam a interagir são pessoas que têm a sua formação completa numa ou noutra variedade. São pessoas como Ataliba Castilho, que já tem estado aqui inúmeras vezes, Fidelino Figueiredo, etc. O ideal seria que os novos linguistas, as pessoas mais novas, convivessem mais.

Rute Rebouças: *O Acordo Ortográfico de 1990, recentemente aplicado, constituiu uma tentativa de uniformizar a forma de escrever as variedades de língua portuguesa. O Senhor Professor julga que se cumpriu esse objetivo?*

Rodolfo Ilari: Na minha opinião, a ortografia tem de ser vista num contexto talvez mais amplo, que é o contexto da convivência. Eu acho que muita da resistência que se faz às mudanças de ortografia são resistências que provêm de interesses, por exemplo, das editoras, que não querem no mercado os livros que eram editados pela norma portuguesa. O mesmo acontece com os livros que eram editados na norma brasileira - não entravam facilmente em Portugal. O que é uma pena!

Rute Rebouças: *Para além da atividade de investigação, o Senhor Professor manteve-se sempre próximo do ensino. Na sua opinião, é importante que os investigadores ensinem?*

Rodolfo Ilari: Eu tive sempre a sensação de que os órgãos públicos no Brasil mudam as pessoas que estão à frente em função de alianças políticas. Então, sempre que tem alguém, por exemplo, na Secretaria de Educação do Estado, essa pessoa muda muito e se sente obrigada a mostrar que está atualizada, que está na moda. Uma das formas que essas pessoas usam para garantir que estão atualizadas é convidar pessoas da universidade a participar na elaboração de instruções, normas ou guias. Eu me lembro de pelo menos cinco edições, só em São Paulo, de guias criadas pela Secretaria de Educação para os professores. No entanto, nem sempre esses guias chegam à mão dos professores, nem sempre, quando os livros chegam à escola, o diretor dessa mesma escola os distribui. Também acontece a Secretaria de Educação ligar para uma universidade procurando o reitor ou diretor para pedir ajuda em trabalhos e revisões. Eu, pelo menos, devo ter participado em quatro. Outra forma foi tentar escrever pequenas coisas que tocassem em pontos cruciais da intervenção do professor. Por exemplo, eu tinha uma ideia em relação à redação escolar: os professores pedem uma coisa e corrigem outra. Isto é, eles esperam que o aluno conte uma história. E uma história o que é? Tem um início, um meio e um fim. Tem um conflito. Se for uma boa história, tem um momento em que você pensa como é que vai acabar ou como tudo se vai resolver. Isso é história! Então, o aluno escreve uma história e o professor lê-a sem dar a menor atenção à história em si mesma e começa a corrigir: aqui tem um erro de concordância, aqui falta um pronome, aqui tem um erro de pontuação ou aqui tem um erro de ortografia. Eu acho que uma redação tem de ser corrigida como um texto, para evitar esse descompasso entre aquilo que é pedido e aquilo que é avaliado. Mais recentemente, foi eleito um reitor que estava preocupado com a formação dos funcionários, uma vez que só

tinham o curso de tipografia e ele queria também o de redação. Eu fui dar esse curso e tinha em frente umas cinquenta pessoas, todas elas de cinquenta anos para cima. Pensei fazer o seguinte: fazer com que eles contassem uma história – saíram histórias fantásticas! E aí aparece uma senhora muito humilde e começa a contar história de como ela arranhou um namorado numa festa no campo. Nessa história, o problema é que a mãe tinha costurado uma saia, lavou-a e pendurou-a lá fora, no varal, mas a vaca foi lá e comeu a saia. Ela teve de usar uma saia mais velha e isso não impediu que a moça arranhasse um menino como namorado. Na verdade, a senhora escreveu essa história muito mal escrita, então eu arranhei-a e falei para ela ver como ela tinha escrito e como eu sugeria que fosse. Ela começou a ler a história, leu os dois primeiros parágrafos, mas cansou-se e continuou contando a história. Era alguém que não estava no mundo da escrita, estava no mundo oral e para ela era muito importante contar. Resumindo, foi das melhores aulas de redação que tive. Você passa por uma experiência que lhe diz que às vezes a receita não é só Linguística, não é só coesão e coerência, é também você ver em que mundo as pessoas estão vivendo. O curso demorou cerca de seis meses e a sensação que tenho é de que essa senhora não virou escritora, mas entendeu que se você escrever a história de uma certa maneira, você vai ter mais leitores. No que toca às crianças, é preciso que estas tenham um pouco de espírito crítico desde o início. Não precisa ser grande, desses de conclusões filosóficas. Este tipo de exigência não é no sentido de criar um monte de pessoas que queiram criticar, é no sentido de que, se você faz esse tipo de pergunta mais inteligente, as pessoas começam a dizer “Bom, mas aquilo tinha sido melhor. Se era isso que se queria dizer, era melhor ter-se usado uma outra palavra. A confusão saiu daqui.” Aí, você começa a fazer Semântica. Infelizmente, os livros não favorecem esse lado e os professores não vão atrás dele.

Rute Rebouças: *Qual é a realidade dos estudos linguísticos, atualmente, no Brasil e que caminhos aí se podem abrir no futuro?*

Rodolfo Ilari: Se eu fosse a falar só de Semântica, eu diria que é um caminho de muita dispersão, é um caminho onde as pessoas trabalham, muitas vezes, sozinhas. Não têm um hábito que seria fundamental, um hábito que é de uma pessoa que trabalha com um certo tipo de Semântica abrir o jogo para outro tipo de pessoas que trabalham com outro tipo de Semântica. Então, as coisas não funcionam como vasos comunicantes, funcionam como vasos fechados. Tem pessoas que trabalham mais nas áreas interdisciplinares que não conhecem

quem faz teoria. Eu, particularmente, sou velho, então, tenho a sensação de que, antigamente, as áreas eram mais integradas e também que as pessoas tinham mais cultura linguística geral. Hoje, as pessoas entram numa certa linha, continuam naquela linha, e isso é culpa um pouco dos cursos também, porque os cursos muito frequentemente são currículos nos quais você faz três/quatro disciplinas e você tem um mestrado, você faz cinco disciplinas e tem um doutorado. Houve uma época em que você fazia um exame de qualificação e nesse exame de qualificação você tinha de mostrar conhecimento em várias áreas. Além disso, há um problema: as pessoas se formam em Linguística, vão trabalhar em cursos de Letras e a chance de fazer pesquisa e de crescer é muito pequena, porque a profissão de professor é uma profissão que no Secundário é um desastre, mas na universidade está-se tornando cada vez pior. A nossa profissão era uma profissão bem paga, valorizada, mas, hoje em dia, não. Hoje em dia, ganhamos menos, mas também não é que a sociedade nos valorize muito. Eu acho que tem uma certa sensação de crise da sociedade brasileira, na qual, enfim, os valores são outros. Os valores são de sucesso, dinheiro e, numa situação dessas, as pessoas não tentam se aperfeiçoar, progredir, no sentido de serem mais cultas, inclusive conviver com colegas de outras disciplinas. O linguista, frequentemente, é uma pessoa que faz só Linguística, não faz mais Literatura, não se interessa por poesia, não vai atrás dos filósofos, mas seria bom. Não vai atrás de Epistemologia, não vai atrás de Sociologia. Mas isso pode ser que seja simplesmente coisas de velho, a gente começa a ficar velho, a achar tudo errado. Lá, no meu tempo, pêssego dava em janeiro.

Andreia Pinho: *Agradecemos, mais uma vez, por nos ter concedido esta entrevista. Gostámos muito de estar à conversa consigo, foi uma entrevista bastante interessante.*

Rodolfo Ilari: Espero não ter cansado vocês. Estou achando isso engraçado na minha vida: se eu dei quatro entrevistas foi muito, mas esta é a segunda entrevista que eu dou em praticamente três meses. Vocês talvez tenham sabido que eu virei Professor Emérito na Universidade de Campinas. Eu não sei o que significa Emérito. Quer dizer, eu sei que sou porque me deram o papel a dizer que sou Professor Emérito. Até o meu neto um dia falou: “vô, posso levar esse papel lá para a escola para mostrar aos meus colegas?” E eu falei “não, não leva!”, porque acho que eles não iam entender nada. Por conta do título de Professor Emérito me fizeram uma entrevista na Universidade de Campinas e a

pessoa que fez a entrevista é um jornalista profissional, era alguém que vinha pela Universidade e, para minha surpresa, me deixou muito à vontade, tal como vocês me deixaram inteiramente à vontade.

INÊS DUARTE

Universidade de Lisboa



A Professora Doutora Inês Duarte é Professora Emérita do Departamento de Linguística Geral e Românica da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Investigadora do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, do qual foi diretora entre fevereiro de 2010 e março de 2013. Como áreas de investigação, Inês Duarte tem vindo a desenvolver trabalho em Sintaxe Comparada e Linguística Educacional, tendo também como outras áreas de interesse a Aquisição da Sintaxe e a Teoria da Gramática.

Licenciada em 1974 em Filologia Românica pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Inês Duarte conclui o doutoramento, na mesma faculdade, em 1987 com uma dissertação sobre o tema da topicalização em português - *A Construção de Topicalização na Gramática do Português: Regência, Ligação e Condições sobre Movimento*. É autora de dois capítulos da mais recente *Gramática do Português*, editada pela Fundação Calouste Gulbenkian, tendo feito parte também da equipa editorial da anterior *Gramática da Língua Portuguesa*, publicada pela Editorial Caminho.

A entrevista que se segue foi realizada no dia 29 de março de 2019 no Centro de Linguística da Universidade do Porto. Foi preparada pelas estudantes dos cursos de Licenciatura em Ciências da Linguagem e de Mestrado em Linguística, Andreia Pinho, Beatriz Martins, Renata Rodrigues e Violeta Magalhães e conduzida presencialmente por Andreia Pinho, Renata Rodrigues e Violeta Magalhães. Os temas de conversa foram, sobretudo, aspetos relacionados com a Sintaxe, por ser essa a área de especialidade da Professora Doutora Inês Duarte. Contudo, tivemos também oportunidade de abordar outros assuntos relacionados com a vertente educacional da Linguística, bem como

aspectos da própria história da Linguística e o seu papel enquanto ciência. Pelo tempo disponibilizado e pela generosidade na resposta às perguntas colocadas, deixamos um enorme agradecimento à Professora Doutora Inês Duarte e convidamos todos os leitores a conhecer (melhor) as palavras de uma das mais reconhecidas linguistas portuguesas.

Andreia Pinho: *Bom dia. Queremos, antes de mais, agradecer ter aceitado o nosso convite. É um prazer enorme estarmos perante uma linguista de renome.*

Inês Duarte: Muito obrigada. É um prazer muito grande voltar ao Porto. Como, provavelmente, sabem eu fui umas das fundadoras do CLUP. Era muito jovem, tinha pouco mais do que a vossa idade e foi uma daquelas aventuras que acabou bem. Posteriormente, fui para Lisboa e decidi que a minha vida teria que ser por lá. Mas guardo sempre uma recordação muito boa desta passagem que durou três ou quatro anos pela Universidade do Porto, numa altura em que estava, praticamente, tudo a começar na Faculdade de Letras e, sobretudo, na Linguística. Esta área começou em 1974/1975 e eu vim para cá em janeiro de 1976 com as professoras Ana Maria Brito e Fátima Oliveira. Portanto, foi uma grande aventura. Para além disso, foi uma aprendizagem muito grande e eu penso que uma parte da minha vida na Faculdade de Letras de Lisboa teve uma marca mais positiva exatamente pela experiência que eu já tinha tido na Universidade do Porto. É um aspeto muito importante não nos limitarmos a um sítio apenas.

Renata Rodrigues: *No início da sua carreira, trabalhou com o Professor Óscar Lopes, que era um linguista com um interesse especial pela Semântica. Por isso, como começou o seu interesse pela Sintaxe?*

Inês Duarte: Começou muito antes na licenciatura. Eu pertenci ao primeiro curso que estudou Gramática Generativa em Portugal e éramos um grupo dos melhores alunos: Eduardo Paiva Raposo, Isabel Faria, Ana Maria Brito, Gabriela Matos. Com eles, uma pessoa mais velha, que depois desapareceu, José António Meireles. Nós fizemos Linguística Portuguesa II, que foi a primeira introdução à Gramática Generativa que houve em Portugal. Esta foi a origem do meu interesse pela Gramática Generativa, numa altura em que não se falava de Semântica. Nos primeiros tempos da Gramática Generativa, e, por razões compreensíveis, algumas questões semânticas estavam completamente arredadas do projeto. Este projeto

tinha como principal objetivo encontrar algoritmos que dessem conta daquilo que era uma língua natural: verificar as sequências que eram ou não possíveis, entre outros. A Semântica estava um pouco afastada, porque na altura pensava-se nesta área como Semântica Lexical. Este tipo de Semântica mantém uma relação muito estreita com a cultura e a sociedade. Além disso, é verdade que não tínhamos ferramentas para formalizar as teorias. Em 1956/1957, quando Chomsky começou com este projeto, na realidade, ele trabalhava basicamente em duas áreas, a Sintaxe e a Fonologia. Por isso, a minha formação baseia-se em Sintaxe, embora tenha feito também alguns seminários de Fonologia Estrutural. A Linguística Estrutural já nos tinha permitido fazer uma Fonologia interessante, isto é, dar conta do que são os sistemas fonológicos das línguas. No entanto, ainda não havia isto para a Sintaxe. É exatamente com a Gramática Generativa que isso começa e é, de facto, aliciante quando se é conquistado por isso aos 20 anos. O meu contacto com o Professor Óscar Lopes enriqueceu-me extraordinariamente, porque me levou a pensar em questões semânticas em que eu nunca tinha pensado. Naquela altura, ele era, provavelmente, a pessoa que sabia mais e que lia mais de Gramática Generativa em Portugal. Era uma pessoa que estava completamente a par do que se passava, só que o interesse dele se baseou na Lógica e na Matemática, porque talvez não lhe tenham permitido fazer outra coisa. Agora, o que ele deixou em todas as pessoas que colaboraram com ele, e em mim, em particular, para além de um contacto com questões de Semântica – em que continuei interessada – foi, sobretudo, aquilo que é a perspetiva de um investigador, de um cientista. Não é alguém que descreve as coisas, que comenta as coisas, que faz um discurso crítico, não é. É alguém que faz perguntas, são as chamadas perguntas de investigação, procura e usa metodologias consagradas, procura os instrumentos teóricos de que precisa para formular as suas hipóteses, verifica se são ou não infirmadas pelos dados e avança a partir daí. Ou confirma essas hipóteses ou, no caso de as infirmar, volta ao princípio com novas hipóteses – e isso ele ensinou-nos a todos nós. Talvez algumas pessoas tenham aprendido isso para a vida, outras não. Eu, felizmente, acho que aprendi para a vida.

Andreia Pinho: *A Senhora Professora também tem trabalhado na área da Aquisição da Sintaxe. Na sua opinião, que contributos é que este tipo de trabalho pode trazer para os estudos em Linguística Teórica e Aplicada?*

Inês Duarte: Desde os finais dos anos 60 que é muito claro, por exemplo, no pensamento de Chomsky, que é necessário que a Linguística, como todas

as ciências, ultrapasse o nível da adequação descritiva para encontrar um conjunto de princípios, de axiomas, a partir dos quais conseguimos derivar comportamentos dos falantes. Não devemos apenas encontrar generalizações descritivas, mas conseguir, a partir desse conjunto de princípios, fazer previsões que nos levem a procurar novos dados e a formular novos problemas. E, para Chomsky, isso é muito claro e aparece num livro que se chama *Knowledge of Language*, traduzido para português por Anabela Gonçalves e Ana Teresa Alves sob a minha orientação. Como estava a referir, para ele é muito claro que atingir a adequação explicativa envolve sabermos como é que, de uma faculdade da linguagem universal, chegamos ao conhecimento adulto de uma língua particular, que é a da sociedade em que estamos inseridos. Estamos, obviamente, a simplificar as coisas. Sabemos – e cada vez mais é verdade – que as sociedades não são monolingues. Ao estudarmos aquisição, conseguimos perceber como é que vai evoluindo essa faculdade da linguagem com que todos nós nascemos e, hoje em dia, dizer isto já não é nenhum postulado filosófico. Sabemos quais são as áreas do cérebro que estão interconectadas para darem conta de vários aspetos do processamento da linguagem. A faculdade da linguagem é uma capacidade biológica, o que nós, linguistas, estamos a fazer é dar conta de subsistemas mentais cujo *hardware* é neurobiológico. Claro que, aos linguistas, compete estudar a maneira como uma “coisa” que ainda não sabemos caracterizar completamente, mas que tem que ser suficientemente restritiva, consegue evoluir, interagindo com os dados que recebe dos pais, dos pares e da escola e evolui até chegarmos a um determinado conhecimento que depois é relativamente estável. Portanto, o primeiro problema para que procuramos encontrar resposta é esse, tem que ver como nós, na realidade, conseguimos, da faculdade da linguagem, chegar a um sistema tão espetacular, que é algo que nos faz estar aqui a falar e entendermo-nos. Podia ser no Japão, um japonês podia estar a fazer a mesma coisa com outros falantes de japonês. E se o japonês tivesse sido transplantado para Lisboa com um mês de idade e tivesse vivido aqui, era o português que adquiriria. Depois podemos aplicar o conhecimento científico sobre o processo de aquisição, por exemplo, a situações clínicas. Procurando responder a questões como “o que é que acontece quando, em vez de seguir o caminho normal, o processo de desenvolvimento linguístico segue um caminho que não é típico?”, podemos observar crianças com SLI (um certo tipo de atraso que só afeta a linguagem, não afeta a inteligência no geral, nem outras capacidades) ou com patologias do espectro autista. E, quando nós estudamos comportamentos dessas populações, começamos a perceber o que está afetado do ponto de vista do conhecimento

linguístico: por exemplo, relativamente à Sintaxe, problemas com núcleos funcionais altos na hierarquia da frase ou com movimento sintático em contextos de intervenção. Este conhecimento permite desenhar processos de terapia que minimizem estes problemas ou que acelerem a sua resolução. Mas o que já sabemos sobre aquisição e desenvolvimento deve também ser mobilizado no contexto educativo. No caso dos comportamentos típicos, o estudo da aquisição devia permitir-nos planejar um programa ou um currículo que fosse compatível com aquilo que é a capacidade que as crianças têm de processar e produzir enunciados na sua língua materna. Por exemplo, existem muitos estudos que mostram que, na resolução de problemas matemáticos ao nível do quarto ano de escolaridade, se a instrução do problema for dada com uma frase ativa, há mais crianças a acertarem do que se for dada na passiva com o verbo *ser*. E se for dada com uma passiva pronominal, do tipo “encheu-se um tanque com”, ainda há menos casos de acerto. Esta informação devia ser dada a todos os professores de Matemática, para perceberem, na formação de professores, a importância que isto tem. E um menino no quinto ano de escolaridade tem mais dificuldade em processar passivas do que ativas, sendo as passivas de –se ainda mais complicadas. É crucial transmitir este tipo de informação aos professores e aos planeadores que definem o currículo. Há uma outra coisa que também é importante, que é o contrário da aquisição: é o estudo da perda linguística, que é o que acontece com os falantes de herança, que começam com uma língua materna falada em casa e depois entram no contexto da escola e da sociedade de acolhimento e vão perdendo a língua materna. Aqui no Norte, há uma pessoa que trabalha sobre isso, que é a nossa melhor especialista nessa área: Cristina Flores, da Universidade do Minho.

Violeta Magalhães: *A Senhora Professora teve a oportunidade de, dado o período em que iniciou o seu percurso profissional, acompanhar o começo e a consolidação do Generativismo. Terá provavelmente acompanhado de perto algumas das reformulações ao modelo teórico inicial dos anos 60. Nesse sentido, gostaríamos de saber como é que vê e avalia a Sintaxe atual.*

Inês Duarte: Essa é uma boa pergunta, é difícil e eu prometo que não demoro muito tempo. Tem sido uma aventura fascinante, pois tem acontecido aquilo que acontece em todas as áreas científicas: temos de nos manter em cima do acontecimento e ir acompanhando aquilo que vai acontecendo e isso é cada vez mais difícil porque, por um lado (e ainda bem!), há cada vez mais pessoas

a trabalharem nesta área e, por outro lado, há cada vez mais línguas que estão a ser estudadas dentro da mesma grande perspetiva teórica, se quiserem, da família generativista. É claro que, ao longo deste tempo todo, há aquilo a que se pode chamar *mainstream*. Todas as ciências têm uma *mainstream*, mas a própria *mainstream* generativista evoluiu ao longo do tempo. De uma maneira geral, até pelo menos ao ano 2000 ou, pelo menos, até metade dos anos 90, sempre com o Chomsky a marcar as grandes evoluções, os grandes saltos e a fazer as grandes sínteses depois. No fundo, tudo isto começa em 1955 com a tese de doutoramento dele [de Chomsky], que é muito pouco conhecida, aliás, só foi publicada mais tarde. Portanto, na realidade, o livro que lançou pela primeira vez o programa generativista foi o livro de 1957 de Chomsky, que foi publicado na Europa, na Mouton, intitulado *Estruturas Sintáticas*. A passagem das *Estruturas Sintáticas* para o modelo de 1965, que é o modelo dos *Aspects*, a chamada Teoria Standard, é já uma evolução absolutamente espantosa. Aparece aqui pela primeira vez o léxico com uma grande importância. Depois disso, é, na minha opinião, em 1981 que se faz a grande síntese e que é uma síntese lindíssima! Pela primeira vez, no mesmo quadro teórico, consegue-se abordar a gramática de uma língua, a aquisição de uma língua e a variação entre línguas. Isso é um avanço absolutamente espantoso. É o primeiro grande momento de unificação na Linguística. A partir daí, como já tinha acontecido antes, a família generativista começa a divergir e, neste momento, há muitas teorias a conviver, o que torna mais difícil fazer uma avaliação das melhores análises, pois os pressupostos em que elas se baseiam podem ser muito diferentes. Por exemplo, se vocês compararem a linha do Rizzi atual com o seu ponto de partida, ou se olharem para os pressupostos da Nanosintaxe, reparam que há muitas perspetivas em competição dentro, como eu estava a dizer, da chamada família generativista, ou, se preferirem, do programa generativista. Neste momento, acho que a *mainstream*, a que apresenta uma formulação mais restritiva da teoria, está do lado dos Estados Unidos. Ora, quanto mais restritiva for uma teoria, tanto melhor, visto que é mais fácil avaliar as suas hipóteses contra os dados empíricos e validá-las ou invalidá-las. Pelo contrário, em teorias pouco restritivas, a avaliação das hipóteses é muito mais difícil, porque a teoria põe ao serviço do investigador instrumentos de enorme poder descritivo. Mas pronto, o presente é desafiante! Não é tão seguro como nos anos 80, em que dispúnhamos de um modelo (o modelo dos Princípios e Parâmetros) espetacular! Mas há coisas que, de facto, esse modelo não permitia captar e, portanto, foi preciso acrescentar-lhe algo ou transformá-lo, o que é o caminho normal na investigação científica. Na verdade, quando nós estamos dispostos a contribuir na medida das nossas possibilidades, isto

é, quando se é verdadeiramente um investigador, tem-se a noção de que aquilo que sabemos e que estamos a dizer hoje e para o qual temos provas, amanhã pode ser desmentido. E continua a ser importante o que fizemos! Mas ainda bem se vierem outros que mostrem que isto não estava bem ou que há uma coisa melhor para dar conta do assunto. Eu acho que isso é a coisa mais importante e um programa, como o programa generativista, permite que nós façamos isso, ao passo que certas abordagens da linguagem humana, que são demasiado abertas e irrestritas, já não o permitem. Quando nós incluímos, por exemplo, questões sociais e culturais no estudo da língua, podemos fazer descrições, mas não são essas as verdadeiras perguntas de investigação que nos possam levar a uma conclusão consistente sobre o funcionamento da língua. Só conseguimos avançar se fizermos perguntas pequeninas e, normalmente, são essas perguntas pequeninas que dão origem a grandes respostas. Saber como é que a linguagem se relaciona com a sociedade não é uma pergunta de investigação, pois envolve tantas variáveis que não é possível encontrar uma resposta válida. Não estou com isto a dizer que não há perguntas que se devam fazer sobre a relação entre linguagem e sociedade! Há imensas! Por exemplo, será que a inserção social ou o *status* social de uma pessoa é uma variável determinante na opção por relativas resuntivas em português europeu? Isto é uma pergunta a que se pode responder e temos aí uma correlação entre sociedade e linguagem, através de conceitos como o de desempenho linguístico. É, aliás, ainda uma pergunta muito grande, porque, dentro de uma sociedade, podemos pensar no *status* em geral ou, por exemplo, apenas no que respeita ao nível de escolaridade. Isto são perguntas a que se consegue responder, dando contributos para essa tal magna questão que é a da relação entre a linguagem e a sociedade. Eu acho que quem quer fazer Linguística tem de perceber isto. Há um discurso sobre a linguagem que não é ciência. Que é legítimo, absolutamente legítimo, mas que não é ciência, no sentido em que não tem como base perguntas de investigação, isto é, perguntas a que se possa responder com provas, com provas replicáveis por outras pessoas. Ora, é isso que faz a ciência, não é?

Violeta Magalhães: *Chegada a esta fase da sua vida profissional, com uma carreira dedicada à ciência em geral e à Sintaxe em particular, o que é que considera mais importante no estudo desta área científica?*

Inês Duarte: Bem... vou dar o exemplo da Física. Hoje em dia, nenhum físico pode dizer que é newtoniano e que não acredita na teoria da relatividade, isto é,

que é pré-einsteiniano. Toda a comunidade dos físicos sabe que há uma data de fenómenos que a física newtoniana não consegue captar e, portanto, hoje em dia ninguém faz carreira na Física se disser “eu não acredito em nada da Física do século XX, eu continuo newtoniano”. Isso é impossível numa ciência dura como a Física. O que eu acho que acontece nas ciências ditas moles, nas ciências sociais, é que há mais possibilidade de as pessoas optarem por uns modelos ou por outros, é algo, por enquanto, mais aceitável e que continua a acontecer. Agora, quando nós olhamos para as grandes revistas e para as grandes coleções das grandes editoras, o que verificamos é que essas revistas são ou de Semântica Formal, ou de Linguística Formal ou de Aquisição da Linguagem em perspetivas amplamente generativistas. Podem ser ainda revistas de Fonética - e essas levantam outra questão que, no fundo, se trata de uma relação muito direta com a Física, com a Psicologia e com os estudos percetivos - ou de Psicolinguística, numa perspetiva de interação entre as neurociências, a Psicologia Cognitiva e a Linguística. Depois ainda aparece aquela etiqueta “Linguística da Cognição”, que corresponde às tais grandes perguntas: “onde é que a cultura e a sociedade influenciam a linguagem?”, por exemplo. Uma outra área que tem sido trabalhada de várias maneiras é a da Tipologia Linguística, que realiza, no fundo, uma comparação entre línguas. Mas, mesmo aí, o trabalho mais interessante, na minha perspetiva, é o que está a ser feito por pessoas que se situam, de uma maneira mais ou menos abrangente, dentro do programa generativista. Pessoas como Michel DeGraff, por exemplo, que trabalha no MIT sobre o crioulo do Haiti e cuja investigação é fundamental para se perceber como é que nasce um crioulo e o que são, afinal, as chamadas “línguas neocoloniais”, como o português em África e o inglês da Índia. Neste momento, há muita gente que, numa perspetiva generativista, está a olhar para essas questões como o resultado do contacto entre línguas e como produto desse mesmo contacto, isto é, a aquisição de uma língua que não é materna, uma língua segunda ou estrangeira. Eu acho que, até agora, do ponto de vista daquilo que a gente tem aprendido sobre o que é a linguagem, o programa generativista, num sentido muito alargado, tem dado as melhores respostas. E, nesse programa, a centralidade é da Sintaxe e é-o de uma maneira muito clara, de uma maneira que eu acho que é exatamente aquilo que faz sentido. Se o que caracteriza uma língua é, digamos assim, uma relação estável entre som e significado, o que é que faz a mediação? Por um lado, as propriedades das palavras e, por outro lado, o sistema que permite que elas se combinem umas com as outras. Ora, isso é a Sintaxe! De uma maneira geral, a arquitetura é a Sintaxe, é aquilo a que Chomsky chama, nos últimos trabalhos,

“o sistema computacional da linguagem humana”. A Sintaxe é a arquitetura de toda a língua, não só os alicerces, mas toda a planta. São perguntas como: “como é que eu vou juntar isto com aquilo para fazer a sala?”, “se tenho dois andares, como é que tenho que construir os alicerces?”, “se vou fazer um terraço lá em cima, o que é que preciso como cobertura?”. É isso, estão a ver, é um lego!

Violeta Magalhães: *Tendo trabalhado com tantos e tão variados tópicos da Sintaxe - como o sujeito nulo no português, as várias orações relativas, a questão do infinitivo flexionado, mas também o denso assunto da topicalização - que aspeto é atualmente o que lhe desperta maior interesse?*

Inês Duarte: As últimas coisas em que eu tenho trabalhado – e vou continuar a trabalhar em algumas delas, em particular na última de que vou falar – foram questões de controlo e infinitivo flexionado. A aula⁹ que eu vou dar hoje é uma aula que resulta exatamente do trabalho que foi desenvolvido num projeto dirigido pela Ana Lúcia Santos. Um projeto financiado pelo FCT, justamente sobre questões de controlo e infinitivo flexionado em português europeu, tanto na sintaxe adulta, como na aquisição, e que deu várias publicações. Já tinha trabalhado nisso antes, porque é uma área que, digamos assim, é aquele tópico a que eu volto sempre desde jovem. Já tinha trabalhado nos clíticos, é muito engraçado! O primeiro artigo publicado em Sintaxe Generativa em Portugal foi um trabalho meu de 1983 sobre os clíticos em português europeu e brasileiro, mais concretamente, a ordem dos clíticos. E a minha tese de doutoramento foi também a primeira tese de doutoramento em Sintaxe Generativa em Portugal, em 1987. Os clíticos são o tópico que mais me desafiou ao longo da minha vida profissional. A última vez que trabalhei sobre clíticos foi em 2013. Portanto, estão a ver, de 1983 a 2013 tenho voltado a este assunto e talvez vá continuar. Não sei se foi o tópico para o qual eu contribuí mais, mas acho que contribuí alguma coisa! Aquilo que não me interessa de todo e que eu nunca soube trabalhar, nem nunca me despertou interesse, foi o sintagma nominal ou o sintagma determinante. Admiro muito a professora Ana Maria Brito por ter trabalhado tanto nesse tópico. Tenho a maior dificuldade em lidar com a estrutura interna do sintagma nominal, portanto, isso é uma coisa a que tenho fugido. De resto, eu acho que me interessa tudo aquilo que é a nível frásico. Agora tenho trabalhado num projeto novo em que vão participar os professores

⁹ No dia 29 de março de 2019, a Professora Inês Duarte deu uma aula sobre completivas infinitivas na unidade curricular *Temas de Sintaxe II* do Mestrado em Linguística da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Ana Maria Brito e António Leal aqui do CLUP. É um projeto que nós ganhamos há pouco tempo e que começou agora, em outubro ou em novembro, chamado PALMA. É um projeto sobre as relações de posse e de localização em português europeu e em variedades africanas nativizadas ou em processo de nativização do português. Portanto, vamos olhar para o português de São Tomé, que está praticamente nativizado. Mais ou menos noventa e oito por cento (98%) dos são-tomenses têm o português como língua materna. Em Angola, mais de setenta por cento (70%) dos falantes têm o português como L1 e, em Moçambique, os dados do último censo apontam para um número superior a 50% de falantes com o português como L1 ou L2. Aquilo em que eu tenho trabalhado é em dativos de posse. Aliás, fiz um trabalho recentemente com a professora Fátima Oliveira sobre esse tema: dativos de posse e estruturas chamadas de “subida do possessivo” (“possessive raising”), que são estruturas engraçadíssimas. Agora é comparar isso com as línguas bantu, com aquilo que se passa em Angola e Moçambique, como, eventualmente, resultado do contacto entre as línguas bantu e o português, tendo em conta que as línguas bantu faladas em Angola têm estruturas de posse bastante diferentes das línguas bantu faladas em Moçambique. Portanto, vou andar pela posse e pela localização durante mais três anos.

Violeta Magalhães: *E já agora, qual é o constituinte sintático que mais a fascinou? Disse que o sintagma nominal era o que menos lhe despertava o interesse. Tem algum preferido?*

Inês Duarte: Para as pessoas que trabalham em Sintaxe, acho eu, a partir de uma certa altura, os seus grandes objetos de estudo são os núcleos funcionais. Consoante o tipo de fenómeno em que estamos a trabalhar, privilegiamos um ou outro. Aquilo que eu acho mais importante é trabalhar minimamente os núcleos funcionais, como T e C, em função do fenómeno empírico com que se está a lidar.

Andreia Pinho: *Senhora Professora, há uma frase muito interessante do Paul Valéry que diz “A Sintaxe é uma faculdade da alma”. O que é que pensa desta frase?*

Inês Duarte: Se “alma” significar “mente”, então a linguagem humana é uma faculdade da alma, não é? Eu dizia isso muitas vezes aos meus alunos. Sócrates, se fosse vivo na segunda metade do século XX, era linguista. É claro que eu, hoje

em dia, não seria capaz de dizer exatamente essa frase como Paul Valéry disse. Mas diria o que vários cientistas da cognição têm dito, que, no fundo, o que se passa é que o desempenho linguístico dos seres humanos é uma janela aberta sobre o funcionamento da nossa mente. E a Sintaxe, acreditando que ela faz a mediação entre o som e o significado, é crucial para nos dar uma visão do que é a nossa mente e do que se passa nela.

Andreia Pinho: *Também foi diretora do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Que balanço faz dessa experiência? Qual o papel que os centros de investigação em Linguística devem ter na sociedade portuguesa?*

Inês Duarte: Foi um grande desafio, porque o Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, tal como existe neste momento, resultou da fusão do antigo Centro de Linguística, que tinha sido o Centro dos Estudos Filológicos, com uma unidade que foi criada dentro da Faculdade de Letras e que envolvia as pessoas que não pertenciam ao Centro de Linguística antigo. Foi na altura em que eu fui vice-reitora que desafiei as pessoas envolvidas nas direções dessas duas unidades a juntarem-se e a fazerem um centro só e isso foi fundamental para todos nós. A experiência de direção do novo CLUL, pouco depois da fusão, não foi fácil! Não foi fácil por várias razões. Muitas delas tinham a ver com questões completamente independentes dos investigadores ou do trabalho que se fazia. Por exemplo: nós tínhamos duas sedes, metade dos investigadores trabalhava num sítio e a outra metade trabalhava no outro. A pessoa que geria os servidores não era a mesma de um lado e do outro. Foi preciso resolver problemas muito complicados, numa altura também muito complicada, em que se estava a preparar a fusão das duas universidades, da Universidade Técnica e da antiga Universidade de Lisboa. Portanto, foi um tempo complicado, mas foi um tempo desafiante! E acho que conseguimos, mas não fui eu sozinha, longe de mim! Nós temos uma estrutura de direção de três pessoas, mas depois temos uma comissão coordenadora, que tem os diretores de cada um dos grupos. Aquilo que nós conseguimos durante esses três anos em que estive na direção foi conseguido exatamente pela comissão coordenadora, que se reunia mais regularmente, e pela comissão científica, que se reunia para tomar as grandes decisões. E eu acho que, quando saímos, deixámos o centro numa situação bastante mais forte do que aquela que tínhamos encontrado. Deixámos uma excelente comissão de acompanhamento, que levou muito a sério o trabalho, que nos apoiou a cem por cento: Anthony Kroch, Christiane Feldman, Nina Hyams, entre outros elementos

igualmente importantes. Para mim foi fantástico, porque fiquei a conhecer o que se passava e qual a investigação que era feita pelos vários grupos. Só posso agradecer a todos aqueles com quem trabalhei nessa altura. Relativamente à última parte da pergunta, nós devíamos ser mais visíveis do que somos. Já somos mais, mesmo assim, do que éramos, felizmente, mas devíamos ser mais visíveis, tanto na área da língua como da clínica, da terapia, das ciências da saúde. Mas isso consegue-se devagarinho. Consegue-se convencendo os colegas da Psicologia Cognitiva de que isso é importante, os colegas da Medicina, os neurologistas, os psicólogos clínicos da área da Psicologia e da Psiquiatria. Convencendo-os de que a nossa contribuição é importante. Consegue-se, convencendo o pessoal da Linguística Computacional de que esta área precisa de linguistas, senão nunca mais ultrapassam aqueles oitenta e dois ou oitenta e cinco por cento de acerto nas coisas que fazem e, sobretudo, não conseguem compreender melhor aquilo que nós fazemos. Portanto, é isso que nós estamos tentando fazer e temos tentado fazer em Lisboa. Temos doutoramentos em conjunto com a Psicologia, Medicina e Ciências. Temos doutoramentos em conjunto com Medicina, Letras e o Técnico. Queremos ligar-nos também à Tradução, que é uma área importantíssima, e nós temos, neste momento, o nosso mestrado em Tradução, no qual há a possibilidade de os alunos fazerem estágio em empresas e em instituições. Estamos também ligados a uma grande empresa, na área da Tradução, mas com uma forte componente computacional. Eu acho que é devagarinho que nós conseguimos. Mas também olhamos para áreas que estão a desaparecer: a área da Crítica Textual, por exemplo, que é o *update* daquilo que era, em grande medida, a Filologia. É uma dimensão muito importante daquilo que era a Filologia e que, neste momento, está a dar muito bons resultados em Letras, com a edição crítica de Fernando Pessoa, como sabem, mas também de escritores do século XIX, como Camilo. É feita com uma metodologia que, na realidade, é uma metodologia nova. Ou seja, no fundo, é não prescindir daquilo em que nós éramos bons e que foi a matriz da Linguística. Um outro exemplo: a Dialetoлогия. Hoje em dia, há uma Dialetoлогия com uma metodologia quantitativa importantíssima e há uma Dialetoлогия que, no fundo, é dialetométrica, e de que eu não sei nada, mas que é possível fazer no programa generativista de uma forma muito interessante. No fundo, é um tipo de variação e, portanto, é não perder aquilo que era a nossa matriz inicial, mas, ao mesmo tempo, devagarinho, ir demonstrando que a nossa contribuição é muito importante numa série de outras áreas.

Andreia Pinho: *E como é que descreve a realidade da investigação em Linguística atualmente em Portugal?*

Inês Duarte: Não tem comparação com aquilo que acontecia quando eu era estudante. Quando eu era estudante, havia um Centro de Estudos Filológicos. Suponho que havia em Coimbra algumas pessoas que estavam a investigar, mas não sei se tinham um centro de investigação, nem imagino. O trabalho destinado para os linguistas era dar aulas ao Ensino Básico e Secundário; muito poucos conseguiam um lugar nas faculdades. Hoje em dia, isto tudo mudou completamente. Nós temos linguistas a trabalhar em empresas de tradução, por exemplo, muitos deles formados por nós lá em Lisboa, mas muitos formados também por outras universidades. Temos excelentes linguistas portugueses que foram para o estrangeiro, tendo alguns ficado por lá. Temos redes internacionais em que estamos envolvidos e somos chamados como *reviewers* de grandes revistas linguísticas, de coleções internacionais de editoras de referência, concursos internacionais para universidades, entre muitos outros. Portanto, há muito lugar para os jovens linguistas hoje em dia. Há uma coisa que eu acho que os jovens linguistas devem fazer: não fiquem sempre no mesmo sítio, abram as cabeças! E abrir as cabeças é mudar de sítio pelo menos uma vez na vida. Tentem ir lá para fora, tentem ter bolsas para ir lá para fora! Mesmo que seja por curto espaço de tempo. Isso é uma aprendizagem que eu, infelizmente, não tive: aquilo que fiz foi já depois de estar formada e de ter o doutoramento. Mas isso é fundamental. Nós crescemos imenso quando ouvimos outras vozes, quando estamos noutros contextos. Isto é uma coisa que eu costumo dizer aos meus alunos também na Faculdade de Letras: têm de sair e ter contacto com outras pessoas. Foram raríssimos os meus alunos de doutoramento que não tiveram coorientador fora da Faculdade de Letras, porque isso é fundamental. Foram um semestre para a universidade desse orientador, trabalharam com esse orientador. Isso dá uma perspetiva completamente diferente. E se há alguma coisa que eu possa sugerir aos jovens linguistas que façam é essa. Arrisquem! Procurem uma experiência fora daqui. Eu não gosto muito de usar esta palavra, porque ela foi usada num contexto muito difícil da nossa vida nacional, para levar os nossos melhores jovens e mais qualificados a emigrarem, mas não é de emigração que eu estou a falar. É de formação. Arrisquem sair da vossa zona de conforto: é um mundo pequeno onde nós estamos habituados a viver. Arrisquem! Tenham todas as experiências que puderem, para que o vosso mundo fique maior, porque isso vai refletir-se em tudo. Na vossa qualidade profissional e na vossa experiência como seres humanos!

Renata Rodrigues: *Ao longo da sua carreira, esteve sempre preocupada com o ensino do português nas escolas. Considera que deveria haver uma intervenção maior por parte dos linguistas na forma como o português é ensinado nas escolas? Neste momento, o que acha que pode ser melhorado neste campo?*

Inês Duarte: Há vários problemas muito grandes relativamente ao ensino do português. Um deles é que não há continuidade de políticas. Quando esta existiu, foi quebrada no governo anterior e agora estão a tentar refazê-la de uma maneira que, se calhar, é apressada. Eu estive muito afastada disso nos últimos anos, porque preferi voltar para a Linguística Teórica a cem por cento, mas pertenci ao grupo na faculdade que fez a avaliação de manuais do Secundário na área do Português. Fiquei aterrada com a ignorância, relativamente a aspetos centrais da língua portuguesa, que emerge desses manuais, assim como com a simplificação dos exercícios que são propostos, uma vez que são propostas atividades completamente estupidificantes. Por exemplo, para um miúdo que está a fazer Biologia, aquelas atividades do Português que lhe são propostas são básicas, não há nada desafiante! Não são abordados certos aspetos que nós sabemos que são fundamentais e, no fundo, os alunos não são postos a pensar sobre como esses temas funcionam efetivamente, como aconteceria noutras disciplinas. E depois há asneiras de todo o tamanho – asneiras que revelam ignorância por parte de quem faz os manuais e pouca atenção dos revisores científicos. Nós demo-nos um bocado mal, porque tivemos algumas editoras muito desiludidas com os nossos pareceres, embora ache que, no fim, os manuais ficaram melhores. Agora, essa estupidificação das atividades só mostra que, na realidade, quem faz os manuais tem uma formação linguística fraquíssima e, portanto, não é capaz de construir atividades que sejam significativas e que tenham interesse. Por exemplo (eu acho que é muito fácil chegar lá desta maneira), quase todos os miúdos têm inglês, por isso, mostrem-lhes paradigmas do português e do inglês, mostrem-lhes diferenças na ordem de palavras em declarativas em contextos diferentes: porque será que nesta frase o sujeito está em posição pré-verbal e naquela está em posição pós-verbal? Será que tem que ver com o contexto? Então, se tem que ver com o contexto, qual será o valor que este tem nesta posição e naquela? Na realidade, eu acho que tem que haver um acordo de regime sobre isto. Esse acordo tem de ter em conta que há uma ciência que nos ensina coisas interessantes sobre a linguagem e sobre as línguas, portanto, isso tem de ser passado aos alunos. Não é porque nós falamos português que temos que assumir que as pessoas o sabem obrigatoriamente. Também respiramos todos, no entanto, os estudantes têm de

aprender o funcionamento do sistema respiratório, todos comemos e deglutimos e eles também têm de aprender o funcionamento do sistema digestivo. Não percebo porque é que não é assim com a linguagem humana, que é tão importante e tão central. Por isso, é preciso um pacto de regime sobre o que é o português na escola, para não haver alterações de cada vez que muda a orientação política. É preciso que as pessoas se sentem à volta de uma mesa e que percebam o que é que a ciência já mostrou sobre a linguagem, a língua materna em particular, mas também as outras línguas. Porque é que nós não usamos esta coisa fantástica que temos, que é, desde muito cedo, haver uma língua estrangeira no ensino, para fazer comparações? É importantíssimo!

Renata Rodrigues: *Ao longo dos anos, contribuiu para a formação de vários estudantes, tendo alguns deles seguido uma carreira relacionada com a Linguística. Sente-se de alguma forma realizada com o papel que teve nestes percursos formativos?*

Inês Duarte: Sim, acho que uma das melhores coisas que nós levamos quando acabamos uma carreira docente é exatamente ter a sensação de que contribuímos um pouco, pelo menos, para que outras pessoas possam levar mais longe aquilo que nós fizemos. Desse ponto de vista, eu fui uma privilegiada, porque a maior parte dos professores de Sintaxe do Departamento de Linguística da Universidade de Lisboa foram meus alunos de doutoramento e alguns de mestrado, uma delas é professora catedrática neste momento, outra é professora associada. A minha primeira aluna de doutoramento foi a professora Perpétua Gonçalves, que é uma figura incontornável na investigação sobre o português em Moçambique. É a sensação de que aquilo que nós sabemos foi posto a render e, de alguma maneira, tocou e contribuiu para que outras pessoas possam ser linguistas e melhores linguistas do que eu fui. É um bocadinho “a cereja em cima do bolo” de qualquer professor. No caso de um professor do ensino superior, é ver que os seus estudantes, sobretudo os da formação avançada, conseguiram ir longíssimo. O que é importante é isso, é sentirmos que a geração seguinte ou as outras gerações hão de ir mais longe do que nós fomos e sentir que nós tivemos um bocadinho que ver com isso.

Renata Rodrigues: *Que conselhos pode deixar a estudantes que queiram seguir uma carreira em Linguística?*

Inês Duarte: Aventurem-se! Parece duro ao princípio. É uma coisa completamente nova, porque vocês vêm do Secundário sem ter a mínima ideia do que é verdadeiramente a Linguística, porque normalmente vêm de um ensino em que a realidade do trabalho científico não existe. Vocês não têm disciplinas que vos obriguem a perceber o que é investigar no sentido científico. E depois, muitas vezes, chegam à faculdade e afastam-se, porque há uma outra forma de pensar as coisas, há uma terminologia que vocês não conhecem e muita da bibliografia é em inglês. Tudo isto afasta as pessoas. Sintam-se desafiados, porque vão aprender coisas com as quais podem construir conhecimento futuro, coisas que são uma novidade absoluta para vocês. Dá trabalho: uma tese de doutoramento em Linguística é um trabalho muito duro. Mas vale a pena, porque nós, quando chegamos ao fim, percebemos que aprendemos imenso. Há momentos muito difíceis, em que nos sentimos bloqueados. No entanto, há também aquele momento em que, não sabendo como, se dá o clique e, de repente, descobrimos o que faltava. Isso é uma experiência maravilhosa. Quando fazemos discurso crítico ou interpretativo, temos outro tipo de prazer, que não o prazer da descoberta científica. A Linguística dá-nos o prazer da descoberta científica, mesmo que não tenhamos sido nós a fazê-la. É poder vivenciar esse prazer quando lemos o que os outros escrevem e perceber que, um dia, podemos lá chegar também, se nos esforçarmos. Isso é uma coisa que todos os cientistas sentem, um momento de criatividade incrível. Por termos de seguir metodologias e protocolos rígidos, a criatividade entra de uma maneira ainda mais fulgurante. As pessoas podem pensar que os cientistas não têm criatividade, mas não! Se um cientista não tiver criatividade, não é cientista. Acho que vale a pena ousarmos trilhar um caminho que é duro, mas que nos pode levar a esse prazer da descoberta científica. Sabemos que as descobertas científicas têm resultados práticos. Infelizmente, às vezes, são maus resultados, mas a ciência não é responsável por isso. Por outro lado, há muito bons resultados práticos: atualmente, estamos a ver isso na Linguística Clínica, no apoio à Tradução, em certas áreas da Linguística Computacional e também em relação à Educação. Não desistam, mantenham as vossas cabeças abertas e lutem pelo prazer da descoberta científica.

CRISTINA FLORES

Universidade do Minho



A Professora Doutora Cristina Flores é Professora Associada do Departamento de Estudos Germanísticos e Eslavos do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho. O seu trabalho incide sobre temas como Bilinguismo, Aquisição da Linguagem e Erosão Linguística. A atenção que tem dedicado ao estudo da competência linguística de falantes lusodescendentes em contexto alemão e falantes bilingues de português-alemão levou a que, desde 2008, tenha coordenado e participado em vários projetos de investigação centrados no estudo da competência linguística de falantes monolingues e bilingues.

A Professora Doutora Cristina Flores conta já com várias publicações em revistas internacionais, como *Journal of Child Language*, *International Journal of Bilingualism*, *Linguistic Approaches to Bilingualism*, *Bilingualism*, *Language and Cognition*, entre outras. Assumiu o cargo de Diretora do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho (CEHUM) em junho de 2019. É também editora associada da revista *Linguistic Approaches to Bilingualism*, bem como coeditora da série *Language Development* e da revista *REAL*.

A presente entrevista foi redigida pelas estudantes Beatriz Martins, Renata Rodrigues, Ana Rita Cunha, Mariana Silva e Violeta Magalhães e foi conduzida pelas mesmas estudantes no dia 4 de dezembro de 2019 no Centro de Estudos Humanísticos da U. Minho. Ao longo da entrevista, foram tratados vários aspetos relacionados com as áreas de estudo da Professora Doutora Cristina Flores, bem como com alguns dos tópicos mais atuais da discussão em Linguística Aplicada. Esperamos que o texto seja do interesse dos leitores e que desperte noutros o mesmo entusiasmo que experienciámos.

Da parte das entrevistadoras, foi um prazer e uma honra imensa redigir e conduzir esta entrevista. Por isso, agradecemos à Professora Doutora Cristina Flores pelo momento de aprendizagem e partilha de conhecimento que nos proporcionou.

Mariana Silva: *Antes de mais, desejamos cumprimentar a Senhora Professora e agradecer ter aceiteado o nosso convite. Sabemos que a Senhora Professora é falante bilingue de português e alemão, o que nos leva a intuir o porquê de ter decidido enveredar pelo caminho da Psicolinguística, concretamente pela área da Aquisição da Linguagem e Bilinguismo. Ainda assim, gostaríamos de perguntar o que realmente a cativou, levando-a a iniciar investigação nesta área.*

Cristina Flores: Por acaso, o que me cativou não foi o facto de ser bilingue, mas sim o facto de conhecer muitos falantes bilingues. Quando comecei a dar aulas na Universidade do Minho, há precisamente 20 anos, contactei com muitos estudantes que tinham crescido na Alemanha, mas que apresentavam diferenças quanto à sua competência linguística em alemão. Esse foi o motivo inicial, isto é, o facto de falantes que cresceram com duas línguas evidenciarem áreas problemáticas, que aparentemente resistiram à aquisição numa das línguas. Mais tarde, vim a perceber que essa resistência era, na verdade, uma perda, o que me levou a estudar o fenómeno da erosão. O que me cativou foi, portanto, a ideia de que, mesmo adquirindo duas línguas maternas na infância, não é garantido que na fase adulta se domine essas duas línguas como falante nativo.

Ana Rita Cunha: *Na sua experiência pessoal, como falante bilingue, provavelmente já terá tido contacto com o fenómeno de code-switching. Nesse sentido, diria que quando alterna de língua é com uma intenção comunicativa ou depende do tema?*

Cristina Flores: Há três motivos para o *code-switching*. Em primeiro lugar, o recurso a esse fenómeno como estratégia de comunicação, isto é, quando orientamos o discurso para determinado tema que conhecemos e experienciámos numa determinada língua, usamos essa língua. Um segundo motivo passa também por uma estratégia de comunicação, mas relacionada com o interlocutor. Imaginemos que o interlocutor tem a mesma vivência do falante bilingue. Poderá haver uma tendência para fazer o *code-switching* de

forma a realçar esta ligação entre os dois. Poder-se-ia optar por falar apenas uma das línguas, mas, havendo essa experiência comum de bilinguismo, o *code-switching* é uma estratégia natural de comunicação entre falantes. Em terceiro lugar, existe o motivo da competência, isto é, quando o *code-switching* ocorre para resolver problemas de acesso lexical. Um falante monolíngue pode recorrer a um sinónimo ou a uma paráfrase quando não se lembra de uma palavra. Já o falante bilingue tem a possibilidade de recorrer à mesma palavra na outra língua. Por vezes, essa dificuldade pode prender-se, não exatamente com a palavra, mas com outras características associadas ao léxico, como o género. Imaginemos, por exemplo, que eu sei determinada palavra em alemão, mas já não sei se é masculina, neutra ou feminina. Nesse momento, enquanto falante bilingue, posso optar por não arriscar e verbalizar a palavra em português. São, portanto, três os motivos que, penso, explicam o fenómeno do *code-switching*: o tema, o interlocutor e as dificuldades de acesso lexical. Para além disso, há também o caso de comunidades que vivem em situação de contacto linguístico. Trata-se de um fenómeno social ou de mudança linguística que consiste na criação de novas palavras que passam a fazer parte do léxico de determinada comunidade por via do contacto de duas línguas distintas. Como cresci em Hamburgo, conheço muitos exemplos como *aparcar* (que significa estacionar, do alemão *parken*) ou *fazer um termino* (que significa marcar uma consulta médica, do alemão *ein Termin machen*). Este fenómeno é muito comum em comunidades emigrantes, distingue-se, no entanto, da alternância de códigos (*code-switching*).

Violeta Magalhães: *Ainda em relação ao code-switching, considera que esse fenómeno é exclusivo de falantes bilingues ou, por exemplo, um falante que aprende uma língua estrangeira também pode recorrer ao mesmo fenómeno? E, se puder, será que está relacionado com o nível de proficiência em L2 do falante?*

Cristina Flores: Ocorre imenso nos adolescentes com o inglês! Eles fazem imenso *code-switching*, sobretudo jovens que aprendem inglês em sala de aula e depois aprofundam esses conhecimentos através do contacto com a língua nas redes sociais e nos *media*. Falantes de uma língua segunda que aprendem essa língua apenas na sala de aula, mas não têm contacto com a língua fora desse contexto de instrução, recorrem muito menos ao *code-switching*. Logo, esse fenómeno está ligado a um determinado nível de proficiência.

Beatriz Martins: *Tendo em conta as várias e contrastantes definições de bilinguismo, qual é para a Senhora Professora a melhor forma de esclarecer e classificar este conceito?*

Cristina Flores: Eu creio que não há uma definição exata de bilinguismo. Existem vários critérios que podem ser usados e que dependem muito do autor e da área de estudo. Um critério é a idade de aquisição, que é, aliás, o critério que eu assumo, pois creio que é o que faz mais sentido no tipo de investigação que conduzo. Portanto, se as línguas são adquiridas na infância, o falante desenvolve duas línguas maternas e, nesse caso, é um falante bilingue precoce. Contudo, este fator é independente da proficiência, pois existem falantes bilingues que crescem com as duas línguas e depois, já em fase adulta, só dominam uma língua, ou dominam uma muito melhor do que a outra. Há quem tenha como critério, sobretudo na Psicolinguística, apenas a proficiência. Poder-se-á aplicar um teste de competência linguística e classificar os falantes em bilingues mais ou menos proficientes nas várias línguas que domina. O importante, quando falamos de bilinguismo, é, em primeiro lugar, perceber qual foi o critério usado pelo autor para a definição do conceito. Nos meus estudos, como já disse, assumo o critério da idade da aquisição e a ligação com o contexto. Portanto, se se trata de uma pessoa que teve contacto com a língua na infância – e a infância é até aos 10/12 anos – em contexto de imersão, então essa pessoa vai tornar-se bilingue, mesmo que se trate de uma criança que emigra aos oito anos. A criança vai ter contacto com a língua do país de emigração através da escola e dos amigos e, quando tiver 12/13 anos, será já um falante bilingue. Dependendo da idade de início de aquisição, o percurso de aquisição pode variar de criança para criança, podendo, por exemplo, ser mais demorado num caso do que em outro. Mas é muito provável que o falante vá adquirir ambas as línguas como línguas nativas se o processo de aquisição se iniciar na infância em contexto de imersão e a criança tiver contacto frequente com ambas as línguas. Um falante que vai aprender uma língua por volta dos 14 anos, em contexto formal, e que anos mais tarde se muda para o país onde se fala essa língua e aí permanece durante muitos anos, é, segundo o critério da idade, considerado um falante L2, mesmo que alcance proficiência muito elevada na segunda língua. Contudo, isto é apenas um critério. De facto, há muitos autores que consideram que, ao viver num contexto de imersão, mesmo em fase adulta, o falante é bilingue. Explicitando o critério adotado, qualquer uma das definições apresentadas é legítima.

Violeta Magalhães: *Considerando o grau de conhecimento e de domínio de L2 que alguns falantes atingem em contexto de emigração em idade adulta, assim como as dificuldades que, por vezes, evidenciam na seleção lexical ou na organização sintática em L1 após muitos anos de contexto de imersão em L2, podemos pensar que estes falantes também se tornam bilingues, apesar de terem passado por uma aprendizagem - e não pela aquisição - de L2?*

Cristina Flores: Sabemos que, mesmo aprendendo a língua tarde, um falante pode adquirir um conhecimento muito próximo do de um falante nativo, mas a forma como chega a esse conhecimento é diferente do percurso de aquisição na infância. Não estou a querer pôr em causa a existência de um período crítico, mas há, por vezes, uma interpretação muito rígida desse conceito. É evidente que há efeitos de idade no processo de aquisição linguística, mas isso não quer dizer que um falante tardio não consiga adquirir determinadas estruturas linguísticas. Sabemos, isso sim, que a mente apreende a língua de forma diferente com o avançar da idade, beneficiando mais de mecanismos de aprendizagem explícita do que implícita. Portanto, um falante que vive durante trinta anos em contexto de emigração pode atingir um nível de proficiência que é muito semelhante ao de um falante nativo. Só que a forma como chegou a esse nível e como o cérebro processou a linguagem foi diferente. A idade não impede o falante de adquirir outra língua. Agora, se esse falante será considerado bilingue ou não, como já disse, dependerá da definição adotada para o conceito. Devemos distinguir a idade de aquisição de proficiência, porque sabemos que, de facto, há falantes adultos que têm a capacidade de atingir um nível de proficiência muito elevado. No entanto, esses falantes representam apenas cerca de 15% dos falantes que iniciam uma aprendizagem tardia de uma L2. O mais comum é que, mesmo depois de muitos anos, o falante apresente particularidades não-nativas a nível fonético, não apresente um conhecimento absolutamente consolidado em determinadas áreas, como o aspeto semântico, etc. Por exemplo, há falantes que vivem há várias décadas em Portugal e não conseguem usar consistentemente de forma adequada o pretérito perfeito e imperfeito. Isso mostra que, apesar de esses falantes terem um nível de proficiência elevadíssimo, continuam a apresentar diferenças relativamente a um falante nativo da língua. Considerá-lo, ainda assim, um falante bilingue, dependerá da definição adotada.

Mariana Silva: *Tendo em conta a heterogeneidade de critérios para a definição de bilinguismo que referiu, gostaria de perguntar quais são os autores e investigadores que mais influenciam a sua linha de trabalho.*

Cristina Flores: No início, quando comecei a interessar-me pelo tema do bilinguismo, li naturalmente os autores obrigatórios. Entre eles, François Grosjean, que escreveu nos anos 80 um livro chamado *Life with Two Languages*, onde já se discutem todos estes aspetos da proficiência, dos contextos de utilização, do *code-switching*, etc. É “a bíblia do bilinguismo” dos anos 80. Ainda antes, nos anos 60, surge também um investigador chamado Uriel Weinreich, que é um dos primeiros académicos a discutir a questão do contacto entre línguas num livro chamado *Sprachen in Kontakt (Línguas em Contacto)*. Foi a leitura desses dois autores que me ajudou a entrar nesta área. Nos últimos anos, a área da investigação tem mudado muito e de forma muito acelerada e, por isso, há constantemente novas questões e novos termos, que fazem a área evoluir. Por exemplo, em 2004, quando eu comecei a minha investigação na área do bilinguismo, não se usava o termo *línguas de herança* na investigação na Europa, apesar de já existir no Canadá e nos Estados Unidos. No entanto, é claro que já havia na altura muitos estudos sobre crianças bilingues e aquisição bilingue. Essas crianças provinham de famílias imigrantes que viviam na Alemanha, em França, etc. Portanto, eram falantes que, no seio da família, utilizavam uma língua e noutros contextos utilizavam outra, a do país onde viviam. Segundo os critérios atuais, eram falantes de herança. Entretanto, o termo foi introduzido na Europa e agora há muita publicação sobre falantes de herança, mas se formos analisar os participantes e as conclusões, muitas dessas publicações são semelhantes às dos anos 80 e 90, só que com outra designação e novos métodos de recolha e de análise. É preciso ter um pouco de cuidado nesta área, e em todas, relativamente aos termos, sobretudo quando queremos adotar ou criar novos termos, pois, muitas vezes, um nome diferente pode servir para repetir conclusões. Ainda falando das línguas de herança, deve ser mencionada também a Silvina Montrul. No âmbito do estudo de problemas de erosão, há também uma investigadora que constitui uma referência e que se chama Monika Schmid. Esta autora analisou um grupo de refugiados alemães que fugiram nos anos 30 da Alemanha nazi para os Estados Unidos. Nos anos 90, foram entrevistados. A autora pediu autorização para analisar as entrevistas, tentando responder à seguinte pergunta: será que, depois de 50, 60 anos a viver nos Estados Unidos, estes falantes, que fugiram na adolescência ou enquanto jovens adultos, sem saber falar inglês, perderam o alemão, que era a sua língua materna? O que Monika Schmid mostrou foi que, depois de tantos anos, e muitos sem falar a língua materna, mantinham conhecimento muito estável do alemão. A autora encontrou pouca erosão e mostrou que a língua, uma vez estabilizada, não é perdida, mesmo que o falante

passasse muitos anos sem contacto com essa língua. Tornou-se com este estudo uma grande referência na área da erosão e quem estuda estes fenómenos de perda linguística tem de estudar o seu trabalho.

Violeta Magalhães: *Ao falar de erosão linguística em alemão por falantes luso-alemães, a Senhora Professora refere o léxico e a posição V2 do verbo como dois aspetos que refletem o fenómeno. Esses são, aliás, dois aspetos que recorrentemente dificultam a aprendizagem de alemão como L2 ou L3 por falantes nativos do português. Assim, parece que a relação/distinção entre estas duas línguas se orienta por tais aspetos. Será assim na relação do alemão com outras línguas? Ou a erosão linguística em alemão por falantes de uma língua de herança não indo-europeia poderá refletir dificuldades de outro tipo?*

Cristina Flores: O que se passa ao nível do léxico é geral. Os estudos mostram que, quando o processo de erosão começa, o primeiro domínio a ser afetado é o léxico. Aliás, isso não é específico de falantes bilingues: também acontece em falantes monolingues! Se estivermos muito tempo sem falar sobre um determinado assunto, torna-se mais difícil aceder a determinadas palavras. Portanto, o léxico, de facto, é um domínio da nossa competência linguística que parece não ser estável. E porquê? Porque uma parte substancial do léxico mental é adquirido, tendencialmente, de forma explícita, ao contrário de uma parte substancial dos sistemas sintático e fonético, que são adquiridos de forma implícita. Vamos construindo o léxico ao longo da vida. É uma aprendizagem diferente relativamente a outros domínios gramaticais. E isso, claro, é válido também em situações de erosão, quando um falante bilingue deixa de falar a língua durante muito tempo. Na sintaxe, há diferentes áreas e diferentes fenómenos afetados de forma diferente. No caso do alemão, o fenómeno V2 (a colocação do verbo na segunda posição da frase) é realmente algo muito marcado. É difícil de adquirir por um falante L2 que tenha uma língua SVO e é uma das áreas onde se nota erosão quando ocorre na infância. De forma geral, confrontando falantes bilingues de alemão e uma língua SVO, podemos dizer que a erosão sintática ao nível da posição V2 do verbo terá a ver com a diferente ordem de palavras das línguas. Mas, de facto, não podemos ter certezas porque não há estudos, por exemplo, de falantes de alemão e de outras línguas V2. Em relação ao chinês, a minha hipótese manter-se-ia. Em princípio, V2 é afetado porque o chinês, ou até o árabe, também não têm V2. Seria necessário comparar várias combinações linguísticas e isso ainda não foi feito.

Violeta Magalhães: *A necessidade de espaço para o desenvolvimento do bilinguismo é cada vez mais uma realidade. Em outros lugares, como em Hamburgo, por exemplo, onde há, tanto quanto sabemos, uma coesa comunidade de falantes de português, há também algumas escolas com um programa bilingue. Já em Portugal, o bilinguismo tem uma dimensão muito menor relativamente ao que se passa na Alemanha e a noção de uma educação bilingue não parece tão disseminada. Como é que a Senhora Professora vê a falta de atenção ao bilinguismo por parte das entidades públicas e por vezes das próprias famílias com falantes bilingues?*

Cristina Flores: Na verdade, não é bem assim. Em Hamburgo, a comunidade portuguesa já não é assim tão coesa como era quando eu lá vivi no tempo das primeiras gerações de emigração. Nessa altura, havia uma grande comunidade. Entretanto, algumas dessas famílias já vão na quarta geração e a situação mudou. E também não é verdade que haja muitas escolas bilingues. O que houve foram várias tentativas de iniciar o ensino bilingue, mas, por exemplo, em Hamburgo, já não há nenhuma escola bilingue português-alemão. Há uma em Berlim e há alguns programas, sobretudo nas escolas europeias, que tentam introduzir um programa bilingue, mas não é generalizado. São projetos isolados, que se vai tentando implementar em algumas escolas, mas muitos deles voltam a fechar. Isso mostra que o fenómeno não é assim tão valorizado como nós pensamos que poderia ser numa sociedade multilingue e multicultural, onde há muitas comunidades emigrantes, como é a sociedade alemã ou a francesa. Quem valoriza a educação bilingue são tipicamente famílias de classe média/média-alta que podem pagar escolas com ensino bilingue integrado como a Deutsche Schule ou o Lycée Français. Nestes casos há, de facto, uma valorização do bilinguismo, mas essa valorização ocorre associada a poder económico. Já em Portugal, não temos uma sociedade tão multicultural e multilingue que justifique sistemas de ensino bilingue. Em Lisboa, procurou-se implementar uma escola bilingue português-crioulo de Cabo Verde e esse programa existiu durante alguns anos, mas estes projetos têm de ser apoiados financeiramente. Tem de haver meios para pagar aos professores. Não havendo um verdadeiro apoio, a sua manutenção é difícil. Por outro lado, há ainda muitos professores, psicólogos, diretores de escola que aconselham as famílias a não usarem a língua da família! Isso é ainda muito comum na Alemanha, em França e nos outros países europeus, ou seja, ainda há, nesta altura, uma grande diferença entre o discurso da União Europeia, de valorizar o multilinguismo, e a realidade das sociedades multiculturais onde há muita

emigração. Há escolas europeias, mas são poucas e não têm todas as línguas. Em relação ao português, há um liceu em Estugarda, uma escola europeia em Colónia, havia um projeto bilingue em Hamburgo que fechou e há uma escola europeia em Berlim. Portanto, na Alemanha toda, que é um país com 80 milhões de habitantes, há talvez cinco ou seis escolas que tentam ter um programa bilingue. À parte disso, há a rede Camões, de ensino de português no estrangeiro, que apoia e paga professores que dão aulas de português língua de herança aos filhos de emigrantes. São aulas num formato extracurricular, à tarde, geralmente de forma não integrada no sistema. Essa rede funciona muito bem e creio que, neste caso, devemos valorizar o esforço de Portugal em ter professores em vários países (em França, na Alemanha, no Reino Unido, no Luxemburgo, na Suíça, nos Estados Unidos, no Canadá, etc.). É algo único e muito pouco conhecido a nível internacional! Contudo, o que acontece hoje em dia é que o número de crianças inscritas nestes cursos está a descer. Em muitos casos, estamos já perante terceiras e quartas gerações de lusodescendentes que já não falam português em casa e os filhos são inscritos nestes cursos para aí adquirirem o português. Mas claro que não é com uma hora por semana de ensino que vão adquirir uma língua! Para além disso, muitos pais ainda não têm a certeza se é bom ou não apoiar o português. O bilinguismo é bom! O que a investigação mostra claramente é que não há uma relação prejudicial entre a aquisição da língua da família e a aquisição da língua do país. A aquisição da língua do país ocorre de qualquer forma, logo as crianças não precisam que os pais falem essa língua em casa. Por outro lado, crianças que são apoiadas na língua de herança e que têm, por exemplo, escolarização na língua de herança, alcançam também efeitos positivos em termos de competências de literacia na outra língua. Uma criança que aprende a ler e a escrever em português, na Alemanha, terá também um melhor desempenho na aquisição do alemão, mostram os estudos. Porém, a mensagem ainda não chegou, nem aos pais nem a muitos professores nas escolas. Ainda assim, o que me parece realmente importante é que as próprias comunidades emigrantes continuem a organizar-se. Por exemplo, atualmente, a comunidade chinesa em Portugal tem, na Varziela, em Vila do Conde, escolas chinesas a funcionar ao sábado e domingo à tarde. As crianças aprendem mandarim e são as próprias comunidades que pagam aos professores. E é um esforço importante, esse da comunidade, em reconhecer que é importante manter a língua de herança. Seria a situação ideal ter o ensino da língua de herança integrado no sistema público, mas ainda não estamos lá.

Ana Rita Cunha: *E já agora, como é que a Senhora Professora vê o atual ensino de línguas segundas no Ensino Básico e Secundário em Portugal?*

Cristina Flores: Aqui em Portugal, a experiência que tenho é através dos meus filhos. O que eu pude ver, por exemplo, foi que, no caso do francês, um deles não desenvolveu competência produtiva na língua, porque teve aulas com uma professora que seguiu o método tradicional do ensino do francês, muito baseado na escrita e no ensino da gramática e com pouco treino da oralidade. No caso do inglês, já foi muito diferente, pois a professora falava muito inglês e faziam muitos exercícios de compreensão oral. Claro que isto tem também muito a ver com a formação dos professores. A classe dos professores está envelhecida e, portanto, aqueles que neste momento estão a ensinar línguas, francês, por exemplo, são professores que já o fazem há cerca de 30 ou 40 anos e que tiveram uma formação numa altura em que ainda se defendia um método de ensino de línguas tradicional, baseado na descrição explícita da gramática. Entretanto, a formação de professores e mesmo a investigação sobre o ensino de línguas passou por várias fases. Uma primeira fase foi essa de ter nas aulas de língua um texto, procedendo-se à leitura desse texto, à aprendizagem do vocabulário contido nesse texto e ao treino de um determinado aspeto gramatical através de exercícios. No fim, tudo culminava num teste. Vimos que esse método não resultou: explicar a gramática de forma isolada não é muito eficaz. Assim, nos anos 80/90 passou a valorizar-se o método comunicativo. Passou a considerar-se que os falantes precisavam, ao aprender uma língua, de ouvir essa língua e de comunicar. Este método baseava-se na ideia de que, através da exposição informal, a aprendizagem implícita seria ativada e assim se adquiria a língua. Segundo este enfoque comunicativo, os professores deviam, primordialmente, tentar criar situações de comunicação na sala de aula. Porém, verificou-se que este método também não era suficientemente eficaz. Neste momento, estamos numa fase da investigação sobre o ensino de línguas em que se voltou a perguntar: qual o papel da gramática no ensino de L2? O foco na forma afinal é eficaz, ou não? Encontramos neste momento muitas teorias e abordagens que valorizam o ‘foco na forma’, mas não segundo o método tradicional. Estas são as chamadas teorias de *input enhancement* (reforço do *input*) ou *input processing* (processamento do *input*), que defendem que o professor deve criar situações de comunicação, fazendo ‘notar’ simultaneamente um determinado aspeto gramatical. Neste momento, ainda estamos numa fase de transição, mas talvez no futuro já tenhamos professores que apliquem esta abordagem mais moderna

- provavelmente mais eficaz - e que se sirvam também das novas tecnologias. Sabemos que, se estas forem bem aproveitadas, podem dar um grande apoio na aprendizagem de línguas.

Ana Rita Cunha: *Será que, se houvesse uma maior participação de linguistas e especialistas em Aquisição da Linguagem na construção dos programas e uma maior valorização por parte do governo do trabalho que eles desenvolvem, até mesmo na formação de professores, a situação do ensino em Portugal melhoraria?*

Cristina Flores: Eu assisti, no ano passado, a uma comunicação muito interessante do Professor Doutor João Costa, linguista e atual Secretário de Estado para a Educação, em que ele tentava mostrar como o trabalho de um linguista pode, de facto, ajudar a melhorar o currículo das escolas. O linguista poderá ter um papel importante, não só no ensino de línguas, mas ao nível do desenvolvimento das competências de leitura e do próprio programa de língua materna. Há, de facto, um contributo que pode ser dado. No entanto, o linguista não é pedagogo, logo, tem que trabalhar em conjunto com o especialista de Didática. Muitas vezes há confusão entre o que é o papel do linguista e o que é o papel do especialista em Didática. Creio que o ideal seria trabalharem em conjunto.

Mariana Silva: *Soubemos recentemente, na sessão plenária proferida pela Senhora Professora no Encontro Nacional da APL 2019, que se tem focado num estudo longitudinal de um mesmo falante de PE. Como tem sido essa experiência e o que considera serem as grandes vantagens de estudos deste tipo?*

Cristina Flores: Nessa comunicação, referi um estudo de uma criança, que agora é adolescente, quase adulta, que cresceu na Alemanha, filha de pais portugueses, com o alemão como língua dominante. Quando tinha nove anos, veio para Portugal morar. Eu gravei essa criança em alemão durante ano e meio a partir do momento em que ela chegou a Portugal. Esse foi realmente um estudo muito importante, pois era apenas uma participante, mas que acompanhei durante 18 meses. Assim, consegui reunir informação muito valiosa sobre a forma como começa o processo de erosão, pois essa criança veio para Portugal com o alemão como língua dominante e deixou de ter contacto com o alemão assim que chegou a Portugal. A primeira entrevista foi gravada duas semanas depois da participante regressar a Portugal e foi inteiramente conduzida em alemão.

Nessa entrevista, não encontrei um único sinal de erosão. Na segunda entrevista, gravada cinco meses depois, a participante começou a revelar problemas de léxico. Não se lembrava de palavras (não muito comuns) e começou a produzir frases com sujeitos nulos em alemão, o que não é possível. A terceira entrevista foi feita após um ano de estadia em Portugal e foi surpreendente observar o nível de perda linguística. A participante não se lembrava de palavras básicas como 'tio' ou 'cão', a perda da posição V2 do verbo em alemão era evidente, bem como vários problemas ao nível morfológico do caso e do género. Além disso, a participante já não queria falar alemão. 18 meses depois já não consegui gravá-la em alemão. Nessa última entrevista, ela entendia o que eu dizia e apontava para imagens, mas não conseguiu produzir frases em alemão. Este estudo confirmou a minha teoria de que o processo de aquisição decorre até aos 11/12 anos e de que esse processo é acompanhado por um processo de estabilização. Se há, durante esse período de estabilização, uma perda de contacto com uma das línguas, o conhecimento perde-se ou, pelo menos, torna-se muito inibido e instável. O processo de erosão começa rapidamente na infância se a criança bilingue perder o contacto com uma das línguas. Tudo isto só consegui mostrar verdadeiramente a partir deste estudo longitudinal. Portanto, estes estudos são importantes, apesar de muitas vezes não serem valorizados por não apresentarem grupos grandes de participantes, como normalmente se espera. Fui recentemente a uma conferência sobre bilinguismo e andava à procura de uma sala com outra pessoa, que a certa altura olhou para o meu nome e disse: "Tu és a Cristina Flores do tal estudo de caso sobre erosão!". Aí eu percebi que esse estudo, com uma participante, é mais lido do que estudos que tenho com 30 e 40 participantes. Às vezes, não é o número de participantes que importa, mas sim ser capaz de captar uma situação tão específica como é esta da perda da linguagem.

Ana Rita Cunha: *Comparando com o estudo de Monika Schimd que a Senhora Professora referiu sobre os alemães de origem judaica que fugiram da Alemanha nazi para os Estados Unidos da América nos anos 30 e que não perderam competência linguística em alemão, apesar de um afastamento de cerca de 50/60 anos do país e eventualmente da língua, esse seu estudo da participante única parece confirmar que o fator idade é fundamental.*

Cristina Flores: É exatamente a idade que explica os dois estudos! Os participantes que Monika Schimd estuda nesse seu trabalho de 2002 tinham emigrado todos a partir dos 14 anos. O que eu mostro na minha tese de doutoramento

e noutros trabalhos é que de vários falantes que voltaram para Portugal, vindos da Alemanha, com diferentes idades, todos aqueles que tinham voltado antes dos 12 anos apresentavam problemas ao nível do seu conhecimento sintático e morfossintático, mesmo vivendo em Portugal há pouco tempo (2 a 5 anos). Aqueles que tinham voltado com 13 anos ou mais - e recordo-me bem de uma senhora que tinha vindo para Portugal aos 13 anos e que vivia há 25 anos sem falar alemão - não apresentavam erosão sintática. Isto foi naturalmente ao encontro do que mostrou Monika Schmid: até por volta dos 12 anos, caso haja uma perda de contacto com a língua, a aquisição será destabilizada e a competência, embora não desapareça totalmente, torna-se instável; a partir dos 13 anos, a competência sofre menos alterações, pois a aquisição gramatical parece já estar estabilizada. O estudo de Monika Schmid mostrou que, mesmo depois de 60 anos sem falar alemão, os participantes apresentavam erros de V2 à volta de 5%. A falante acima referida, que voltou para Portugal aos 13 anos, apresentava uma percentagem muito semelhante relativamente a esse mesmo fenómeno. A idade parece ser, portanto, o fator fundamental para a erosão linguística. A idade e, claro, a perda total da língua, pois, caso os falantes que voltaram para Portugal continuassem a falar alemão, a sua situação linguística seria completamente diferente. Estas conclusões têm, mais uma vez, implicações importantes na escola e na sociedade. Tenho tentado passar esta mensagem através de sessões de esclarecimento para pais portugueses na Alemanha. Tento mostrar, através destes estudos sobre erosão, como não basta falar em português com a criança até aos 6 anos, pois, se deixarem de falar a língua nessa altura, a criança perderá a competência nessa língua. Como linguistas, penso que é o que temos de fazer: tentar chegar às pessoas e mostrar, de forma simples, o que revela a investigação, incentivando-as a usarem as suas línguas de origem na comunicação com os seus filhos.

Renata Rodrigues: *Tendo em conta a vasta produção da Senhora Professora na área do Bilinguismo, quais considera serem os maiores desafios dessa área? E, também, quais os maiores desafios de trabalhar empiricamente com falantes bilingues?*

Cristina Flores: Trabalhar com participantes é sempre um desafio, porque é muito difícil conseguir reunir participantes. O mais recente problema a que me tenho dedicado é tentar relacionar os fenómenos de erosão com os fatores de *input*. Para isso, estamos a usar longos questionários, a serem preenchidos

pelos participantes ou por um familiar dos participantes. Contudo, conseguir convencer uma família a investir tempo para responder a um questionário de 18 páginas com perguntas sobre a vida familiar não é tarefa fácil. Portanto, um desafio é sem dúvida conseguir convencer as pessoas a participar. Outro desafio é conseguir trabalhar com pessoas de outras áreas. Já há muita investigação sobre vários aspetos do bilinguismo, mas agora é preciso chegar, por exemplo, às escolas, às famílias, aos professores e só se chega lá trabalhando com pessoas da Didática. Já percebemos também que uma criança de 9 anos, depois de um ano sem contacto com a língua, não vai conseguir produzir determinadas estruturas, mas agora seria muito importante perceber o que acontece no cérebro durante esse período. Seria necessário trabalhar com um neurologista. Portanto, o desafio agora é o trabalho interdisciplinar com recurso à Didática, à Medicina e mesmo à Sociologia, por exemplo, para mostrar os efeitos da valorização da língua de herança numa comunidade multilingue. Depois de muita investigação, é comum chegarmos a um ponto em que parece que nos estamos a repetir, parece que já vimos tudo e que tudo já foi dito, mas não é assim. Há muito ainda por fazer, temos é que trabalhar com as pessoas certas!